

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
GRUPO DE PESQUISA ESTUDOS CULTURAIS E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

ALESSANDRA XAVIER MIRON

O Que Vi no SUAS ou O Que o SUAS me Deu
Relato de uma pesquisa-experiência sobre as práticas psi na assistência

Porto Alegre
2014

ALESSANDRA XAVIER MIRON

O Que Vi no SUAS ou O Que o SUAS me Deu

Relato de uma pesquisa-experiência sobre as práticas psi na assistência

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre para o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi

Porto Alegre
2014

Alessandra Xavier Miron

Dissertação de Mestrado, com título O Que Vi no SUAS ou O Que o SUAS me Deu - relato de uma pesquisa-experiência sobre as práticas psi na assistência, apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profa. Dra Rosane Neves da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Universidade federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Profa. Dra. Andréa Vieira Zanella
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

AGRADECIMENTOS

Pelas cores que generosamente compartilharam comigo...

... O verde bandeira encontrado junto aos colegas do Creas SL, a cada aposta que alegremente fizemos juntos e o verde floresta encontrado junto aos colegas do Cras Centro, a cada frustração pacientemente acolhida.

... O amarelo ouro compartilhado pelo Grupo de Psis da SACIS, nas reuniões em que saltamos para fora d'água e respiramos juntos.

... Os tons de roxo enxergados nas marcas da vida, junto aos usuários dos serviços, marcados também pra sempre em mim.

... O rosa choque encontrado com os colegas da turma de mestrado, dançarinos solidários, com quem ensaiei passos desajeitados.

... O laranja bergamótico, composto junto à Ori, ao Pablo, ao Édio, à Lili, ao Wanderson e à Rita, nas trocas sobre as pesquisas e o pesquisar.

... O preto, junção de todas as cores encontradas nos grupo E-politcs, em nossas construções coletivas - Em especial, à Karen pela leveza da amizade, à Luciana pela delicadeza da parceria, à Zuleika pelas leituras cuidadosas, à Carol pela constante inspiração e ao Dani pela doçura da presença.

... O branco encontrado na Neuza, que não apenas compõe todas as cores do grupo, mas reflete o brilho das mesmas. Pela orientação, companhia, paciência, irreverência. Por falar francamente e cuidar o meu cuidar. Por me instituir psicóloga ao assinar minha carteira do CRPRS anos atrás e por oportunizar me constituir psicóloga nessa pesquisa-experiência.

... O dourado trazido por Lilian Cruz e Estela Scheinvar através das primeiras interlocuções metodológicas, trazido também por Pedro Paulo Bicalho e Rosane Neves que, qualificando o projeto de pesquisa, colaboraram de modo singular com meu processo e, ainda, pela Andréa Zanella que aceitou o convite de acompanhá-los na banca final.

... O azul celeste trazido pela Marina, iluminando nuvens pesadas de impotência e nuvens fugazes de onipotência, fazendo aparecer nuvens consistentes de potência.

... O vermelho paixão trazido pelo Edson, artista-psicólogo “que pinta nos olhos que pode a face de um outro mundo, com cores de um sorriso” e, assim, com amor, me inspira a ser melhor a cada dia.

... O terracota, oferecido desde sempre pela Mãe, pelo Pai e pela minha irmã Dani, no solo familiar em que compartilhamos apoio, diferenças, afinidades, estímulo, incompreensões, desafios e, antes de tudo, muito amor.

... Os matizes de cinza encontrados em cada psicólogo da assistência que encontrei até hoje, nos serviços, reuniões, artigos, teses e dissertações. A vocês, dedico essa pesquisa-experiência, desejando que ela os encoraje às suas próprias pesquisas e que vocês se arrisquem em novas pinturas de si mesmos, para que outras práticas psi no SUAS sejam possíveis.

RESUMO

A presente dissertação parte de uma experiência de trabalho no campo da Assistência Social, assim como, do processo de pesquisa vivido enquanto experiência, para problematizar as práticas da Psicologia nesse contexto. Inicialmente, busca dar visibilidade aos processos de construção do discurso do Compromisso Social da Psicologia - compreendido aqui como dimensão de saber que se articula ao Sistema Único de Assistência Social enquanto dispositivo de poder e tem, como um de seus efeitos, a produção de subjetividades através das práticas psi. Em seguida, apresenta reflexões sobre o retorno à academia e a produção de conhecimento como possível estratégia de resistência articulada pelo 'sujeito psicólogo *da* assistência' diante dos jogos de governamentalidade contemporâneos que se evidenciam a partir deste campo. Ao final, aponta para o cuidado de si, oportunizado pelo pesquisar, como via de transformação das práticas psi no SUAS e, portanto, para o investimento em uma estética da existência como possível caminho no sentido de uma atuação nesse campo pautada pela ética. Para tanto, foram estudados diferentes tipos de documentos nos quais estas práticas se materializavam, desde publicações com orientações técnicas até dissertações e teses de outros psicólogos trabalhadores da Assistência Social sobre o tema. Estes estudos se deram a partir de uma proposta metodológica que contou com ferramentas genealógicas e cartográficas e tiveram como pano de fundo a reflexão sobre possibilidades de a Psicologia Social articular estratégias para produzir linhas de fuga em um cenário pautado pela racionalidade neoliberal e constituído pelos modos capitalísticos de subjetivação. A escrita da dissertação se articula com a obra da artista Frida Kahlo, tomando seu processo de pintura de si como companhia no trabalho de si empreendido através desta pesquisa-experiência.

Palavras-chave: Experiência. Assistência Social. Práticas Psi. Compromisso Social da Psicologia. SUAS. Cuidado de Si.

ABSTRACT

This dissertation has stemmed from both a work experience in the field of Social Assistance and the research process as an experience, in an attempt to problematize Psychology practices in that context. Initially, it aims to bring visibility to the processes of construction of the discourse of Psychology Social Commitment, which is here understood as a knowledge dimension articulated with Unified Social Assistance System (SUAS) as a power device and has the production of subjectivities through practices of the self as one of its effects. Next, it presents reflections about the return to the academy and the knowledge production as a possible resistance strategy articulated by the “assistance psychological subject” facing the contemporary governmentality games which have become evident in this field. Finally, it points out both the care of the self favored by research as a means of transformation of the psychological practices at SUAS and, thus, the investment in the aesthetics of existence as a possible way for an action grounded on ethics in this field. In order to do that, different kinds of documents in which those practices were materialized, from technical guidance publications to dissertations and theses by psychologists working in Social Assistance, were examined. The methodological proposal of such studies involved genealogical and cartographic tools having the background of a reflection about possibilities of Social Psychology articulating strategies to produce lines of flight in a scenario ruled by the neoliberal reasoning and constituted by capitalistic ways of subjectivation. The dissertation writing is articulated with Frida Kahlo’s work, regarding her process of painting herself as a companion in the work to be undertaken in the experience-research.

Keywords: Experience. Social Assistance. Psychological Practices. Psychology Social Commitment. SUAS. Care of the Self.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- “O Que Eu Vi na Água ou O Que a Água Me Deu”(1938)	11
Figura 2- Análise de “O Que Eu Vi na Água ou O Que a Água me Deu”, Kettenmann, 2010	15
Figura 3- “Os Meus Avós, os Meus Pais e Eu” (1936)	17
Figura 4 - "Auto-Retrato na Fronteira do México com os Estados Unidos" (1932)	41
Figura 5 - “O Sonho ou Auto-Retrato, a Sonhar” (1932)	75
Figura 6 - “Recordação ou O Coração” (1937)	76
Figura 7 - "Dois nus na floresta" ou "A Própria Terra" ou "Minha ama e eu" (1939)	92
Figura 8 - “O Hospital Henry Ford ou A cama voadora” (1932)	103
Figura 9 - “Quatro habitantes da Cidade do México” (1939)	115
Figura 10 - Página do Diário de Frida Kahlo (1953)	138

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
OS MEUS AVÓS, OS MEUS PAIS E EU: AUTO-RETRATO... AUTORRETRATO... AUTOR E TRATO NA INTRODUÇÃO À PAISAGEM DA PESQUISA	17
AUTO-RETRATO - PARA TORNAR VISÍVEIS ALGUMAS RELAÇÕES	19
AUTORRETRATO - PARA NARRAR O ENCONTRO ENTRE PESQUISADORA E PESQUISA	23
AUTOR E TRATO - PARA CRIAR UM HORIZONTE COMUM SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS E GOVERNAMENTALIDADE	27
A PAISAGEM DA PESQUISA	34
PARTE 1. O QUE VI NO SUAS...	38
CAPÍTULO 1 - AUTO-RETRATO NA FRONTEIRA DO MÉXICO COM ESTADOS UNIDOS: VERDADES OFERECIDAS POR DOIS MUNDOS	41
1.1 PSICOLOGIA, ORDEM E PROGRESSO?	43
1.2 CONGRESSO NACIONAL... DE PSICOLOGIA	46
1.2.1 Compromisso social	51
1.2.2 Direitos humanos	54
1.2.3 Políticas públicas	57
1.3 GARANTIA DE DIREITOS E SISTEMA CONSELHOS	59
CAPÍTULO 2 - O SONHO OU AUTO-RETRATO, A SONHAR: UM ESBOÇO DOS JOGOS QUE CONSTITUEM A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO CAMPO DE ATUAÇÃO PARA OS PSICÓLOGOS	62
2.1 OS JOGOS E JOGADAS DO SUAS	64
2.2 A PSICOLOGIA QUER JOGAR	67
2.3 OS PSICÓLOGOS JOGANDO	70
CAPÍTULO 3 - RECORDAÇÃO OU O CORAÇÃO: SOBRE OS SUJEITOS QUE EMERGEM NESSE GOVERNO	76
PARTE 2. O QUE O SUAS ME DEU...	87
CAPÍTULO 4 - DOIS NUS NA FLORESTA: MINHA ORIENTADORA E EU NA PAISAGEM DE UMA PESQUISA-EXPERIÊNCIA	92
4.1 SOBRE PESQUISAR A EXPERIÊNCIA	94
4.2 SOBRE PESQUISAR COMO EXPERIÊNCIA	96
CAPÍTULO 5 - O HOSPITAL HENRY FORD: RETORNANDO À INSTITUIÇÃO PARA DE CUIDAR DE SI	103
5.1 O CUIDADO DE SI, AS TÉCNICAS DE SI E A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA	105

5.2 PSICÓLOGOS, INSTITUIÇÕES E PESQUISAS	111
CAPÍTULO 6 - QUATRO HABITANTES DA CIDADE DO MÉXICO: A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO, O DESASSOSSEGO, O PESQUISAR, AS PRÁTICAS PSI NO SUAS	115
6.1 O TRABALHO	116
6.2 O DESASSOSSEGO	118
6.3 O PESQUISAR	123
6.4 AS PRÁTICAS PSI NO SUAS	132
PÉS PARA QUE OS QUERO SE TENHO ASAS PARA VOAR: CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O INACABADO COMO POTÊNCIA	138
REFERÊNCIAS	143



Figura 1- "O Que Eu Vi na Água ou O Que a Água Me Deu"(1938)

APRESENTAÇÃO

A pesquisa apresentada através dessa dissertação foi criada a partir de desassossegos, incômodos, crises, dramas, apaixonamentos, afetações, memórias, encontros, acontecimentos e intensidades que inicialmente emergiram do contexto de trabalho no qual me inseria como psicóloga – o Sistema Único de Assistência Social. Foi inventada na vivência dos dois anos do mestrado, que trouxe outras cores e tonalidades para os elementos que compunham a cena. Na medida em que fiz travessias entre os lugares de trabalhadora e pesquisadora - me pondo, opondo, impondo, propondo, mas, acima de tudo, me expondo ao que desconhecia - as transformações aconteceram, os conhecimentos se produziram.

Por isso, este relatório não trata de uma pesquisa experimento, realizada através de métodos genéricos propostos pela ciência moderna para descobrir regularidades, produzir conhecimentos objetivos, se apropriar do mundo. Trata, sim, de uma pesquisa-experiência: criada, inventada, possibilitada pela abertura e receptividade àquilo que àquilo que nos tocou, quando conseguimos momentos de interrupção nos tempos da vida de trabalho e pesquisa para parar e pensar, olhar, escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar... Como nos ensina Larrosa Bondía (2002), quando tivemos paciência e nos demos tempo e espaço para demorar nos detalhes, suspender a opinião, os juízos, o automatismo da ação, para cultivar a atenção e a delicadeza, abrir olhos e ouvidos, falar sobre o que nos acontecia.

Dáí a inspiração na obra da artista Frida Kahlo e a escolha de sua companhia nos momentos de escrita, desde o projeto de pesquisa. Naquele momento, o quadro “As Duas Fridas” (Kahlo, 1939) foi a metáfora encontrada para pensar a cena de pesquisa em que eu e a Professora Neuza Guareschi nos encontrávamos:

(...) segundo Kettenmann (2005), a artista pintou um autorretrato composto por duas figuras diferentes, evocando as emoções que rodearam um momento de crise. A Frida mexicana, com um amuleto na mão, evidenciaria a parte investida de amor e respeito, enquanto a Frida europeia, carregando uma tesoura de cirurgião, remeteria à parte rejeitada, que perdeu um pedaço de si. Os corações estão expostos e ligados apenas por uma artéria. O céu ao fundo sugere uma tempestade, prestes a chegar. Nesse exercício entre os dois lugares, às vezes, apareço trabalhadora vestida de sangue e pesquisadora vestida de cores. Outras vezes, o contrário. Em algumas ocasiões, só é possível enxergar o céu nublado e a tempestade que se forma. Em outras, um banco verde vazio. A frágil artéria que aparece unindo trabalhadora e pesquisadora, tem sido a Psicologia (Projeto de pesquisa, p.6)

No momento presente, tomamos o quadro “O que Vi na Água ou O que a Água me Deu” (Kahlo, 1938) não apenas como referência para os títulos e subtítulos da dissertação, como também, como metáfora do pesquisar, do modo como o entendemos neste trabalho. De acordo com Kettenmann (2005) este quadro é um trabalho que ilustra vários acontecimentos da vida da artista e inclui elementos de outros trabalhos, a partir da linguagem pictórica pessoal inventada por Frida fundindo elementos da realidade a elementos surreais e fantásticos. Os exercícios de pesquisa são também processos de criação que reinventam não apenas aquilo que pesquisamos, mas também a nós mesmos... reinventam a própria vida. Nesse processo, irremediavelmente estão implicadas as nossas posições e afetos. Às vezes tentamos deixá-los submersos, optamos por não mostrá-los na escrita. Aqui, escolhemos o caminho oposto: incluimos na escrita o movimento de seu processo de criação, bem como, de constituição da própria pesquisadora no decorrer do pesquisar.

Assim, deixamos aparecer a angústia, os impasses, os vaivens, as estratégias inventivas que compuseram esse percurso. Não apenas para aproximar o descrito do vivido (Zanella, 2013), tampouco para converter a experiência em mercadoria, em créditos, em valor de troca (Larrosa Bondía, 2002), mas por apostarmos em uma política de escrita que construa saberes na relação entre o conhecimento e a vida humana, que vão além da informação, da técnica, do trabalho. Por acreditarmos na possibilidade de uma produção de conhecimento que não se limite a ser “ornamento da cultura” (Foucault, 2004), e sim, de um conhecimento que emergindo das relações do sujeito com tudo o que o cerca, uma vez adquirido, modifica o estado do sujeito que a conhece.

Também nesse sentido Frida nos inspira. Conforme Moraes (2012), tendo iniciado sua trajetória artística em 1927, quando o muralismo mexicano começava a se impor como estética oficial, a artista soube realizar uma pintura extremamente pessoal e sedutora, totalmente alheia aos cânones vigentes. Toda sua pintura é de caráter autobiográfico, sendo sua vida atribulada o tema central, senão único, de sua obra. Sendo assim, não por um acaso o autorretrato predomina em sua produção. Segundo o autor, para Frida Kahlo o conceito de autorretrato abrange tudo o que se encontra ao seu redor, ou mesmo distante, no tempo e no espaço, tudo o que ela pensou, viveu, sentiu. Tudo é biografia, tudo é pintura.

Além de pintora, de acordo com Zamora (2011), Frida foi uma fértil redatora de cartas, através das quais revelava sua precocidade, a intensidade de seus afetos e seu persistente sofrimento físico. Escrevia “com franqueza e sem reservas, empregando todo o vocabulário de que dispunha para externar suas ideias e emoções” (p.5). Criava cartas apaixonadas combinando espanhol e inglês, por vezes misturando os dois fazendo nascerem

novas palavras. No fim da vida, segundo Morais (2012), as pinceladas “tensas e coloridas” (p.19) da artista marcaram a escrita de um diário no qual, de forma visceral, com franqueza, humor e calor humano, documentou seu processo criativo, sua luta política, as reflexões sobre a vida, bem como, o amor por Diego Rivera. Ou seja, através de diferentes técnicas, a artista se dedicou ao longo da vida a um trabalho de si sobre si mesma.

Tomar o processo de Frida como inspiração não significa dizer que o que aqui apresentamos para ser lido pretende ser autobiográfico. Mas que foi criado também através de narrativas de vida, excertos de cartas, trechos de diários de campo, restos de anotações de reuniões de trabalho, fragmentos de memórias que compuseram essa pesquisa-experiência, além dos documentos oficiais pesquisados, das produções científicas analisadas e referenciais teóricos que sustentaram nossas reflexões. Significa, ainda, que foi vivido como um processo de transformação a partir do qual os incômodos pelo que vi como trabalhadora no Sistema Único de Assistência Social, assim como aquilo que o Sistema Único de Assistência Social me deu em termos de possibilidades de pensamento, permitiu a construção de outros sentidos para minha prática profissional como psicóloga.

Esclarecida essa questão, nos dedicaremos agora a descrever os elementos que compõem o relato da pesquisa-experiência vivida sobre as práticas psi na Assistência Social. Conforme havíamos apontado no início do texto, tomamos o quadro “O que Vi na Água ou O que a Água me Deu” (Kahlo, 1938) como referência para os títulos e subtítulos da dissertação, com ajuda da análise realizada por Kettenmann (2010, p.48) em que aponta os vários outros trabalhos que compõem essa obra da artista:



Figura 2- Análise de “O Que Eu Vi na Água ou O Que a Água me Deu”, Kettenmann, 2010

Inauguramos a escrita com o texto “Os Meus Avós, os Meus Pais e Eu: auto-retrato... autorretrato... autor e trato na introdução à paisagem de pesquisa” em que procuramos compartilhar algumas condições de possibilidade para a construção deste exercício investigativo desse modo, e não de outro, neste momento. Buscamos, ainda, mostrar os pigmentos que compõem as tintas, os pincéis que vão imprimi-las no suporte, a técnica que dará ritmo e intensidade às pinceladas... Ou seja, alguns presumidos que permeiam a escrita

do relatório da pesquisa, e a própria realização da pesquisa. Fazemos isso na intenção de favorecer a relação entre aquilo que escrevemos e aquele quem lê, cientes da imprevisibilidade que caracteriza esse encontro, mas mobilizados pela necessidade de colocar moldura nas telas - não a fim de limitar sua fruição, mas de marcar suas bordas, evidenciar seus limites.

A seguir, “O que vi no SUAS ” foi sistematizado através de três capítulos que compõem a primeira parte do relato. O capítulo 1, “Auto-Retrato na Fronteira do México com Estados Unidos: verdades oferecidas por dois mundos”, coloca em evidência os discursos acerca da atuação do psicólogo no SUAS encontrados tanto nos documentos oficiais referentes à esta política pública quanto nos materiais produzidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia. O capítulo 2, “O Sonho ou auto-retrato, a Sonhar: um esboço dos jogos que constituem a assistência social como campo de atuação para os psicólogos” apresenta o SUAS enquanto dispositivo de poder e problematiza algumas relações estabelecidas entre Psicologia e Estado a partir da inserção nessa rede. O capítulo 3, “Recordação ou O Coração: sobre os sujeitos que emergem nesse governo”, trata das práticas psi no SUAS e seus efeitos na produção de subjetividades.

A segunda parte, “O que o SUAS me deu”, é constituída por outros três capítulos. O capítulo 4, “Dois Nus na Floresta: minha orientadora e eu na paisagem da pesquisa”, busca evidenciar a pesquisa como experiência e o pesquisar como possível exercício de si sobre si mesmo. O capítulo 5, “O Hospital Henry Ford: retornando à instituição para de cuidar de si”, apresenta conceitos a partir dos quais tomamos para análise as pesquisas realizadas por psicólogos sobre a Assistência Social, bem como, algumas reflexões iniciais sobre o material encontrado. O Capítulo 6, “Quatro Habitantes da Cidade do México: o trabalho, o desassossego, o pesquisar, as práticas psi no SUAS”, trata das construções que foram possíveis a partir do encontro com a produção de outros psicólogos trabalhadores pesquisadores.

As últimas palavras neste escrito sobre o que foi pesquisado, pensado, sentido, conhecido, criado, inventado, transformado e relatado, com pinceladas tensas e coloridas, podem ser encontradas em “Pés para que os quero se tenho asas para voar: considerações finais sobre o inacabado como potência”.

OS MEUS AVÓS, OS MEUS PAIS E EU:

auto-retrato... autorretrato... autor e trato na introdução à paisagem da pesquisa



Figura 3- “Os Meus Avós, os Meus Pais e Eu” (1936)

Inauguro essa escrita com memórias dos tempos de graduação mobilizadas pela comemoração de nove anos de formatura da 2ª turma de psicologia do Centro Universitário Franciscano (Unifra) - data reativada no tempo presente por uma colega daqueles tempos, através de uma rede social: em uma fotografia pouco nítida, na qual é preciso algum esforço para reconhecer a si mesmo, a colega fez marcas que possibilitaram reunir novamente cerca de quarenta e poucas pessoas que nos, idos anos 2000, ingressaram em uma universidade particular do interior do estado com o desejo de tornarem-se psicólogas. Reunião esta que imagino ser possível apenas na virtualidade do livro de caras, tendo em vista a dinâmica de nossa turma naquela época e alguns movimentos ensaiados em momentos anteriores por outros colegas no sentido de um reencontro. Abaixo da fotografia, uma série de comentários faz emergir rostos conhecidos, um tanto modificados pelo tempo, transformados pelo acréscimo de filhos e/ou companheiros ao perfil, ou então, reconfigurados pelo cenário que é possível enxergar ao fundo. “Parabéns!” – disseram muitos deles. Não senti vontade de dizer nada. Quer dizer, lá não, aqui sim...

A imagem do convite de formatura trouxe outras imagens que me colocaram a refletir sobre o início de minha formação: éramos a maioria mulheres, éramos todas brancas, éramos

muitas loiras, éramos quase todas estudantes de classe média oriundas de famílias mais ou menos organizadas conforme o modelo vigente em nossa cultura, éramos várias estudantes que haviam concluído o ensino médio há pouco tempo, depois de um percurso de formação prioritariamente constituído em instituições de ensino particulares e, de modo geral, havíamos escolhido o curso movidas pela intenção de ‘ajudar os outros’. Ao conversar sobre essas reflexões com minha amiga Simone, uma das poucas que continuou fazendo parte de minha vida depois de terminado o curso, ela manifestou sua percepção de forma crítica, simples e clara: “A gente era tapada. Não tinha noção de nada... de pesquisa... de mundo... Ninguém sabia nem o que tava fazendo ali”.

Se essas características não podem ser consideradas, a priori, como unicamente boas ou ruins, podem, por outra via ser problematizadas em seus efeitos: que visão de mundo temos quando fazemos parte de um grupo instituído como ideal para os demais? Que verdades sustentam nossos modos de ser? Que modos de viver estabelecemos quando temos garantido nosso conforto por determinadas relações de poder? Como nos relacionamos com aqueles que vivem de formas diferentes? Que preocupações nos tomam no cotidiano? Como compreendemos o mundo em que vivemos? Que papel nos é atribuído nesse mundo? Que função queremos assumir? A serviço de que colocaremos nosso trabalho? A quem iremos escutar? O que iremos fazer? Não sei dizer se em algum momento da formação essas questões nos atravessaram, mas consigo localizar o momento em que passaram a me ocupar: a partir do trabalho no Sistema Único de Assistência Social. Sobre isso, escreverei mais adiante.

Volto a narrar minha experiência na graduação apontando que o quadro variou em alguma medida quando, depois do primeiro ano de curso, passei para a turma da noite. Nesta, havia um número maior de homens, alguns colegas trabalhavam durante o dia para pagar os estudos, uns destes se dedicavam a uma segunda formação, buscando a psicologia por outros motivos como criar melhor os filhos ou ganhar mais dinheiro, outros raros circulavam com maior apropriação pelo ambiente acadêmico entendendo que o mesmo oferecia oportunidades diferentes e mais amplas do que as da escola. Apesar dessas diferenças, quando conversávamos em qualquer das turmas ficava evidente que ter um consultório para atender crianças, adolescentes, adultos e idosos - como aqueles com os quais convivíamos em nosso cotidiano - era o futuro que almejávamos como profissionais.

E era interessante como muitos professores tentavam nos dissuadir desse ideal. Interessante porque colocava em evidência o movimento de transformação que se desenhava no interior da profissão. A maioria deles trabalhava em consultórios particulares nos turnos em que não estava na universidade e recheava as aulas com exemplos oriundos desse espaço,

com casos clínicos fascinantes e intervenções que para nós, eram inspiradoras. Mostravam-se encantados com suas vivências profissionais, satisfeitos com sua prática e tentavam nos convencer de que a clínica privada não poderia ser nosso campo de atuação, pois já não havia como ‘pagar as contas’ apenas com o consultório.

Saliento aqui que essa tentativa de incentivar a construção de outros possíveis era marcada muito mais por uma questão de mercado profissional do que por uma discussão ética ou política acerca do exercício profissional. Nesse cenário, pouquíssimas eram as professoras que nos apresentavam variações na forma de ser psicólogo. Consigo lembrar uma que trabalhava no Hospital Universitário, uma que trabalhava na Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE e outra que havia atuado por um tempo no Sistema Prisional. Ainda assim, embora o campo de trabalho fosse diferente, o que sustentava a prática eram os conhecimentos em psicologia do desenvolvimento, avaliação psicológica e psicoterapia psicanalítica, salvo raras exceções.

Ainda que em cenário nacional há alguns anos já estivesse em pauta a psicologia nas políticas públicas, e naquele momento até mesmo a psicologia no Sistema Único de Assistência Social, ao longo dos quatro primeiros anos de curso permaneci à margem dessas discussões. Somente no último ano, a partir de uma disciplina optativa ministrada por uma enfermeira sobre o Sistema Único de Saúde – SUS, das vivências do estágio em uma Unidade Básica de Saúde e da necessidade de escrever o Trabalho Final de Graduação é que comecei a ter contato com as problematizações e conhecimentos construídos nesse campo. Nesse momento também é que me foi possível um ensaiar o que chamaria de ‘um olhar mais ou menos crítico’ para o curso no qual estava inserida, para o modo a minha formação estava sendo construída, para as teorias que reproduzíamos e para as práticas que estávamos realizando. Iniciei então, de forma ingênua e superficial, meus próprios exercícios de pesquisa.

* * *

AUTO-RETRATO – PARA TORNAR VISÍVEIS ALGUMAS RELAÇÕES

Mas porque inicio esta dissertação de mestrado com lembranças e impressões construídas sobre a graduação? Porque elas me ajudam a apresentar as condições que contribuíram para que o mestrado tenha sido vivido de determinado modo, e não de outro, nesse momento... Para que o auto-retrato tenha sido pintado deste tamanho, com estas tintas, neste suporte, através de determinadas técnicas e inserido nesta paisagem. Às cores da graduação, mesclam-se outras que entraram para a paleta através da primeira pós-graduação,

em atendimento clínico com ênfase em terapia sistêmica de casal e família, na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, buscada com o objetivo de ampliar a compreensão dos casos para além do indivíduo, depois das vivências do estágio e, também, ampliar as possibilidades de vida saindo de Santa Maria e vindo morar na capital. Assim, meu ingresso no mestrado partiu de um percurso vivido, em grande parte, a partir de outras referências... Outra escala de cores e outros estilos de pintura:

*Minha reação primeira foi de completa incompreensão. Não tinha certeza se pelo estilo da escrita, pelo conteúdo do capítulo, por falta de outras leituras, enfim. Li de novo. E mais uma vez. Ainda agora, não sei se consegui acompanhar o desenrolar das idéias do autor. (...) Algumas questões são muito recentes no meu percurso de pensamento. Muitas problematizações que apareciam na prática profissional ganharam consistência com os estudos feitos para a prova do mestrado (...). Muitas certezas, nesse mesmo caminho, mostraram-se frágeis. Assim, cada texto que tenho lido desde o início das aulas tem tido um efeito desacomodador. (...) Entretanto, para mim, marcam alguns inícios: de um outro entendimento sobre a atividade de pesquisa, de uma forma menos ingênua de pensar a ciência, de um novo percurso dentro da psicologia.
(Inícios – texto produzido para a aula de metodologia da pesquisa I, em 29.03.12)*

Muitas leituras foram necessárias e muitas reflexões precisaram ser amadurecidas, endurecidas, amortecidas, nesse curto período de tempo - encurtado ainda mais pelas três horas de deslocamento diário entre Porto Alegre e São Leopoldo, cidade da região metropolitana onde trabalhava outras trinta horas semanais. Encurtado também pelas incontáveis horas dedicadas a pinceladas em outros processos da vida que compuseram o quadro desses dois anos como casamento, separação, mudança de apartamento, de trabalho, um novo amor, entre outros. Ou seja, o desejo de recuperar o que a princípio senti como tempo perdido não coube nos tempos da vida cotidiana da forma como eu imaginava que poderia caber. Mas chegou uma hora em que foi preciso reconhecer o inacabamento como condição própria do processo, emoldurar a pintura possível e oferecer para apreciação, desejando que possa ser ponto de partida para diálogos e pensamentos... para a criação de outras telas.

As impressões sobre a graduação também possibilitam explicitar alguns dramas que me atravessam e fazem chegar ao exercício de pesquisa empreendido, muito mobilizado pelas vivências como psicóloga no Sistema Único de Assistência Social. Assim como tantos outros profissionais que estão no campo, com os quais entraremos em contato ao longo deste

relatório, até chegar no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e nunca tinha ouvido falar de SUAS. Fiz o concurso público no ano em que me formei, para a vaga de psicóloga na saúde, e fui chamada três anos depois, para uma vaga de psicóloga na Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social – SACIS. Nesse intervalo de três anos entre um momento e outro, trabalhei em clínicas multiprofissionais e empresas privadas, ou seja, em contextos completamente diferentes dos que encontrei ao ingressar no serviço público, e para os quais me sentia capacitada, para os quais acreditava que havia sido preparada, pensava que carregava comigo as tintas e a técnica – hoje sei que me faltavam as cores mais bonitas.

Passados alguns meses em que busquei conciliar esses dois mundos, percebi que a impossibilidade de dar vida a esse rascunho. Além da estabilidade propiciada pela condição de estatutária, que permitia que eu fizesse alguns planos para minha vida que até então não tinham sido possíveis, outros motivos foram me movendo do privado em direção ao público. A dimensão do trabalho, as pessoas que encontrei a partir desse lugar – usuários e trabalhadores, as histórias de vida com as quais passei a ter contato, as demandas que se constituíam entre os diversos setores envolvidos com esse trabalho, o coletivo... Tudo me mobilizou, me convocou, me desassossejou, me convidou a ficar exclusivamente no CREAS e deixar as outras atividades para trás, apesar das poucas certezas e seguranças sobre a atuação nesse campo. Como escreveu Eliane Brum na crônica “Escrivaninha Xerife” (2013), soube que tinha chegado a hora de ir embora, não de uma cidade, mas de um certo jeito de estar no mundo... “Não sei bem pra onde, mas sei que é pra mais perto de mim” (p.22)...

*O público do CRAS é composto, em sua maioria, por pessoas/famílias que vivem em condições socioeconômicas muito difíceis e, em função disso, procuram o serviço (ou são encaminhadas) para receber algum tipo de auxílio. Trabalhar com as subjetividades que se constituem no atravessamento desses fatores não é simples. Entender a serviço de que / de quem estamos colocando nosso trabalho exige um exercício constante. Enxergar a potência, a vida, no meio de situações de tanta miséria é um desafio. Por outro lado, uma das coisas que considero mais bonitas e interessantes é a possibilidade de criar: criar novas formas de atender, criar novas maneiras de atuar, criar estratégias de resistência, criar linhas de fuga, criar com os colegas, criar com os usuários...
(Trecho de “Carta à Luiza” - resposta ao convite de uma estudante de psicologia para escrever sobre meu trabalho em políticas públicas, em 07.10.2012)*

Por fim, as memórias da graduação situam a escrita desse texto em um processo de criação maior, em um trabalho de transformação de si que partiu sim, do desejo de tornar-me

psicóloga. Não aquela psicóloga que eu imaginava quando fiz vestibular, sustentada no ideal benevolente de ajudar ao próximo. Tampouco a psicóloga técnica da norma que construí a partir das disciplinas do curso de psicologia e que acredito ter sido nos primeiros anos de formada. Mas uma psicóloga, como os escritos de Zanella (2013) ajudam a dar contorno, socialmente comprometida com uma visão de mundo, sensível para estranhar o instituído e reconhecer as infinitas possibilidades de ser e viver, uma psicóloga que se relaciona consigo, com os outros e com o mundo afirmando a vida em sua potência de diferir. Ou seja, do desejo de construir-me psicóloga a partir da coerência entre as dimensões ética, estética e política de meu trabalho, compreendendo que a transformação de si constitui a possibilidade de transformação do mundo...

A partir das experiências que tive, e que estou tendo, percebo o trabalho nas políticas públicas como complexo e desafiador. Mas, não sei existe algum trabalho em psicologia que não seja. Penso que vai tornar esse trabalho potente ou frustrante é o encontro com as demandas, expectativas e possibilidades do profissional que o assume (...). Cada política pública vai ter as suas particularidades, seus cheiros, suas cores, seus sons, seus dilemas e suas alegrias. Cada usuário vai gerar um efeito diferente sobre a gente. Cada equipe vai exigir uma postura singular. Não tem uma regra geral, algo que valha para todas as ocasiões, a não ser, a disponibilidade para olhar de forma crítica para si e para o mundo, para desconfiar das próprias práticas e duvidar dos próprios discursos – pois isso viabiliza uma postura ética. (Trecho de “Carta à Luiza” - resposta ao convite de uma estudante de psicologia para escrever sobre meu trabalho em políticas públicas, em 07.10.2012)

É como se fosse necessário esse ‘auto-retrato’ genealógico, assim como o de Frida Kahlo na obra “Os Meus Avós, os Meus Pais e Eu” (1936), não na intenção de encontrar origens, mas de tornar visíveis relações que contribuem para que a psicóloga-trabalhadora-pesquisadora se retrate de tal modo, e não de outro: a casa azuis nas quais nascemos, as polinizações que fecundaram o pensamento, as instituições e os casamentos formais com os saberes, as flores amarelas e cactos que compõem os jogos profissionais, as fitas com as quais vamos amarrando tudo isso em modos de subjetivação. Feito isso, podemos passar agora ao ‘autorretrato’, grafado junto para marcar momento em que pesquisadora e pesquisa começam a ganhar contornos nos caminhos da produção do conhecimento.

* * *

AUTORRETRATO – PARA NARRAR O ENCONTRO ENTRE PESQUISADORA E PESQUISA

Nos nove anos que separam cronologicamente graduação e mestrado uma longa distância se interpõe, não apenas pelo tempo transcorrido, mas porque, entre um ponto e outro dessa trajetória investigativa, muitos foram os encontros pelo caminho. Esses encontros apresentaram novos pigmentos para misturar à minha cola base e criar tintas até então desconhecidas – muitos deles citados nos agradecimentos que abrem a dissertação. Esses encontros também oportunizaram o contato com diferentes técnicas que, misturadas, permitiram compor a minha própria, cujo ritmo e intensidade descrevo ao longo do texto. Permitiram o compartilhamento de pincéis de teoria imprimindo, junto comigo, outras cores no branco. Assim, ainda que o campo seja em certa medida, o mesmo de anos atrás - a psicologia em políticas públicas - a paisagem que hoje é possível criar difere totalmente. Destaco nesse processo o encontro com o pensamento de Michel Foucault que, conforme Huning e Guareschi (2009), tem o efeito de desacomodar a Psicologia, oportunizando leituras transformadoras, dessas que mudam mundo de lugar.

Mas, porque mudam o mundo de lugar? Concordo com as autoras antes citadas quando apontam que longe de oferecer uma resposta acabada sobre um outro modo de fazer psicologia, as teorizações foucaultianas nos possibilitam reposicionar questões relativas às suas práticas, lançar um outro olhar, e isso tem como efeito a transformação do próprio fazer. O desassossego - na medida em que evidencia a provisoriedade e localidade do conhecimento produzido - e a desnaturalização do que está institucionalizado - na medida em que questiona e busca visibilizar as condições de emergência das práticas psi recolocando-as como efeito de determinadas articulações discursivas - levam à sistemática problematização das relações que estabelecemos não apenas com a psicologia, mas das nossas relações com nós mesmos e com os outros, no mundo em que vivemos.

A partir da desacomodação, portanto, provocada por algumas leituras incipientes de Foucault, foi que escolhi o programa de Pós Graduação de Psicologia Social e Institucional da UFRGS para fazer meu mestrado e, mais que isso: contar com a orientação da Professora Neuza Guareschi na construção de um outro estilo de pintura e com a colaboração do grupo Estudos Culturais e Modos de Subjetivação - Núcleo E-politics (Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação), em todas as suas cores, na ampliação de minha paleta. Nosso grupo se propõe a problematizar a produção da ciência psicológica e as formas de subjetivação produzidas por suas práticas e, sendo assim, a análise da articulação

entre Psicologia Social e Políticas Públicas se dá a partir de sua desnaturalização, deixando de tomá-la como evidencia para colocá-la como problema e situando esta vinculação como parte de um processo contemporâneo de governamentalização da vida.

Inscrevemos nossas experiências de pesquisa em uma perspectiva pós-estruturalista, o que significa dizer, conforme Peters (2000), que buscamos romper com alguns pressupostos universalistas da racionalidade, da individualidade, da autonomia, da autoconsciência, questionando as filosofias do sujeito que não levam em conta as condições externas de suas possibilidades e enfatizando a constituição discursiva do eu, bem como, a localização histórica e cultural do sujeito. Com ajuda desse autor podemos dizer também que nos aproximamos de uma posição epistemológica que não vê o conhecimento como uma representação precisa da realidade nem toma a verdade como correspondência exata da realidade. Assim, questionamos o cientificismo das ciências humanas e suspeitamos das grandes narrativas, de qualquer discurso que possa ser considerado neutro ou que possa representar uma síntese. Interessamos-nos pelas relações de saber-poder e pela denúncia das tecnologias de dominação, situando-as no contexto do modo de produção capitalista.

Portanto, a Psicologia Social em que situamos nossos estudos tem como foco a “capilaridade social, a transversalidade das lutas, os movimentos de resistência e recusa aos modos capitalísticos de subjetivação, no agenciamento de singularizações”, como diz Prado Filho (2011, p. 467). Procuramos ultrapassar a polarização entre posições funcionalistas x materialista histórico-dialética entendendo que as lutas políticas contemporâneas não têm como alvo o “Estado” ou o “Capital”, desviando das hegemonias revolucionárias para as estratégias cotidianas de enfrentamento capazes de promover novas estéticas da existência, no sentido de um exercício de sensibilidade em relação ao mundo e a novas formas de vida e de ser. Em exercícios mais próximos de Frida com seus pequenos quadros, ao estilo da pintura popular de ex-votos, do que de Rivera, com seus grandes murais.

Desta maneira, o pesquisar que propomos aqui difere radicalmente daquele primeiro, realizado na graduação, a título de conclusão de curso. Talvez tenha em comum apenas o campo – da psicologia em políticas públicas – e o ponto de partida para sua criação – as experiências vividas no contexto de trabalho. No primeiro caso, como estagiária de psicologia em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e, agora, como psicóloga por três anos em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), um ano de trabalho em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e, recentemente, um retorno à saúde trabalhando em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Considerando as idéias de Zanella (2013) sobre os contextos de pesquisa, podemos dizer que as duas iniciaram em

contextos laborais nos quais empreendi processos cotidianos de reflexão, planejamento, intervenção, avaliação buscando compreender as características dos serviços e as problemáticas que se desenhavam, tendo continuidade em contextos acadêmicos, nos quais busquei e construí novos conhecimentos, explicações, compreensões, a partir daquilo que já havia sido dito ou não dito sobre o assunto.

Isso significa dizer que as experiências foram tomadas, conforme Foucault como uma inquietação que se tornou ponto de partida para um trabalho teórico, ético estético e político, no qual foram buscados os desdobramentos de suas conseqüências:

Cada vez que tentei fazer um trabalho teórico, foi a partir de elementos de minha própria experiência: sempre em relação aos processos que eu via se desenvolverem em torno de mim. Foi porque acreditei reconhecer nas coisas que via, nas instituições com que me ocupava, em minhas relações com os outros, fissuras, abalos surdos, disfunções, que empreendi esse trabalho – algum fragmento de autobiografia.
(Foucault, 1994, p.82)

O exercício recente, aqui transformado em dissertação, se insere em um projeto maior do grupo - Psicologia Social, Políticas Públicas e o Governo das Populações - que aborda as questões da intervenção do Estado sobre as populações através das Políticas Públicas de Saúde, Assistência Social, Educação e Segurança Pública, articuladas a um contexto de provimento dos direitos pelo Estado, do mercado econômico e das formas de governamentalidade no contemporâneo. O que diz não apenas da caixa teórico-metodológica de tintas e pinceis que possibilitam a pintura da paisagem de pesquisa, mas também, da técnica utilizada, do modo como o conhecimento é construído de forma compartilhada nesse coletivo de estudantes e pesquisadores. Conforme Reis (2012) é efeito da inserção neste grupo uma escrita que acontece a partir de reflexões compartilhadas com colegas e a orientadora, de processos coletivos de pensamento e criação. Por isso, ao longo deste trabalho, usarei a primeira pessoa do singular apenas quando o texto se referir a experiências individuais ocorridas ao longo processo. Na maior parte do tempo, a escrita é ‘nossa’.

Nesse contexto de estudo dos processos de subjetivação produzidos pelo avanço da construção das políticas sociais no Brasil, somos quatro estudantes - duas de mestrado e duas de doutorado - que nos dedicamos, em especial, às políticas de assistência social. Entendendo a complexidade dessa realidade, que é tanto localizada histórica, cultural e materialmente, quanto múltipla podemos dizer que cada uma de nós toma diferentes versões de sua

vinculação com a Psicologia¹. Letícia tem problematizado a Política de Assistência Social Brasileira em suas relações com as noções de proteção social, inclusão social e Governo das populações, articuladas em uma mesma forma de racionalidade governamental, a neoliberal. Luciana procura discutir a centralidade do vínculo familiar e comunitário como um operador da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e investigar como o fortalecimento desses vínculos vem sendo performado, ou seja, produzido pelas práticas cotidianas dos profissionais no serviço que é porta de entrada à Política, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Karen, por sua vez, se dedica a problematizações em torno do ponto de encontro entre as nossas vidas e as políticas públicas que nos governam, entre a ampliação dos mecanismos de acesso aos direitos e a nossa inscrição como sujeitos destes direitos. Eu me interessei pela produção de práticas psi no contexto do Sistema Único de Assistência Social, como explicarei com mais detalhes em seguida.

Nossos estudos somam-se a diversas outras problematizações que os psicólogos já estão fazendo sobre a própria atuação no campo, como indica Pereira (2013). A busca por delimitar um papel e dar contornos melhor definidos às práticas psi pode ser observada quando analisamos a programação do XVII Encontro Nacional da ABRAPSO, ocorrido em 2013, com tema “Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos”. No Grupo de Trabalho que propôs como tema Assistência Social. Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil, entre os 38 trabalhos inscritos, 19 se dedicavam a este tema. A estes, somam-se mais 07 trabalhos no GT Problemáticas Psicossociais em Contextos do Suas, 05 trabalhos no GT Pobreza e Políticas Sociais, 03 trabalhos no GT Análise e Discussão das Práticas e Discursos em Psicologia Comunitária e suas Implicações na Formação dos Psicólogos e 02 trabalhos no GT Comunidade, Política e Psicologia. Entre os pôsteres inscritos no eixo Assistência Social, outros 18 trabalhos apresentam problematizações e experiências de profissionais e estudantes sobre a atuação na Política Nacional de Assistência Social.

Do momento em que Fontenele (2006) encontrava, para realizar sua pesquisa de mestrado, apenas outros três trabalhos acadêmicos sobre o tema até o momento em que é possível encontrar essa quantidade de produções no XVII Encontro Nacional da ABRAPSO em 2013, podemos perceber um movimento que amplia significativamente a produção de conhecimento na área. Os estudos produzidos pelo grupo E-politics, bem como por outros

¹ Conforme Mol (2007), a multiplicidade está relacionada à intervenção e performance, a partir das quais a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos e no curso de uma série de diferentes práticas, dando forma ao objeto em diferentes versões.

grupos deste programa de pós-graduação que se dedicam ao tema, também se movem nessa direção.

Voltando a tratar da nossa pesquisa, podemos dizer que ao longo destes dois anos foi composta pela constante tentativa de olhar para minhas experiências não apenas a partir do lugar de trabalhadora, tampouco unicamente do lugar de pesquisadora, mas a partir de um movimento entre estes dois lugares. Assim como Frida em diversas obras buscou integrar elementos que, a primeira vista, pareciam separados, mas que, através de um olhar mais demorado, evidenciavam elementos que conectavam os dois mundos fazendo com que se transformassem em uma única imagem. Se nas obras da artista às vezes encontramos um gerador de eletricidade que, em solo americano, extrai energia das raízes de uma planta mexicana para alimentar a tomada do pedestal onde se encontra Frida (*Auto-Retrato na Fronteira do México com os Estados Unidos, 1932*) uma frágil artéria que liga o coração da Frida européia ao da Frida mexicana (*Duas Fridas, 1939*) ou uma concha e um caracol unindo ela e Rivera (*Retrato Duplo, Diego e Eu, 1944*), no desenho de nossa pesquisa o que uniu trabalhadora e pesquisadora permitindo que a experiência emergisse das travessias entre essas dois lugares, foi a Psicologia.

Bem, mas nesse vasto campo problemático dos processos de subjetivação produzidos pelo avanço da construção das políticas sociais, ainda que nosso recorte seja o da política de Assistência Social, tendo como foco a produção de práticas psi no contexto do Sistema Único de Assistência Social, a partir de minhas experiências vividas como psicóloga-trabalhadora e do exercício de deslocamento desse olhar como psicóloga-pesquisadora, compreendemos que algo mais precisa ser dito sobre a paisagem de pesquisa pintada. Apresentado o ‘autorretrato’ no qual pesquisadora e pesquisa se encontram na produção do conhecimento, podemos brincar novamente com a palavra separando-a em outras duas, ‘autor e trato’, para explicitar aquilo que Zanella (2013) chama de alguns presumidos da pesquisa.

* * *

AUTOR E TRATO – PARA CRIAR UM HORIZONTE COMUM SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS E GOVERNAMENTALIDADE

Até aqui temos nos referido as políticas sociais, às políticas públicas, à política de Assistência Social, ao Sistema Único de Assistência Social, ao Governo das Populações, sem oferecer maiores explicações sobre esses conceitos, os autores que os discutem ou a forma

como os tomamos em nossa pesquisa. Longe de ser um descaso com aquele que lê este escrito e que talvez não esteja familiarizado com seus usos, é efeito da escolha por tratar primeiro de outros elementos que compõem nossa paisagem. Agora, entretanto, reconhecendo que os presumidos, como aponta Zanella (2013) “não são compartilhados por toda e qualquer pessoa, mas sim, por aquelas que transitam pelos conceitos, que se interessam pela problemática em questão e reconhecem a lógica argumentativa que se inaugura em um determinado lócus e que a partir deste se/o (re) constitui” (p.118), nos dedicaremos a esboçar algumas pinceladas nesse sentido, a fim de criar um horizonte comum que nos permita apresentar nossas questões de pesquisa.

Iniciaremos com algumas pinceladas sobre a questão das políticas sociais no Brasil, do modo como entendemos sua construção. Nesta pesquisa, quando falamos em políticas sociais, estamos nos referindo a desdobramentos, respostas, formas de enfrentamento aos efeitos danosos do capitalismo à sociedade, como pobreza, desemprego, desigualdade social, entre outros. De acordo com Oliveira (2012), a política social, parte do processo de alocação e distribuição de valores, é campo de oposição e contradição de interesses. Seu surgimento foi gradual e ocorreu de forma diferente nos diversos países, conforme os movimentos de organização e pressão dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento das forças produtivas, as correlações e composições de força no âmbito do Estado.

Não pretendemos aqui percorrer de forma detalhada a história das políticas sociais no Brasil, mas apontar alguns momentos que constituem as condições de possibilidade para a atual configuração das políticas sociais em nosso país a partir, principalmente, dos estudos de Behring e Boschetti (2006), e de Oliveira (2012). Iniciamos então por tratar do final do século XIX, período em que o Estado capitalista passa a assumir e realizar ações sociais de forma mais ampla, sistematizada, planejada e com caráter de obrigatoriedade, tendo como foco os processos que se desenvolveram no cenário nacional. Conforme o que apontam Behring e Boschetti (2006), no Brasil, país de periferia do mundo capitalista, escravista, não houve lutas, partidos e organizações dos trabalhadores, nesse período. Somente a partir da primeira década do século XX isso se tornou uma questão política e começaram as lutas de trabalhadores por direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, e as primeiras legislações voltadas ao mundo do trabalho.

O liberalismo à brasileira não comportou a questão dos direitos sociais, assim, desde o início estes direitos são marcados pela fragilidade e por uma espécie de instabilidade institucional e política permanente, havendo dificuldades no sentido de configurar pactos mais duradouros, apesar da pressão dos trabalhadores. Conforme Oliveira (2012), desde os anos de

1930, o país oscilou entre políticas meritocráticas e residuais, passando longe de intervenções que minimizassem efetivamente os padrões de desigualdade. Após o golpe de 64, quando um segundo período ditatorial teve início (1964-1984), o bloco militar-tecnocrático-empresarial buscou impulsionar as políticas públicas como estratégia de busca de legitimidade, ao mesmo tempo em que abriu espaços para a saúde, a previdência e a educação privadas, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais, cujo critério era a possibilidade de pagar, ou não. Ainda assim, milhões de pessoas permaneceram sem acesso às políticas sociais (Behring e Boschetti, 2006).

Podemos dizer que o quadro que se configurou desde o início dos anos 60 permaneceu inalterado até meados da década de 80 quando, segundo Oliveira (2012), após a falência do milagre econômico e em meio à efervescência dos movimentos sociais revigorados, se configuraram propostas de uma ampla reforma em direção ao resgate do Estado democrático de direito. A Constituição de 1988, marco desse processo, é denominada de Constituição Cidadã justamente por conter em seu texto avanços inéditos no país em termos de garantias de direitos sociais. De acordo com Behring e Boschetti (2006) o que aconteceu a partir desse momento no âmbito das políticas sociais se situa entre os marcos legais e as condições reais, em tempos de neoliberalismo, visto que à medida em que foi acontecendo a abertura política, foi se dando também a adesão brasileira às orientações conservadoras neoliberais que já estavam em processo no mundo.

Apesar da ascensão dos movimentos sociais e das lutas democráticas, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para as reformas políticas, a década de 90 foi marcada por muitas contra tendências que se impuseram a essa possibilidade, a partir de uma cultura antidemocrática e conservadora das classes dominantes brasileiras em um quadro de aridez e hostilidade para a implementação dos direitos sociais. De modo geral, apontam Behring e Boschetti (2006), a tendência foi de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. Quando mencionamos um avanço na construção das políticas sociais nos últimos anos, portanto, estamos nos referindo a um fenômeno característico do momento em que as políticas sociais passaram a ser o carro-chefe da plataforma eleitoral que elegeu o primeiro presidente de esquerda do país.

No Governo Lula da Silva (2003-2010), de acordo com Oliveira (2012), a proteção social ocupou lugar de destaque como alvo de investimento e de agregação de estratégias de combate à pobreza, em especial a partir de políticas públicas de assistência social, sobre as quais trataremos mais adiante. Entretanto, aponta a autora, análises mais recentes sobre as

políticas sociais deste período apontam que as propostas, em várias esferas, “servem a dois senhores” na medida em que implementaram muitos programas e iniciativas direcionados aos segmentos mais pobres da população e aqueles até então excluídos de algumas políticas, mas também favoreceram largamente os interesses do capital financeiro nacional e internacional. Para Behring e Boschetti (2006), os direitos no capitalismo são capazes de reduzir desigualdades, mas não são capazes de acabar com o motor de produção e reprodução das mesmas, visto que este é sua própria possibilidade de existência. Essas conquistas, portanto, segundo as autoras, não podem ser vistas como um fim, mas como uma via de ingresso, um processo que não se esgota em si mesmo.

* * *

Após estas pinceladas iniciais sobre momentos que marcaram a construção das políticas sociais no Brasil, a partir dos quais fica evidente que as mesmas não tem como prioridade uma defesa contundente dos direitos da população, mas sim, um ajuste de interesses pautado na política econômica do país, buscaremos agora apresentar um outro presumido desta pesquisa: a compreensão das políticas sociais como uma das formas de governamentalidade no contemporâneo. Recorreremos a alguns estudos de Foucault e às análises empreendidas por Guareschi, Lara e Adegas (2010) e Hamann (2012) para apresentar esta forma de pensar, advertindo que não se pretende um aprofundamento da discussão, mas apenas, como já apontamos, um esboço que permita a construção de um horizonte comum com aqueles que não participam deste contexto.

Quando apontamos as políticas sociais como uma forma de governamentalidade no contemporâneo, entendemos que as mesmas consistem em estratégias, fornecem instrumentos, possibilitam intervenções, instituem procedimentos e tecnologias de governo das populações na atualidade. Estas estratégias são produzidas e orientadas a partir de uma determinada racionalidade política, sendo as racionalidades políticas, entendidas por Foucault como os conjuntos de prescrições calculadas que organizam instituições, distribuem espaços e regulamentam comportamentos, produzindo uma série de efeitos sobre o real. No caso da racionalidade neoliberal, está em questão a produção estratégica de condições sociais que conduzam à constituição do *homo oeconomicus*, uma forma específica de subjetividade.

Para compreendermos sua emergência, entretanto, é preciso considerar os processos de formação do Estado moderno iniciados a partir do final da Idade Média, quando entraram em declínio os governos absolutistas e o poder espiritual. Conforme Guareschi, Lara e Adegas

(2010), daí emergiu uma sociedade não mais calcada na soberania, mas sim, uma sociedade onde o poder é descentralizado e o ato de governar passa a fazer parte do cotidiano e ação dos cidadãos. Foucault (1997) chamou de biopoder a esse poder que passou a estabelecer seus pontos de fixação sobre a vida e todo o seu desenrolar. Segundo o autor, na medida em que o poder passou a encarregar-se da vida, os corpos passaram a ser administrados de duas formas: a disciplina e a biopolítica. A disciplina toma o corpo como máquina, investindo em certo adestramento com o objetivo de uma maior produtividade, enquanto a biopolítica parte do corpo-espécie e seus processos biológicos, como por exemplo natalidade, saúde, higiene, etc.

Conforme Guareschi, Lara e Adegas (2010), o poder disciplinar se constituiu nos séculos XVII e XVIII, contando com um conjunto de instituições que passaram a se ocupar de condicionar, vigiar e, eventualmente, castigar os indivíduos. No desenvolvimento da era industrial, também emergiram as diversas disciplinas e seus estudos analíticos, produzindo saberes sobre o corpo. Partindo dos registros anatômicos e políticos sobre o corpo, em vários campos de saber-poder, se organizou o que Foucault denominou sociedade disciplinar. De acordo com Foucault (2012), no que diz respeito ao controle dos seres vivos pelo suporte dos processos biológicos, o Estado junto a outras instituições passou a articular um conjunto biopolítico de ações tendo na família seu instrumento fundamental entendendo-a como segmento privilegiado através do qual se conseguia obter coisas da população (comportamentos sexuais, demografia, consumo, por exemplo). Mais tarde, a família passou a assumir uma dimensão instrumental em relação à população e a população, emergiu “como um dado, como um campo de intervenção e como o objeto da técnica de governo” (Foucault, 2012, p.428).

Para Guareschi, Lara e Adegas (2010), a integração entre tecnologias disciplinares e biopolíticas, em parte, destinou-se a responder às necessidades que a expansão dos mercados começou a apresentar. Era preciso que as intervenções fossem mais sutis e menos autoritárias que na sociedade disciplinar, ao mesmo tempo em que também era preciso dar conta do aumento populacional em processo naquela época. Além disso, era necessário que houvesse sujeitos livres para atuar no liberalismo e que o Estado interviesse o menos possível no sistema econômico. Assim, fracionadas a partir de características apontadas pelos diversos campos de saber – especialmente das Ciências Humanas e Naturais, como medicina, pedagogia, psicologia, matemáticas, entre outros - as fatias populacionais passaram a ser alvo de intervenção através de políticas específicas, pautadas pelo investimento na vida e a promoção da autonomia.

De acordo com Foucault (2012), gerir a população não se refere apenas a gerir a massa coletiva dos fenômenos ou seus resultados globais, mas sim, gerir minuciosamente, no detalhe, em profundidade – o que torna mais agudos o problema do fundamento da soberania e a necessidade de desenvolver a disciplina. Isso implica em compreendermos que não se trata da substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo, mas que “trata-se de um triângulo: soberania – disciplina – gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (Foucault, 2012, p.428). Conforme o autor, essa dinâmica configura a era da governamentalidade em que vivemos desde o século XVIII, e por isso, consideramos importante apresentá-la aqui.

Nesse processo de governo da população ocorreram movimentos sociais de cunho político, jurídico, científico filosófico e religioso no sentido de universalizar as bases do que nos garante como seres humanos, como apontam Guareschi, Lara e Adegas, (2010). Entre estes, os autores destacam a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), com foco nos direitos civis e políticos, afastando os cidadãos das soberanias e fortalecendo a construção do sujeito livre, caro ao capitalismo. Destacam também a Declaração dos Direitos Humanos Universais (1948), que agrega aos direitos civis e políticos os direitos econômicos, sociais, culturais, etc., passando a considerar as condições de vida da humanidade em seus diferentes aspectos e, portanto, opondo-se ao capitalismo em função das desigualdades que provoca. A partir desta Declaração, o Estado foi convocado a promover políticas públicas para responder às necessidades da população e garantir os direitos sociais ao longo dos séculos XIX e XX, como já havíamos apontado no tópico anterior.

Entretanto, de acordo com estes autores, o processo a partir do qual o sistema jurídico fundou o sujeito de direitos - sujeito por excelência das políticas públicas - foi simultâneo ao processo a partir do qual o mercado, a partir da racionalidade neoliberal, fundou o *homo oeconomicus*. Este outro sujeito se configura como o sujeito do interesse, do jogo de interesses que acontece em função da não ação direta do Estado na economia, a partir de uma dinâmica em que age de acordo com seus interesses para que os outros façam o mesmo e, assim, a economia se mantenha aquecida. Os interesses coletivos, neste caso, se manifestam a partir do interesse de cada indivíduo, de sua própria vontade. A partir disso, evidencia-se uma tensão inerente ao contexto neoliberal e, portanto, característica da formulação de políticas sociais públicas: a produção simultânea de duas figuras subjetivas que se opõem, mas se complementam – o sujeito de direitos e o *homo oeconomicus*.

Conforme Hamann (2012), o neoliberalismo se esforça em assegurar que os indivíduos são obrigados a assumir valores baseados no mercado em todos os seus julgamentos e práticas para reunir quantidade suficiente de “capital humano” e assim se tornarem “empreendedores de si”. Diz o autor: “O *homo oeconomicus* neoliberal é como se fosse um “átomo” de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício, excluindo explicitamente todos os demais valores e interesses” (p.102). Sendo assim, o fracasso de alguém em prosperar em tais condições sociais é atribuído única e exclusivamente a si mesmo. O *homo oeconomicus*, aponta Hamann (2012), não é construído como um cidadão que obedece às regras, busca objetivos comuns e lida com problemas compartilhados, sendo um dos efeitos disso a despolitização dos poderes social e econômico, bem como, a redução da cidadania política a um alto grau de passividade e complacência política.

A racionalidade neoliberal, portanto, permite que se evite qualquer tipo de responsabilidade coletiva, estrutural ou governamental pela vida. Conforme o autor, o cidadão-modelo neoliberal é aquele que constrói estratégias para ele mesmo entre as diversas opções sociais, políticas e econômicas, não aquele que se empenha com outros para alterar ou organizar essas opções. Sendo assim, uma cidadania neoliberal plenamente realizada seria o oposto da preocupação com o público. O corpo político deixaria de ser um corpo, tornando-se, um conjunto de empreendedores e consumidores individuais.

A partir de uma análise da sociedade estadunidense, o Hamann (2012) diz que “no interior da racionalidade da governamentalidade neoliberal, o *homo oeconomicus* não é um ser natural com formas de conduta e comportamento previsíveis, mas, ao contrário, uma forma de subjetividade que deve ser trazida à tona e mantida por meio de mecanismos sociais de assujeitamento” (p.108). Ou seja, o “homem econômico” é um sujeito que deve ser produzido por meio de uma forma de conhecimento e de relações de poder que buscam encorajar e reforçar práticas individuais de subjetivação. Acreditamos que em alguma medida seja possível transpor essa análise para a sociedade brasileira, entendendo que as políticas sociais, especialmente as políticas públicas, operam a partir desta lógica.

* * *

A PAISAGEM DA PESQUISA

Dadas algumas pinceladas sobre a construção das políticas sociais no Brasil, esboçada a compreensão das mesmas como estratégias de governamentalidade contemporâneas,

esperamos ter conseguido apresentar ‘autores e tratados’ que, com seus estudos e análises, colaboram para a criação da paisagem de pesquisa que constitui esse relatório. De antemão podemos dizer que essas idéias são retomadas ao longo da escrita, de outras formas, articuladas a outros conceitos e exemplos, o que poderá colaborar caso não tenham ficado nítidas o suficiente. Seguimos agora, por fim, para certo delineamento do estilo e da técnica através dos quais pintamos nosso quadro. Nosso estilo de pesquisar é inspirado, sobremaneira, na forma como Foucault conduzia seus estudos, conforme abordamos de forma mais detalhada no capítulo 5 ao descrever nossa concepção de pesquisa-experiência. Por enquanto, importa dizer que parte da experiência enquanto psicóloga no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como, da pesquisa vivida enquanto experiência.

Conforme antes colocado, as políticas sociais no Brasil vivem um momento de expansão nos últimos anos e, entre estas, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ganha destaque enquanto empregadora de psicólogos. Apesar disso, a inserção no campo ainda não é tranqüila e não temos acúmulo de conhecimento que permita avaliar os efeitos dessa rápida e crescente movimentação. Tomando a PNAS para análise enquanto estratégia de governamentalidade, entendemos que existe um regime de verdades que sustenta essa inserção, bem como, jogos de poder que a colocam em movimento e tecnologias de subjetivação que daí emergem. Interessa-nos dar visibilidade ao modo como estas três dimensões se articulam para pensar as práticas psi que se constituem a partir dessa articulação. Mas, como fazer isso? Por onde começar? A escolha foi começar pelo incômodo. Por um incômodo, na verdade, entre tantos.

Não foi necessário muito tempo para que as cores de um deles se mostrassem mais vivas e se derramassem em minha paleta. Conforme narrado anteriormente, ser psicóloga na assistência era algo novo para mim, mas também, para toda a categoria profissional em 2008. Assim, raros eram os escritos sobre o tema, as teorias aprendidas não eram suficientes para subsidiar o trabalho e as técnicas tampouco se mostravam compatíveis com a demanda que se constituía – o que deu início a uma busca incessante de referências para a prática profissional. Diante da necessidade posta pelo campo de trabalho, os primeiros materiais lançados nesse sentido foram avidamente lidos, relidos, discutidos, problematizados em diferentes espaços, com muitos colegas, iniciando nas reuniões de equipe do CREAS em São Leopoldo, passando pelos encontros “Conversando sobre o SUAS” promovidos pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul - CRPRS e chegando ao grupo E-politics.

O contato intenso com os materiais produzidos com orientações técnicas e diretrizes para atuação do psicólogo nos equipamentos do SUAS - que de início aliviaram as

ansiedades, inseguranças e receios, passaram a constituir meu incômodo. Mais do que os próprios conteúdos, o que gerou mal-estar no contato sistemático com estes documentos foi perceber certo alinhamento entre as orientações técnicas veiculadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e as referências para a prática dos psicólogos nos serviços, programas e projetos, apresentadas pelo Conselho Federal de psicologia -CFP. Atravessadas pela lembrança do período da ditadura civil-militar, no qual a categoria profissional colocou seus saberes e práticas a serviço da violência de Estado, passamos a refletir sobre como foi possível esse alinhamento e quais os seus efeitos - Que movimentos permitiram a atualização dessa articulação entre Psicologia e Estado?

Correndo o risco de sermos inicialmente mal entendidas por macular algo que parece tão caro à profissão nos dias de hoje, ousamos dizer que encontramos no discurso do Compromisso Social da Psicologia os elementos dão condições de possibilidade para que esta realidade se constituir desta forma, conforme procuramos visibilizar no capítulo 1. Em um momento em que é crescente o número de profissionais trabalhando em políticas públicas a partir das orientações do Centro de Referência e Pesquisa em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP e que a assistência social vem se apresentando como um dos maiores campos de empregabilidade para os psicólogos entendemos ser pertinente a reflexão sobre esse discurso visando acompanhar seu processo, compreender as linhas de força e enunciação atuantes e os efeitos de seus agenciamentos.

Nesse sentido, como antes anunciamos, tomamos como referência o pensamento de Michel Foucault, através de idéias e conceitos desenvolvidos pelo autor em diferentes momentos de seu pensamento: os saberes e discursos nas arqueologias dos anos 1960, os poderes e a governamentalidade nas genealogias dos anos 1970 e os cuidados de si na genealogia da ética dos anos 1980 (Ferreira, 2009). Conforme Gross (2011), estas dimensões não são como partes distintas que precisam ser estudadas como domínios separados, mas sim, a partir de sua correlação.

No que diz respeito à proposta metodológica, assim como Foucault (2003), não temos uma teoria geral que se aplique, do mesmo modo, a domínios diferentes, tampouco um instrumento certo. Constituímos nossas propostas metodológicas, aqui referidas como técnicas de pintura, de forma processual, conforme fomos experimentando o campo e a nós mesmas ao longo da pesquisa, combinando movimentos e intensidades que permitiram fazer aparecer aquilo que procurávamos. O que não significa dizer que não tenhamos pensado nos modos a partir do qual colocamos em análise os elementos tomados, mas sim, que eles se aproximam mais de uma aposta na experimentação do pensamento, criando novas

possibilidades de produção de conhecimento, do que de caminhos pré-determinados e metas dadas de antemão, conforme sugerem Passos, Kastrup e Escócia (2009).

Assim como Zambenedetti e Silva (2011), acreditamos na possibilidade de trabalharmos com diferentes pincéis metodológicos na medida em que a abertura à experimentação constitui as questões epistemológicas, éticas e políticas que fundamentam as abordagens, como no caso da genealogia proposta por Foucault e da cartografia proposta por Deleuze e Guattari. Conforme lembram os autores, a preocupação dos mesmos ao forjarem estas abordagens era criar ferramentas de problematização e análise, sem a intenção de erigir métodos cristalizados, baseados em regras e procedimentos pré-definidos, mantendo aberta a possibilidade de experimentação do acoplamento cartografia-genealogia. Diante disso, afirmamos que nossa técnica utiliza pincéis genealógicos e cartográficos cujo ritmo, intensidade e quantidade de pinceladas se imprimem na tela de acordo com o quadro que queremos pintar em cada parte da pesquisa.

Os pincéis genealógicos nos possibilitam problematizar as linhas de força envolvidas na constituição de um determinado objeto, desnaturalizando as formas cristalizadas e instituídas a partir das noções de gênese e descontinuidade. A gênese diz respeito às condições de possibilidade de emergência, considerando a existência de um campo de forças, de disputa. A descontinuidade diz respeito ao modo de constituição da história, marcada por mudanças e transformações dos saberes e das práticas ali articulados e não por uma sucessão de fatos cronológicos que denotam progresso e linearidade. Enquanto isso, os pincéis cartográficos permitem a produção de conhecimento a partir de um processo de experimentação contínua, caracterizado pela abertura, conectividade e possibilidade e receber modificações constantemente, atravessado pelo regime da sensibilidade. Eles contribuem, especialmente, para a problematização da posição do pesquisador e do ato de pesquisar (Zambenedetti e Silva, 2011).

A escrita, por sua vez, foi construída buscando incluir a experiência do pesquisador e deixar à vista a processualidade da produção do conhecimento visto que, conforme Pozzana (2013) interessa “a trama que acompanha o ato de conhecer e de criar um mundo, pois assim nos aproximamos do que engendra o pessoal e o coletivo; aproximamo-nos do conhecimento concreto e articulado que tem efeitos políticos, éticos e estéticos” (p.327). Ainda que, conforme aponta Zanella (2013), essa não seja uma tarefa fácil, apresentando riscos como o de carregar nas tintas e transformar o relato em melodrama, em uma narrativa cheia de clichês, buscamos transformar o relato de pesquisa em uma espécie de narrativa do processo

intensamente vivido e a partir do qual, “não apenas conhecimentos foram produzidos, mas fundamentalmente pessoas e modos de vida foram reinventados”(p.136).

Chegamos ao fim dessa introdução com a intenção de que os auto-retratos... Autorretratos... Autores e tratos... Tenham, de fato, introduzido os movimentos da experiência que vivemos na paisagem de pesquisa e que procuramos apresentar, narrar, tratar, descrever, escrever, construir na dissertação. Agora, vamos ao que vi no SUAS , ou o que o SUAS me deu...

PARTE 1

O QUE VI NO SUAS

No anteprojeto apresentado para a seleção do mestrado, minha ideia era problematizar a atuação dos psicólogos junto as famílias usuárias do SUAS. Passados onze meses, algumas aulas, muitos debates, diversas leituras e potentes encontros, essa ideia foi ganhando outras dimensões e se abrindo para diferentes possibilidades de análise. Se tem algo que permanece nesse processo, é o contexto de onde emergiram minhas inquietações iniciais sobre o tema. Começarei, então, por descrevê-lo. O estranhamento e a desconfiança quanto às minhas próprias práticas dentro deste contexto foi o que possibilitou minha chegada à cena de pesquisa em que me encontro atualmente. Meu exercício tem sido olhar para este fazer não apenas como trabalhadora, nem apenas como pesquisadora, mas a partir de um outro lugar que me coloca, ao mesmo tempo, dentro e fora da cena, como quando nos olhamos em um espelho. Não tem sido muito fácil e nem sempre eu consigo fazer isso. Muitas vezes me percebo capturada pelo próprio espelho e, em outras, não vejo imagem alguma.

(Excerto de “A Proteção Social no SUAS e a Psicologia: Estranhamentos Necessários – texto para aula de metodologia. 27.06.2012)

A primeira parte dessa dissertação é composta por três capítulos, quadros pintados a partir da questão “Como vem se constituindo o discurso do Compromisso Social da Psicologia e, na medida em que ele é tomado pelo Sistema Conselhos, que efeitos produz nas práticas psi no SUAS?”. Através dela, revisitamos uma outra questão, mais ampla: Tem conseguido a Psicologia Social articular estratégias para produzir linhas de fuga e promover novas estéticas de existência? Em busca de algumas respostas nessa direção, estabelecemos como objetivo da pesquisa, em um primeiro momento, colocar em análise o discurso do Compromisso Social da Psicologia para compreender seus efeitos na produção de práticas psi no Sistema Único de Assistência Social. Os materiais com os quais nos encontramos foram, em grande parte, aqueles apontados no projeto de pesquisa, considerando as sugestões da banca de qualificação de suprimir alguns que não se mostravam como elementos interessantes para nossa pintura e acrescentar outros que poderiam abrir certas tonalidades. Listamos os mesmos abaixo:

A) Cadernos de Deliberações do Congresso Nacional de Psicologia (CNP): O CNP é a instância máxima de deliberação da categoria profissional, responsável por estabelecer as diretrizes para a atuação dos Conselhos no triênio subsequente à sua realização, conforme resolução n 017/2000 do Conselho Federal de Psicologia. Realizado a cada três anos e

precedido de Congressos Regionais, desde a primeira edição em 1994 até a mais recente em 2010, o CNP traz como temas diferentes aspectos articulados ao compromisso social como, por exemplo: direitos humanos, protagonismo social da Psicologia, aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos, políticas públicas, ética e cidadania, promoção de direitos. Tomamos como material de pesquisa os cadernos de deliberações dos CNP com o objetivo de evidenciar as condições histórico-culturais que possibilitaram a emergência e transformação do Projeto de Compromisso Social da Psicologia e acrescentamos a eles os discursos de abertura do VIII CNP.

B) Relatório Final do Projeto Banco Social de Serviços em Psicologia (CFP, 2005): Este documento apresenta os resultados de uma experiência construída e desenvolvida no período de 2003 a 2005, a partir dos Conselhos de Psicologia, com o objetivo de apresentar as práticas disponíveis na profissão à sociedade e ao Estado para serem postas em execução, por um conjunto de psicólogos militantes do projeto do “compromisso social da Psicologia” (Bock, 2005, s/p). Considerando que a PNAS é de 2004 e o SUAS de 2005, tomaremos este relatório como material a ser estudado com o objetivo de dar visibilidade ao diagrama de forças atuantes na articulação entre o Projeto do Compromisso Social da Psicologia e o Sistema Único de Assistência Social.

C) Orientações Técnicas produzidas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP: A partir da experiência do Banco Social de Serviços em Psicologia, foi organizado dentro do Sistema Conselhos um centro de pesquisas com objetivo de consolidar a produção de referências para atuação dos psicólogos em Políticas Públicas. Desde 2006, foram publicados doze documentos, entre os quais, cinco relacionados ao campo da assistência social. Como material de análise, tomamos três deles: “Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS” (CFP, 2007) - por ser o primeiro material publicado, “Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS” (CFP, 2012) – por ser o mais recente, e “Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): informações para gestoras e gestores” (CFP, 2011) - pela especificidade de do público alvo. Ao selecionar estes materiais, tivemos como objetivo mapear estratégias utilizadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia no que se refere à consolidação Projeto do Compromisso Social da Psicologia entre os psicólogos que atuam no Sistema Único de Assistência Social.

D) Registros referentes aos encontros “Conversando sobre a psicologia e o Suas”: estes encontros fazem parte de um projeto regional do CREPOP desenvolvido desde 2011, a partir

de solicitação dos participantes das pesquisas referentes ao SUAS de continuar o processo de reflexões coletivas e avançar na definição das práticas profissionais nesse âmbito (Reis; Giugliani; Pasini, 2012). Buscamos no site do CRPRS, produções escritas geradas pelos encontros realizados no período citado, assim como, consideramos registros pessoais de encontros em 2013/2014. Isso, a fim de identificar efeitos do Projeto do Compromisso Social da Psicologia na produção de práticas psi no Sistema Único de Assistência Social e mapear estratégias utilizadas pelos Conselhos Federal e Estadual de Psicologia no que se refere a consolidação Projeto do Compromisso Social da Psicologia entre os psicólogos que atuam no Sistema Único de Assistência Social, em âmbito regional.

A análise dos materiais foi realizada a partir de marcadores que definimos à medida em que fomos acompanhando o discurso do Compromisso Social da Psicologia em suas interações com as práticas psi no SUAS nos referidos documentos. Nosso foco foi, conforme Foucault (2012), as perturbações da continuidade, as interrupções que permitem um afastamento do bloco maciço e homogêneo de conhecimentos, da positividade familiar, e nos levam para o terreno das transformações do qual a partir de múltiplos elementos determinantes emergem as condições de aparição de uma singularidade, não como produto, mas como efeito (Foucault, 2005). Assim, apesar de termos tomado cada material com a intenção de extrair pigmentos específicos para elaboração de nossas tintas, nossos encontros evidenciaram que eles não se apresentavam de forma separada, mas diluída em todo o conjunto de documentos. Aqui, novamente fazemos um esforço para apresentá-los em quadros separados a fim de dar visibilidade a algumas análises possíveis, mas cientes de que as cores do saber, do poder e do sujeito se repetem, se misturam, se matizam entre eles e através deles.

O capítulo 1, “Auto-Retrato na Fronteira do México com Estados Unidos: verdades oferecidas por dois mundos”, coloca em evidência os discursos acerca da atuação do psicólogo no SUAS encontrados tanto nos documentos oficiais referentes à esta política pública quanto nos materiais produzidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia. O capítulo 2, “O Sonho ou auto-retrato, a Sonhar: um esboço dos jogos que constituem a assistência social como campo de atuação para os psicólogos” apresenta o SUAS enquanto dispositivo de poder e problematiza algumas relações estabelecidas entre Psicologia e Estado a partir da inserção nessa rede. O capítulo 3, “Recordação ou O Coração: sobre os sujeitos que emergem nesse governo”, trata das práticas psi no SUAS e seus efeitos na produção de subjetividades.

CAPÍTULO 1

Auto-Retrato na Fronteira do México com os Estados Unidos: verdades oferecidas por dois mundos



Figura 4 - "Auto-Retrato na Fronteira do México com os Estados Unidos" (1932)

A obra de Frida escolhida para dar nome a esse capítulo, Auto-Retrato na Fronteira do México com Estados Unidos (1932), torna evidentes a ambivalência com relação ao primeiro país e as saudades do segundo, claramente manifestadas pela artista após dois anos morando na América. Na tela, conforme Kettenmann (2010), elegantemente vestida de cor-de-rosa e usando luvas compridas de renda branca, a artista surge como uma estátua em um pedestal na fronteira entre dois mundos diferentes, carregando em uma mão a bandeira do México e, na outra, um cigarro. A figura de Frida, do ponto de vista da autora, parece receber energia dos dois mundos através de um gerador de eletricidade que está sob solo americano, mas extrai energia das raízes de uma planta mexicana.

Diante disso, apontamos que a escolha dessa obra se relaciona ao que colocamos em análise neste capítulo acerca dos discursos de verdade através dos quais o Sistema Conselhos e o MDS estabelecem práticas psi no SUAS. É como se uma Frida Compromisso Social possibilitasse o encontro entre Psicologia e Estado, ao mesmo tempo em que se retroalimenta desse encontro, implicada com os jogos de poder que constituem a dinâmica desta política social pública e com os processos de subjetivação que operam em seus contextos. Ao longo

do capítulo, nos propomos a dar visibilidade a algumas condições que possibilitaram o surgimento e a permanência de determinadas práticas discursivas através de um exercício genealógico que parte dos cadernos de deliberações do Congresso Nacional de Psicologia. Tal perspectiva possibilita a compreensão da formação discursiva como construção histórica, evidenciando as condições que permitem sua emergência enquanto dimensão de saber que constitui um dispositivo de poder – o Sistema Único de Assistência Social.

Conforme Foucault aponta em “A ordem do discurso” (1996), toda a sociedade, como construção histórica, tem seu suporte em práticas discursivas que a atravessam criando assim as possibilidades para que surja através de uma formação discursiva própria, porém, inter-relacionada com o macro contexto. Disso entendemos que toda sociedade engendra discursos, tendo sua produção controlada, selecionada, organizada, e redistribuída a partir de certos procedimentos que o legitimam enquanto verdade ou o excluem de uma formação discursiva. Em textos como “A arqueologia do saber” (1969) e “A ordem do discurso” (1970) o autor identifica e, posteriormente, atualiza, procedimentos internos e externos que regulam o acontecimento discursivo.

Os procedimentos internos – comentário, autor e disciplina - regulam o discurso através de princípios de classificação, de seleção, de ordenação, de distribuição. Já os procedimentos externos de regulação do discurso, conforme Faé (2004) nos ajuda a compreender, foram definidos a partir de sistemas de exclusão que cumprem função estratégica. O ciclo da interdição, a separação e a vontade de verdade voltam-se para dominar o acontecimento aleatório sendo, ao mesmo tempo, formadores do ambiente em que se inscrevem e atravessados por este mesmo meio institucional. Entre eles, a vontade de verdade o norte de condução, pois retoma os anteriores por sua própria conta para modificá-los e fundamentá-los, colocando em pauta o desejo e o poder.

Diante disso, Foucault aponta quatro noções que devem seguir de princípios para uma análise discursiva: noção de acontecimento, de série, de regularidade e de condições de possibilidade. Acontecimento é o conjunto de forças presentes no meio e que possibilitam a emergência de determinada prática. Série é a análise em relação ao tema como multiplicidades determinadas historicamente. Regularidade são as regras do campo, onde as singularidades se distribuem e reproduzem. Condições de possibilidade são alternativas abertas no campo como resultado das relações de força que definem as opções de emergência. Essas quatro noções substituem respectivamente outras quatro noções que, de modo geral, tem dominado a história tradicional das ideias: criação ou ponto de origem da obra, obra enquanto continuidade e estabilidade, originalidade centrada em um indivíduo e ideia de

significação (Faé, 2004). A partir das quatro noções apontadas por Foucault é que tomamos o Compromisso Social da Psicologia enquanto discurso.

* * *

1.1 PSICOLOGIA, ORDEM E PROGRESSO

Pensar o Compromisso Social da Psicologia enquanto discurso demanda olharmos para as forças que atravessaram a história da própria Psicologia no país. Nesse sentido, Lopes (2005) remonta as concepções mais remotas referenciadas como pensamento psicológico, que antecederam ao estabelecimento da Psicologia no Brasil, desde o período pré-colonial (séc. XVI e XVII) cujos registros podem ser encontrados em documentos, análises e em discussões sobre fenômenos psíquicos produzidos por autores brasileiros e portugueses estabelecidos no Brasil, de modo geral com formação jesuítica e universitária europeia e com função política ou religiosa na colônia. De acordo com a autora, todo o conhecimento da época sobre fenômeno psicológico foi utilizado pelos representantes do poder para dominar a população indígena, normatizar seu comportamento e reprimir sua cultura.

Esses movimentos iniciais do Brasil colônia se atualizam no Brasil império, a partir do século XIX quando a mudança da corte para o país cria a necessidade de formar quadros para garantir o aparato repressivo e administrativo do governo e são instituídos os primeiros cursos superiores. Nesse momento, aponta a autora, a produção de saber psicológico ocorre a partir da Medicina e da Educação, influenciada significativamente pelo pensamento europeu representante das correntes liberais e positivistas. A partir da década de 20 a Psicologia passa a se dedicar às questões do trabalho na seleção, avaliação, prevenção de acidentes e higiene, assumindo junto a outras ciências a função de sustentáculo científico de novos métodos de administração demandados pelos empresários brasileiros diante do fortalecimento dos sindicatos, da difusão do ideário anarquista e, portanto, diante da necessidade de novas práticas de controle.

Do exposto, podemos compreender que uma das linhas de força que atravessa a história da profissão no país desde suas primeiras versões é a necessidade de manter determinada organização social. Outra, derivada desta, é a utilização de saberes psicológicos para identificar e corrigir comportamentos que fogem do que está estabelecido como padrão em determinado período. Também, a preocupação em atender interesses de grupos hegemônicos, contribuindo para a “exploração sem resistência”. E, por fim, outra linha de força é constituída pela inspiração em referenciais estrangeiros sustentados em correntes de

pensamento liberais e positivistas. Entendemos o conjunto dessas linhas de força como acontecimento que possibilita a emergência de uma Psicologia a serviço do Estado, em sintonia com o contexto histórico e social vigente.

Conforme aponta Leite (2008), “Também não podemos nos esquecer de que a Lei 4.119/62 foi aprovada “no apagar das luzes de um governo democrático, tido pelas oligarquias dominantes como “comunista”, e num momento em que as forças reacionárias, de direita, organizavam-se para derrubar o poder constituído, culminando no golpe militar de 1964” (p.11). Ou seja, aos movimentos de institucionalização da profissão no país, que culminam com a criação da profissão em 1962, seguem-se nove anos de silêncio que, de acordo com o mesmo autor, abrangem os piores anos do regime militar, produzindo intensa repressão política e amedrontamento das pessoas, desprotegidas nos seus direitos mais básicos. Os psicólogos, diz ele, como as outras categorias profissionais, não estavam fora desse clima de constrangimento e medo. A própria criação dos Conselhos de Psicologia, carrega em sua lei nº 5.766/71 muito do clima político daquele momento de forte ligação com o Estado, trazendo como função dos Conselhos “fiscalizar, orientar e disciplinar” o exercício da profissão.

Sobre esse período, Ferreira Neto (2010) destaca que paralelamente a uma intensa repressão política, o regime militar obteve sucesso no plano macro econômico, especialmente no período conhecido como “milagre econômico” (1968-1973). O regime desempenhou um papel catalisador de promoção da indústria, comércio e consumo interno, especialmente entre as classes média e alta da população, dentro dos padrões do capitalismo industrial. Sendo assim, essas classes sociais experimentaram processos de subjetivação típicos das sociedades industriais modernas, ou seja, caracterizados por uma alta valorização da interioridade psicológica - o que as transformaram em ávidas consumidoras dos serviços psicológicos prestados pelos profissionais psicólogos. Conforme o autor, a conjuntura histórica promovida pelo novo regime fortaleceu o projeto individualizante e psychologizante da família nuclear, sendo “a importância do consumismo, a busca da ascensão social como decorrência dos méritos pessoais, a sobrevalorização da intimidade psicológica algumas das balizas desse modo de vida” (p. 132). Nesse cenário, “o íntimo e o familiar tornam-se o refúgio derradeiro contra os terrores sociais, já que a política era entendida como pertencente ao governo, e a competência das pessoas deveria estar restrita ao trabalho, ao estudo, enfim, à ascensão social” (p.132).

Entretanto, conforme estudos sobre a “geração AI-5”, o autor aponta que o autoritarismo militar não foi causa direta da construção da cultura psicológica e individualista no Brasil. Ele na verdade foi o criador das condições político-econômicas que

“desestruturaram o núcleo da família burguesa e levaram seus membros a redefinirem suas identidades privadas” (Costa, 1984, p. 137 apud Ferreira Neto, 2010). Essas novas “identidades privadas” se modelaram conforme os parâmetros hedonistas de valorização do corpo e do psiquismo, típicos das sociedades de consumo desenvolvidas e democráticas. De qualquer modo, esse contexto fertilizou a sobrevalorização da intimidade psicológica, realçando a importância social dos profissionais “psi”, diz o autor. Inclusive, é preciso lembrar os serviços prestados por psicólogos durante esse período conforme aponta Coimbra (1995):

Algumas situações e fatos, para nós dolorosos e perversos, devem ser lembrados: houve profissionais “psi” que apoiaram e respaldaram a patologização dos que lutavam contra a ditadura, classificando-os como “carentes”, “desestruturados”, ou seja, “doentes”, por meio de uma pesquisa, “O Perfil Psicológico do Terrorista Brasileiro”, que usou uma série de testes psicológicos aplicados a presos políticos. Alguns desses profissionais forneceram laudos psiquiátricos e psicológicos de militantes presos, entre 1964 e 1978, também patologizando-os. Uma prática mais indigna ainda foi a dos profissionais que davam suporte às torturas, orientando os torturadores acerca dos limites dos presos, para continuarem sendo torturados ou não, como foi o caso de Amílcar Lobo, que, à época, fazia formação psicanalítica. (Coimbra, 2008, p.15)

Nos anos 70, entretanto, alguns movimentos de ruptura e descontinuidade com relação ao percurso que a profissão vinha traçando no país começam a ganhar proporção. Ainda que hegemonicamente vigorasse a crença na legitimidade do controle da sociedade através de práticas psicológicas, no interior da profissão e em articulação com intelectuais de outras áreas, começaram a serem traçadas algumas linhas de fuga. Movimentos de militância possibilitaram diversas experiências de psicólogos junto aos movimentos populares, como faziam também outros profissionais das ciências humanas, desenvolvendo atividades como reuniões e discussões em torno das necessidades vividas pela população, levantamentos e descrições das condições de vida, assistência psicológica gratuita, participação em passeatas, mobilizações e abaixo assinados que protestavam contra as precariedades das condições de existência e reivindicavam serviços básicos (Freitas, 2003).

Lembrando sempre que este não era o entendimento predominante acerca da Psicologia e de seu papel enquanto profissão, teve início uma luta não apenas para deselitizar a psicologia como também, pelo envolvimento e participação política da profissão. Diante disso entendemos que à Psicologia a serviço do Estado se opõe, inicialmente, esse outro conjunto de forças criado pelas experiências com comunidades, pela articulação com outros saberes, pela politização das discussões dentro da profissão. A articulação desse conjunto de

forças é compreendida aqui como acontecimento que possibilita a emergência uma Psicologia comprometida com a garantia de direitos. Os jogos de poder entre essas duas PsicoLOGIAS são condição de possibilidade para o discurso do Compromisso Social da Psicologia se instituir na década seguinte.

Entendemos que a partir de uma descontinuidade no processo de institucionalização da profissão que se estabelecia, de um movimento de ruptura com posições até então predominantes dentro da categoria engendrados em um cenário de transformação do cenário político nacional, são criadas as possibilidades para que temas como política, direitos sociais, cidadania, políticas públicas, entre outros a estes relacionados, passem a ser de interesse para os psicólogos, marcando de forma sutil e dispersa a construção da garantia de direitos como um objeto para a profissão, a partir das forças presentes naquele momento histórico e dos problemas que se tentava responder. De acordo com Scarparo e Guareschi (2007), a participação de intelectuais em movimentos de emancipação política era crescente e uma expressiva quantidade de psicólogos passou a questionar o papel e a responsabilidade social da psicologia, relacionando-os aos aspectos sociais e políticos da sociedade brasileira naquele momento.

Assim, ao mesmo tempo em que se instituía o Conselho Federal e os Regionais da profissão, emergiam manifestações que procuravam desmistificar as teorias psicológicas, bem como, discutir suas origens ideológicas e os valores subjacentes às lógicas postuladas. Neste mesmo período, alguns Sindicatos de Psicologia também começaram a se opor aos processos que vinham se instituindo, aos compromissos que a profissão vinha mantendo com a elite do país, e começaram a ter visibilidade outros ideais com relação aos rumos da profissão, formas de atuação e espaços para a psicologia na sociedade brasileira. Estes grupos começaram também a ocupar os Conselhos de Psicologia, ampliando as discussões que fomentaram o discurso do Compromisso Social, como veremos adiante.

* * *

1.2 CONGRESSO NACIONAL... DE PSICOLOGIA?

Depois de dar visibilidade a algumas condições que possibilitaram o surgimento e a permanência de determinadas práticas na Psicologia do país buscaremos evidenciar as condições que permitem a emergência do discurso do Compromisso Social da Psicologia enquanto dimensão de saber que constitui um dispositivo de poder – o Sistema Único de

Assistência Social. Nesse sentido, apresentaremos a seguir algumas análises feitas a partir dos cadernos de deliberações dos Congressos Nacionais de Psicologia, buscando desnaturalizá-lo e colocá-lo novamente enquanto produção histórica de um momento específico da Psicologia no Brasil. Antes de irmos adiante, entretanto, voltaremos brevemente aos processos de criação do Sistema Conselhos a fim de evidenciar a importância que o Congresso Nacional de Psicologia assume nesse cenário enquanto campo no qual, a partir de procedimentos internos e externos que regulam o acontecimento discursivo, o Compromisso Social da Psicologia se legitima enquanto verdade.

Conforme antes exposto, entre a regulamentação da profissão no país através da lei 4119/62 e a instauração dos Conselhos Profissionais de Psicologia, nove anos se passaram. A lei 5766/71 foi sancionada pelo então ditador Emílio G. Médici, ou seja, no durante os anos de chumbo. Talvez, e principalmente por isso, aponta Bock (2008), a estrutura dos Conselhos fosse hierarquizada e federativa, ou seja, a direção da entidade era montada a partir de indicações dos Conselhos Regionais. Os psicólogos ficavam distantes da indicação dos conselheiros do CFP. Nessa época, conforme a autora, sete Conselhos Regionais compunham o conjunto da autarquia com o CFP, sendo previstas para essas entidades as atividades de estabelecer regras para a profissão, realizar processos e julgamentos éticos e fiscalizar a atuação profissional. Diante desse quadro, conforme Albanezi (2008), os psicólogos passaram a questionar o papel dos Conselhos enquanto entidades representativas da profissão.

Começaram, então, os debates e reflexões acerca do papel do psicólogo na sociedade e da função social dos Conselhos. No II CNP, foi colocada a necessidade da revisão da estrutura dos Conselhos de Psicologia no Brasil na direção de formas democráticas de se construírem deliberações no Sistema Conselhos de Psicologia. O Congresso Nacional da Psicologia – CNP constituiu-se, então, como instância máxima de caráter deliberativo, responsável por estabelecer diretrizes políticas para a atuação da autarquia para o triênio subsequente à sua realização, devendo ser realizado a cada três anos, sendo local de articulação política e inscrição de chapas para o Conselho Federal. Em âmbito regional, esse processo se dá através dos COREPs – Congressos Regionais de Psicologia. A Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF, por sua vez, se constituiu como instância deliberativa no âmbito de suas atribuições, logo abaixo do Congresso Nacional da Psicologia. Dela participam três delegados do Conselho Federal e por representantes dos Conselhos Regionais, proporcionalmente ao número de psicólogos inscritos, com representação máxima de três e mínima de um delegado por Regional (Albanezi, 2008).

Entendemos que, por mais democrática e dinâmica que seja a estrutura de funcionamento do Sistema Conselhos, existem limites importantes no que se refere à participação dos profissionais nos processos coletivos de debate e decisões. Por outra via, reconhecemos a potência desses espaços no que se refere à regulação de formações discursivas no cenário da profissão no país. Sendo assim, tomamos os cadernos de deliberações dos CNPs como documentos que permitem compreender como o discurso do Compromisso Social da Psicologia foi adquirindo estatuto de verdade e como foi se transformando ao longo dos últimos 20 anos, assim como, as estratégias que o Sistema Conselhos foi utilizando para consolidá-lo entre os psicólogos.

Os documentos estavam, em sua maioria, disponíveis on-line exceto os referentes ao I CNP e ao III CNP. Enviamos email solicitando este material ao Conselho Federal de Psicologia, através do site www.pol.com.br, mas não obtivemos resposta. Além desta dificuldade com relação a estas duas edições em especial, outras vieram em função dos diferentes formatos a partir dos quais os mesmos foram organizados, impossibilitando algumas comparações entre as informações. Por exemplo, algumas edições incluem mensagem da Mesa Diretora no início, outros, mensagem da presidência do CFP e, alguns, não trazem mensagem nenhuma, apenas apresentam as deliberações. As próprias deliberações, inicialmente aparecem como ‘teses’, depois passam a ser ‘propostas’ organizadas em grandes eixos temáticos. As versões mais recentes, da sétima e oitava edição parecem seguir um mesmo padrão. Diante disso, optamos por realizar a leitura dos documentos e a elas acrescentar a leitura de textos produzidos pelo CFP sobre os Congressos.

A partir da leitura de outras pesquisas feitas sobre o tema, em especial a publicada por Gonçalves (2010) “Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas” e a de Lopes (2005), sobre “O compromisso social dos psicólogos brasileiros evidenciado nas publicações da revista Psicologia: Ciência e Profissão”, assim como, do encontro inicial com os documentos antes citados, as expressões compromisso social, direitos humanos e políticas públicas se mostraram pertinentes enquanto marcadores para análise, como pode ser observado em um primeiro olhar sobre os temas de cada edição no quadro que segue.

CONGRESSO	TEMA	EIXOS	DATA / LOCAL
I Congresso Nacional da Psicologia	Processo Constituinte – repensando a	•Entidades e organização política;	25 a 28 de agosto de 1994, em Campos do

.	Psicologia	<ul style="list-style-type: none"> •Exercício profissional; •Formação profissional 	Jordão-SP.
II Congresso Nacional da Psicologia	O psicólogo vai mostrar a sua cara!	<ul style="list-style-type: none"> •Formação e exercício profissional ; •Leis 4.119 e 5.766; •Eleições nacionais. 	28 de agosto a 01 de setembro de 1996, em Belo Horizonte-MG.
III Congresso Nacional da Psicologia	Psicologia: interfaces – políticas públicas – globalização	<ul style="list-style-type: none"> •Globalização ; •Interfaces ; •Políticas públicas. 	24 a 28 de junho de 1998, em Florianópolis-SC
IV Congresso Nacional da Psicologia	Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais: construindo o compromisso social da Psicologia	<ul style="list-style-type: none"> •Profissão; •Direitos Humanos; •Políticas Públicas; •Conselhos de Psicologia; •Formação. 	21 a 24 de junho de 2001, em Brasília-DF.
V Congresso Nacional da Psicologia	Protagonismo social da Psicologia: as urgências brasileiras e a construção de respostas da Psicologia às necessidades	<ul style="list-style-type: none"> •Políticas públicas; •Inclusão social e Direitos Humanos; •Exercício profissional; 	17 a 20 de junho de 2004, em Brasília-DF.

	sociais		
VI Congresso Nacional da Psicologia	Do Discurso do Compromisso Social à Produção de Referências para a Prática: construindo o projeto coletivo da profissão.	<ul style="list-style-type: none"> •Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos; •Diálogos para a construção dos projetos coletivos da profissão; •Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais. 	14 a 17 de junho de 2007, em Brasília-DF.
VII Congresso Nacional da Psicologia	Psicologia e Compromisso com a Promoção de Direitos: um projeto ético-político para a profissão	<ul style="list-style-type: none"> •Aperfeiçoamento democrático do sistema conselhos •Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional •Diálogo com a sociedade e com o Estado 	03 a 06 de julho de 2010, em Brasília – DF.
VIII Congresso Nacional da Psicologia	Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos.	<ul style="list-style-type: none"> •Democratização do Sistema Conselhos e ampliação das formas de interação da 	30 de maio a 2 de junho de 2013, em Brasília –DF.

		categoria •Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho •Ampliação da participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas	
--	--	---	--

1.2.1 Compromisso social

Desde o final dos anos 80 a Psicologia inaugurou um novo discurso: o do Compromisso Social da Psicologia. Como colocado no início desse capítulo, ele significou um rompimento com o percurso a partir do qual se estruturava a profissão no país, com a proposta de atender às questões urgentes que atingiam a maior parte da sociedade brasileira, não mais às demandas de pequenos grupo da elite do país (Bock, 2010). Ao longo dos últimos vinte anos, esse discurso foi amadurecendo, ganhando legitimidade dentro da categoria profissional e ampliando seu alcance. Os cadernos de deliberações dos CNP contribuem para que possamos acompanhar esse processo.

A partir deles podemos dizer que nas duas primeiras edições do CNP o Compromisso Social da Profissão esteve em pauta de forma indireta. Na terceira edição do Congresso, em 1998, já podemos identificar uma clara articulação com o Compromisso Social, na medida em que a discussão das políticas públicas assume destaque - o Sistema Conselhos passa a se comprometer com a ampliação do mercado de trabalho para o psicólogo, dentro da perspectiva de atender às demandas da sociedade. Pode-se pensar que o III CNP preparou o terreno para que no CNP seguinte o Compromisso Social, assumisse centralidade enquanto proposta de construção coletiva para a profissão, estando evidente desde seu título: “Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais: construindo o compromisso social da Psicologia” Deste momento em diante, o Compromisso Social passa a ser a lente a partir da qual todos os temas são abordados.

Depois disso o discurso do Compromisso Social retornou em outras edições do evento, mas de forma menos explícita, visto que já definido enquanto discurso ético-político para a profissão o país. Assim, seus princípios se diluem em duas vias principais: Direitos Humanos e Políticas Públicas. Se volta a ser pautado diretamente, como ocorre no VI CNP, por exemplo, parece ser para sua afirmação enquanto base para as práticas psi e pela expectativa de um projeto coletivo para a profissão, algo apontado como necessidade no V CNP. Disso compreende-se que, nos últimos vinte anos tem sido defendida pelo Sistema Conselhos e, portanto, pela categoria profissional, a Psicologia que coloca suas prática a serviço da transformação social, de uma ética voltada para a emancipação humana, da defesa da democracia e das políticas públicas e da inserção em espaços de debate e conquista de direitos de cidadania. Não por ser verdade universal, mas porque construída enquanto discurso verdadeiro em um determinado momento da profissão do país, através de diferentes mecanismos de regulação que se convertem em teses e propostas debatidas e votadas pela categoria profissional representada.

Ao mesmo tempo em que esse processo de institucionalização do discurso permite visibilidade a uma perspectiva crítica da profissão, em um movimento de resistência aos referenciais profissionais hegemônicos até então que colaboravam para uma Psicologia a serviço das elites e do Estado, questionamos se permanece com a mesma potência destabilizadora que carregava enquanto movimento social. Nesse sentido, apontamos para o fato de que, após a redemocratização do país, mas especialmente a partir do Governo Lula (2003 -2010), muitos militantes que até então estavam engajados nos movimentos sociais e nas lutas pelos direitos da população, entre os quais muitos psicólogos, hoje estão ‘no outro lado da mesa’ e fazem parte de instituições governamentais, de entidades conveniadas com o poder público, etc. E que isso não se converte, necessariamente, em ações que beneficiem os públicos pelos quais antes lutavam, na medida em que para ocupar lugares estratégicos, muitas alianças operam, muitas negociações são necessárias, restringindo, paradoxalmente, a possibilidade de atuação política contrária aos interesses hegemônicos.

Esse movimento, além de não resultar o efeito esperado em termos de transformação social – ou pelo menos, ainda não - faz com que haja um esvaziamento dos espaços de militância e controle social, despotencializando estratégias coletivas de resistência aos desígnios estatais. Entendemos que esse aspecto do novo cenário institucional brasileiro é uma das tintas com as quais é possível pintar as relações atuais entre Psicologia e Estado no país: a institucionalização da militância. Não significa dizer que psicólogos não devem ocupar

estas posições e estes espaços, mas que é necessária certa reflexão crítica sobre os efeitos das parcerias que se estabelecem a partir deles.

Em síntese, entendemos que o discurso do Compromisso Social da Psicologia foi se constituindo a partir de movimentos de resistência iniciados nos anos 70 e 80, diante de um cenário na qual muitos direitos individuais, sociais e políticos estavam sendo violados em um contexto de ditadura civil-militar e no qual a profissão se colocava a serviço de uma parcela da população economicamente privilegiada e dos interesses do Estado. Nesse contexto alguns grupos de psicólogos engajados em lutas políticas, geralmente ligados a universidades públicas e movimentos sociais, iniciaram a militância por uma transformação na profissão. A partir da redemocratização do Estado, entretanto, parece ter havido um processo gradual de cooptação da resistência, de institucionalização desse movimento, tanto através dos Sindicatos e Conselhos de Psicologia quanto através de vários setores do Governo que passaram a contar com muitos destes profissionais militantes ‘de esquerda’ em seus quadros, especialmente a partir do Governo Lula, em 2003. Acreditamos que esse processo colaborou para um novo alinhamento entre a Psicologia e o Estado, mas agora de uma maneira bem mais complexa porque sustentada em discursos internacionalmente avançados, como no caso dos Direitos Humanos, e em bandeiras de luta de vários movimentos sociais, como as Políticas Públicas, sobre as quais trataremos mais adiante.

Lembramos que, de acordo com Gros (2004), no final dos anos 70 Foucault já apontava em seus estudos que o Estado moderno combina as estruturas de uma governamentalidade pastoral com as da razão de Estado, enquadrando populações e identificando os indivíduos, sendo o Estado-providência o prolongamento último desse duplo controle no que concerne à prosperidade e à quantidade das populações, à saúde e à longevidade dos indivíduos. Para ele, portanto, essa dupla vocação do Estado conduz a lutas vãs e extraviadas na medida em que a oposição entre Estado e o indivíduo e seus interesses, ou entre Estado e a comunidade e suas exigências é casual, pois se trata em ambos os casos daquilo que o Estado produz, regula, domina.

Dado o exposto, a presença de uma representante do Estado, psicóloga-ministra, na abertura do VIII CNP pode denunciar uma atualização dos compromissos que a Psicologia sempre estabeleceu com o Estado, mas que opera hoje diferente do modo como operava nos primeiros anos da profissão porque está, ao mesmo tempo, dissolvido e explicitado no discurso do Compromisso Social, favorecendo sutis estratégias de controle de parcelas da população em nome da proteção e do cuidado. Por outra via, considerando as idéias de Foucault antes referidas, podemos pensar a articulação entre Psicologia e Estado como uma

estratégia de fortalecimento dos espaços democráticos e um meio para se construir movimentos de resistência, na medida em que a oposição ao Estado consiste, no fim das contas, em uma ilusão.

Também questionamos em que medida a institucionalização do discurso foi acompanhada por ações na direção de seus princípios. Lopes (2005), ao estudar as publicações da revista *Psicologia: Ciência e Profissão* sobre o tema verificou que embora fosse demonstrada uma preocupação do psicólogo, em todas as áreas, com as condições de vida da população geral, com os problemas relativos à estrutura social e com as relações sociais, poucas ações concretas foram geradas a partir dessas preocupações e, tampouco, foram propostos novos referenciais teóricos orientados a essa concepção. Conforme a autora, quando o assunto é *Compromisso Social*, a atitude principal dos psicólogos que divulgam seus trabalhos na referida revista tem sido a modificação na concepção que têm de sujeito, passando de uma visão naturalizada dos fenômenos psicológicos para uma visão onde os sujeitos, e conseqüentemente, os fenômenos psicológicos, são constituídos de modo concreto, histórico e social.

Segundo a autora, fica evidente que os psicólogos desejam promover mudanças visando a transformação social, para a emancipação dos seres humanos e melhorias das condições de vida da população entendem que é essencial a promoção dessas mudanças, no entanto, essa intenção não se objetiva em práticas outras além das discursivas – o que não apenas se mostra insuficiente, como também, “pode servir para escamotear a velha ideologia da neutralidade dos psicólogos e da psicologia” (p.90). Ou seja, o *Compromisso Social da Psicologia* se tornou o discurso ‘politicamente correto’ da profissão. Os efeitos disso ainda buscamos compreender. Para agregarmos outros elementos a esta problematização, compartilhamos na sequência seu desdobramento no que se refere aos Direitos Humanos e às Políticas Públicas.

1.2.2 Direitos Humanos

Conforme explicitamos no capítulo de introdução da dissertação, a era da governamentalidade em que vivemos desde o século XVIII, contou com diversos movimentos sociais de cunho político, jurídico, científico filosófico e religioso no sentido de universalizar as bases do que nos garante como seres humanos, entre os quais a Declaração dos Direitos Humanos Universais (1948), que agregou aos direitos civis e políticos os direitos econômicos, sociais, culturais, etc, passando a considerar as condições de vida da humanidade em seus

diferentes aspectos e, portanto, opondo-se ao capitalismo em função das desigualdades que provoca. A partir desta Declaração, o Estado foi convocado a promover políticas públicas para responder às necessidades da população e garantir os direitos sociais ao longo dos séculos XIX e XX. Entretanto, conforme Gonçalves (2010) em muitos contextos esses direitos permanecem sendo desconsiderados em função das políticas neoliberais, sendo necessária vigilância constante mesmo em sociedades democráticas.

Nesse sentido podemos perceber que nos Congressos Nacionais de Psicologia, os Direitos Humanos passam a ser pauta específica a partir da quarta edição através de teses referentes à questão indígena, reforma psiquiátrica, diversidade de raça, gênero e orientação sexual, entre outras. No V CNP ganham destaque teses referentes à luta contra diversos tipos de violência. Em 2007, ano do VI CNP, o debate acerca dos Direitos Humanos se concentra na atuação da Psicologia em áreas de vulnerabilidade social. Nos documentos referentes à última edição, em 2013 podemos encontrar uma retomada das discussões feitas nos anos anteriores, reafirmando a promoção e a efetivação dos Direitos Humanos e a superação das diversas formas de violação de direitos e exclusão social, além da intenção de manter permanente debate sobre o tema da formação em Direitos Humanos em consonância com a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Conforme caderno de deliberações do VIII CNP, nos próximos três anos o Sistema Conselhos fortalecerá, em parceria com os movimentos populares e sociais, a participação da Psicologia na luta pelos Direitos Humanos dos diversos segmentos sociais, apoiando políticas de ações afirmativas na garantia de direitos e cidadania, respeitando seus modos tradicionais de organização e de luta, no combate ao racismo, à discriminação e a toda e qualquer forma de violação de direitos, atento às normas legais. Além disso, manterá o apoio, intensificará e promoverá ações e estratégias para a Comissão Nacional da Verdade nos estados brasileiros, fortalecendo como referência institucional os grupos de trabalho correlatos. Por fim, exercerá posicionamento claramente contrário às políticas governamentais que rompem com a garantia de direitos. Exposto isso, podemos perceber que as discussões sobre a temática dos Direitos Humanos foi sistematicamente ampliada ao longo dos últimos vinte anos.

A relação estabelecida entre a Psicologia e os Direitos Humanos, conforme Gonçalves (2011) remete ao contexto contraditório vivido no Brasil pós-ditadura em que se colocou a necessidade de afirmação dos direitos sociais diante do neoliberalismo. Conforme Spink (2013), diante de um cenário no qual por longos períodos os direitos políticos foram cassados, os direitos civis eram e continuam sendo precários e os direitos sociais, construídos em fases populistas, restritos e longe de serem universais, não surpreende que a linguagem da transição

democrática tenha sido a dos direitos. Entretanto, Coimbra, Knijnik e Galli (2013), nos ajudam a lembrar que o campo da elaboração das leis não é acessível a todos e que em diferentes situações, apesar de um direito de igualdade garantido pela Constituição de 1988, negros, pobres, moradores de comunidades de baixa renda, em especial os jovens, são tratados como animais, e seus locais de moradia referidos como “fábricas de produzir bandidos”, o que os condena desde o berço a não serem humanos e, portanto, não serem contemplados pelos tratados nacionais e internacionais.

Diante disso, entendem que “O Estado, a serviço dos proprietários do capital econômico, é o maior violador de direitos, sustentado pelas estratégias de criminalização da pobreza assim como dos movimentos sociais” (p.46) sendo este mesmo Estado aquele que “em nome de certas garantias, implementa políticas higienistas e violentas direcionadas a uma determinada população” (p.47). Bicalho (2013), analisando o papel da violência de Estado, também oferece reflexões que desestabilizam nossos discursos pautados, em tese, na garantia de direitos:

Por quanto tempo ainda manteremos os mesmos cliente do sistema ou, ainda, por quanto tempo repetiremos ‘prendam os suspeitos habituais?’ Até quando continuaremos resistindo a enxergar as torturas que ainda existem em favelas e presídios, que a pobreza vive cotidianamente? Até quando vamos continuar fingindo que não sabemos que, neste momento, alguém está sendo torturado neste país? E até quando continuaremos a não questionar ‘que não-humanos’ são esses e de que cidadania está se falando – e se fazendo? E, efetivamente, para quem? (Bicalho, 2013, p.32)

Considerando o que apontam Coimbra, Knijnik e Galli (2013), bem como, as provocações de Bicalho (2013), questionamos se quando nós colocamos nossas “práticas profissionais a serviço da garantia de direitos”, como incita o tema do VIII CNP e, a partir desse discurso no alinhamos ao Estado, estamos nos propondo a trabalhar por transformação social de fato. Interrogamos se estamos comprometidos com práticas de liberdade ou com relações mantenedoras das condições de vida da população que agora assistimos, atualizando compromissos historicamente assumidos pela profissão. Colocamos essas questões compartilhando com Dimenstein (2013) a crença de que é vital a disposição a uma atitude crítica sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre nossa inserção neste mundo para escapar das aderências instituídas que nos levam a operar tecnologias de equilíbrio social.

1.2.3 Políticas Públicas

Nas duas últimas décadas o eixo das Políticas Públicas, assim como o dos Direitos Humanos, foi se consolidando enquanto referência para a discussão sobre os rumos da Psicologia em sua inserção social e como referência para o Compromisso Social da Psicologia. Conforme Gonçalves (2010), a defesa de políticas públicas nos fala do compromisso com a construção de uma sociedade democrática e que respeita os direitos sociais. Ao mesmo tempo, segundo a autora, é preciso reconhecer que estamos falando de políticas públicas relativas a direitos sociais em uma sociedade desigual. O campo das políticas públicas sociais, em especial envolve o paradoxo de ter referências constitucionais para sua ampliação e criação de sistemas de garantias de direitos, ao mesmo tempo em que as investidas neoliberais retardam e muitas vezes impedem o avanço de algumas conquistas sociais.

Nos Congressos Nacionais de Psicologia este tema vem sendo debatido desde a segunda edição, inicialmente abordado em relação à formação em Psicologia. Na edição seguinte, entretanto, ganhou maior dimensão estando presente já no tema do III CNP, “Psicologia: interfaces – políticas públicas – globalização” com pautas que foram continuamente abordadas a partir desse momento. No IV CNP, por exemplo, esteve em debate a expansão da oferta e da qualidade dos serviços psicológicos prestados à população, evidenciando as questões colocadas pelo mercado e a necessidade de esclarecer e demarcar as relações entre Conselho e Sindicato.

No V CNP, encontramos pistas interessantes de como as relações entre Psicologia e Estado foram se estabelecendo. A partir do debate sobre a efetivação das Políticas Públicas em Saúde / saúde mental, tomadas com prioridade naquele momento, é possível identificar que muitas teses apontam para processos de negociação com as diversas esferas do Estado brasileiro, tanto para garantir a presença do psicólogo em equipes, quanto para viabilizar seu trabalho em programas e serviços nos quais já está inserido. Na sexta edição do CNP, depois da experiência do Banco Social relatada na edição anterior, encontramos a primeira referência à sistematização de referências para atuação profissional da psicologia em diferentes contextos via Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP. Esse tema é retomado através de eixo específico no VIII CNP a partir da necessidade de garantir fortalecer e ampliar o CREPOP como instância permanente de pesquisa e qualificação do exercício profissional, garantindo que o mesmo avance na produção de referências em áreas ainda não contempladas e também, estabelecendo diretrizes para ampliar

a divulgação às (aos) profissionais de Psicologia e aos serviços em que atuam dos manuais, informações e resoluções do Sistema Conselhos e publicações do CREPOP relacionados à atuação das (os) psicólogas (os) nas políticas públicas.

Também nesta edição é possível encontrar um conjunto de deliberações que se destinam a aproximar o Sistema Conselhos dos coletivos, dos órgãos executores de políticas públicas e das (os) psicólogas (os) que atuam nessas instituições, a fim de ampliar a inserção das (os) psicólogas (os) em instituições e serviços de elaboração e execução de políticas públicas; estabelecer orientações e diretrizes para o exercício profissional e a continuidade dos serviços, promover a articulação entre esses psicólogos e o compartilhamento de métodos e técnicas para uma atuação qualificada. Entre estas deliberações destacamos

O Sistema Conselhos de Psicologia fará gestões nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) aos movimentos sociais e populares, aos órgãos de controle social, a outras categorias profissionais e entidades da sociedade civil e da Psicologia (FENPB) para ampliar a participação da Psicologia na elaboração, manutenção e execução de todas as políticas públicas sociais, contribuindo com conhecimentos técnicos e compromisso ético-político em uma perspectiva humanizada para o benefício da sociedade e para universalização do acesso aos serviços de Psicologia pela população, em especial daqueles excluídos historicamente.

Acreditamos que esta deliberação dá dimensão da complexidade e das diversas linhas de força que concorrem na constituição desse campo. Ao longo dos últimos vinte anos, podemos perceber que a cada momento alguma dessas linhas ganhou ênfase, mas os jogos de força que se estabelecem nas Políticas Públicas tencionam, em especial, as relações entre Psicologia e Estado. Lembrando que se o Compromisso Social emergiu em um momento histórico onde a Psicologia militante se opunha ao Estado, em um movimento de resistência em direção à garantia de direitos, à medida que o Estado foi também se comprometendo com essa garantia de direitos, outras posturas tiveram que ser assumidas. O discurso do Compromisso Social parece favorecer uma postura na qual a Psicologia se mostra engajada politicamente com a transformação social, mas, ao mesmo tempo, negocia com o Estado para ampliar seu campo de atuação profissional.

Ao final dessa análise dos cadernos de deliberações dos CNPs através dos marcadores Compromisso Social, Direitos Humanos e Políticas Públicas acreditamos que foi possível desnaturalizar o discurso Compromisso Social da Psicologia e colocá-lo novamente enquanto produção histórica de um momento específico da Psicologia no Brasil. Do mesmo modo, evidenciar condições que permitiram sua emergência enquanto dimensão de saber que

constitui as redes no contexto das políticas públicas, como tinta que compõe a paleta para a pintura do Sistema Único de Assistência Social. Nesse processo, destacamos três pontos: a institucionalização do discurso do Compromisso Social - que não necessariamente se converte em práticas comprometidas socialmente, mas pode servir para dar um tom politicamente correto a antigas práticas; a ampliação da luta por direitos humanos – que não parece acompanhada da reflexão acerca de quem são os humanos no contemporâneo, podendo ser desviada para movimentos de judicialização da vida e, por fim, a compreensão das políticas públicas enquanto mercado de trabalho e possibilidade de engajamento político para os psicólogos, favorecendo a atualização de compromissos entre Psicologia e Estado. Esses movimentos todos, na esteira da garantia de direitos como objeto para a profissão, como veremos no tópico a seguir.

* * *

1.3 GARANTIA DE DIREITOS E SISTEMA CONSELHOS

Através dos documentos analisados, podemos perceber que ao longo das últimas duas décadas o discurso do Compromisso Social da Psicologia justificou, sustentou, potencializou a emergência uma Psicologia comprometida com a garantia de direitos, inicialmente em oposição a uma Psicologia a serviço do Estado e, gradativamente, realinhada a ela de modo que é possível hoje, na oitava edição do CNP, termos uma representante do Estado abrindo os trabalhos da categoria profissional:

Bem vindos e bem vindas a Brasília pra esse VIII Congresso Nacional de Psicologia. Muito importante essa reunião. É importante porque a psicologia tem estado no centro de alguns debates da sociedade brasileira fundamentais pros direitos humanos, e eu gostaria muito que o nosso congresso – porque eu sou psicóloga como vocês – tivesse um posicionamento muito claro, reiterado, da posição que já temos há mais de década. Esse congresso vai lidar com política, com ética, com cidadania, temas que são os temas centrais da sociedade hoje. Então psicólogos e psicólogas, ao trabalho! E que tenham um maravilhoso encontro e que tenha um resultado muito positivo, e de muita luta pelo que defendemos a vida inteira. Obrigada. (Marta Suplicy, videoconferência, 28 de maio de 2013)

Retornando aos cadernos de deliberações dos CNPs, podemos perceber que a garantia de direitos foi sendo construída como objeto para a Psicologia através de movimentos que

transversalizam as discussões, especialmente a partir do discurso do Compromisso Social da Psicologia. Isso se deu nos últimos vinte anos através de estratégias que envolvem a produção de referências para a atuação dos profissionais, de eventos para divulgação de práticas em Psicologia e visibilização de posicionamentos políticos da categoria, do estreitamento das relações entre Sistema Conselhos e instituições de ensino em Psicologia, da aproximação com os psicólogos do interior e recém-formados, do estabelecimento de relações internacionais que fortalecem essa perspectiva, do estímulo à formação permanente em temas relacionado a esse objeto e, por fim, do investimento na participação da categoria nas ações do Sistema Conselhos.

Esta última estratégia compreendemos como uma das mais importantes. Quando, na abertura do mais recente Congresso, o presidente do CFP se pronuncia sobre o envolvimento das (os) psicólogas (os) no CNP, é importante questionar: Que psicólogos? Quantos são os profissionais que se inserem nesses processos de construção coletiva da profissão? Ou melhor, quem são? Alguns dados das últimas eleições do Sistema Conselhos, ocorrida em setembro de 2013, nos ajudam a problematizar essa questão. No Rio Grande do Sul, por exemplo, entre os 16.127 psicólogos inscritos no CRPRS, 13.524 estavam aptos a votar e apenas 7.577 votaram. Destes, 6466 votaram na única chapa inscrita para as eleições (CRP, 2013).

Diante dessas informações, podemos perceber que participar desses processos democráticos não faz parte do cotidiano da maioria dos profissionais. Podemos também pensar que o Sistema Conselhos é composto por aqueles profissionais que compreendem a dimensão política de sua prática profissional, ou seja, por aqueles que militam por uma forma ou outra de Psicologia, a fim de contribuir para a construção de certo tipo de sociedade. O que não quer dizer que a atuação dos demais não seja política e contribua de igual maneira, na medida em que a postura aparentemente neutra é, na verdade, de reforço ao que está estabelecido. Mas sim, que eles não enxergam, ou negam, sua responsabilidade nesse processo. Sendo assim, os espaços de construção democrática tem sua potência reduzida e as instâncias deliberativas acabam sendo ocupadas por representantes não da categoria profissional como um todo, mas de parte da categoria que atua politicamente em sua construção.

Diante disso, aquilo que é deliberado a partir desses espaços passa a nortear os trabalhos do Conselho Federal e dos Regionais de Psicologia, mas se estende à categoria profissional somente na medida em que os profissionais entram em contato com os Conselhos. Como o contato da categoria com os conselhos muitas vezes se reduz ao pagamento da anuidade, o alcance de um projeto ético político para a profissão fica reduzido.

Assim, ainda que o discurso do Compromisso Social da Profissão circule enquanto verdade e seja afirmado pelo Sistema Conselhos, encontra eco somente em determinados grupos de profissionais. Essa realidade tem mudado, em alguma medida, com as atividades do CREPOP, que através pesquisas, cadernos de orientações técnicas e outras ações, tem conseguido chegar a um número maior de profissionais, especialmente trabalhadores em políticas públicas.

Diante disso, nos encaminhamos para o fim deste capítulo contextualizando mais uma vez sua escrita. Ao analisar os processos através dos quais o Compromisso Social da Psicologia foi se constituindo como discurso verdadeiro e, em decorrência disso, a garantia de direitos foi sendo construída enquanto objeto para a profissão através de diferentes estratégias, entre as quais a produção de referências técnicas para a atuação profissional, nos interessava problematizar o alinhamento entre Psicologia e Estado presente nos documentos que orientam as práticas psi no campo da assistência social. Interessava colocar em análise a dimensão de saber que constitui esse dispositivo de poder – o Sistema Único de Assistência Social, como veremos no capítulo seguinte. Interessava evidenciar a bandeira que a Frida Compromisso Social carrega em suas mãos: a de atualização de antigos compromissos.

Sendo assim, apontamos para a complexidade que atravessa as práticas psi no campo das políticas sociais: o alinhamento entre Psicologia e Estado Brasileiro como atualização de antigos compromissos da profissão com a manutenção de determinado equilíbrio social e, ao mesmo tempo, como possibilidade de um compromisso ético e político com transformações nas condições de vida da população. Um quadro que, assim como o pintado por Frida e apresentado no início do capítulo, carrega em si a ambivalência e a necessidade de constantes problematizações das verdades que o sustentam, das concepções que instituem. No capítulo seguinte, daremos continuidade a essas reflexões tendo como foco os jogos de poder que constituem a dinâmica desta política social pública enquanto contexto de trabalho para a Psicologia.

CAPÍTULO 2

O Sonho ou auto-retrato, a Sonhar: um esboço dos jogos que constituem a assistência social como campo de atuação para os psicólogos

(...) gostaria de agradecer a intervenção profissional desta categoria que tem atuado no sistema único de assistência social junto às famílias em situação de vulnerabilidade social e com direitos violados. O conhecimento técnico deste profissional alinhado com os profissionais de serviço social tem efetivamente introduzido uma outra dinâmica de proteção social e atenção a este público nos centros de referência de assistência social, nos cras e nos centro de referência especializados de assistência social, nos creas, constituindo suas equipes de referência. Hoje temos 14 mil profissionais vinculados a esta área, em torno de quase 7%, e gostaríamos de continuar contando e ampliando as condições de trabalho, os processos de trabalho, e a qualidade da intervenção com capacitação continuada a todos os envolvidos. Parabéns pelo congresso. Parabéns pela atuação e pelo compromisso ético e político com as políticas públicas e com a assistência social em particular. Contem sempre com a Secretaria Nacional de Assistência Social, estamos as suas disposições para os aprimoramentos e bom evento. (Denise Colin, videoconferência, 28 de maio de 2013)

Assim como a fala da ministra-psicóloga reproduzida no capítulo anterior, a fala da Secretária Nacional da Assistência Social é trazida aqui para evidenciar a convergência de interesses entre Psicologia e Estado. Aqui, entretanto, este interesse se materializa a partir do Sistema Conselhos e Ministério do Desenvolvimento Social, através da Política Nacional de Assistência Social. A presença da Secretária ajuda a pensar sobre dimensão que esta política tem assumido para a profissão nos últimos anos sendo que, se nos anos 80 a saúde pública tornou-se um grande empregador de psicólogos, hoje é a assistência social que assume este lugar. Buscaremos aqui caracterizar este cenário através do que encontramos em documentos produzidos pelo MDS relativos ao SUAS (BRASIL 1988, 1993, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009, 2011) para, na seqüência, levantarmos algumas reflexões sobre os lugares que temos sido chamados a ocupar, os chamados que temos atendido e, antes de tudo, sobre os lugares que temos nos proposto a ocupar nesses jogos de governo da vida, a partir do que encontramos em documentos produzidos pelo Sistema Conselhos, como os **Cadernos de Deliberações do Congresso Nacional de Psicologia (CFP 1994, 1996, 1998, 2001, 2004, 2007, 2010, 2013)** e o Relatório Final do Projeto Banco Social de Serviços em Psicologia (CFP, 2005).

Conforme compartilhado na introdução dessa dissertação nossa grade de análise para as relações de poder, a lente que permite olhar e compreender o funcionamento das políticas sociais, assim como os efeitos que elas produzem sobre a vida dos sujeitos e da população, é a governamentalidade conforme proposta por Foucault (2008, p.258). Assim, quando apontamos as políticas sociais como uma forma de governamentalidade no contemporâneo, entendemos que as mesmas consistem em estratégias, fornecem instrumentos, possibilitam intervenções, instituem procedimentos e tecnologias de governo das populações na atualidade. Diante disso, tomamos o Sistema Único de Assistência Social como dispositivo, como maquinaria social complexa que articula elementos e práticas diversas de saber e poder, produzindo efeitos de subjetividade; como rede que se forma entre um conjunto de elementos díspares e muito heterogêneos entre si que se relacionam a partir de alternâncias e reversibilidades dificultando a visibilidade das conexões e a resistência às práticas, conforme Filho e Teti (2013) nos ajudam a explicar.

De acordo com esses autores, o conceito de dispositivo foi construído a quatro mãos entre Deleuze e Foucault e descrito de forma ampla em diferentes obras como a palestra “O que é um dispositivo?”, do primeiro, e Vigiar e Punir (1975) e A vontade de saber (1976), do segundo. Desses escritos, é possível apreender que o dispositivo é um artefato histórico que se forma em torno de problemas agudos e estratégicos para uma sociedade. Um conjunto de discursos, instituições e aparelhos diversos, organizações arquitetônicas, leis, regulamentos, decisões, medidas administrativas, conceitos científicos, enunciados, proposições filosóficas e morais que se organizam a partir de múltiplas linhas dotadas de mobilidade:

Tais conjuntos são, conforme sua descrição, compostos por linhas de visibilidade e enunciação, envolvendo regimes de luz e produção de verdades, além de jogos entre visível x invisível, visível x dizível, correspondendo à dimensão de saber dos dispositivos; eles apresentam também uma dimensão de poder, composta por linhas de força agindo como vetores que os atravessam; são ainda dotados de linhas de objetivação e subjetivação, implicando práticas produtoras de subjetividades e sujeitos, além de apresentarem linhas de ruptura e fratura que se entrecruzam em constante movimento de mutação, renovação e atualização (Filho e Teti, 2013, p.50)

Diante disso, entender o SUAS como dispositivo permite desemaranhar alguns de seus “complexos novos políticos”, como propõem Filho e Teti (2013), a fim de problematizar uma história do presente e estabelecer uma crítica do nosso tempo – o que permite enfrentar enunciações, modos de sujeição e resistir a jogos de objetivação x subjetivação que fazem de nós aquilo que somos. Assim, se no capítulo anterior nos interessava colocar em análise a

dimensão de saber que constitui esse dispositivo de poder – o Sistema Único de Assistência Social, neste capítulo nos dedicaremos a mapear alguns vetores que atravessam as práticas psi a partir dos jogos estabelecidos nesse campo.

* * *

2.1 OS JOGOS E JOGADAS DO SUAS

O grande problema em torno do qual o SUAS se forma enquanto dispositivo é a miséria de uma parte da população. É sabido que o modo de produção capitalista trabalha com a produção de excedentes, ou seja, que parte da impossibilidade de contar com uma situação em que todos os trabalhadores tenham emprego e todos os trabalhadores autônomos tenham sucesso no mercado. Daí a necessidade de se garantir “mínimos sociais”, ou seja, as condições de sobrevivência a esta parte da população, através dos direitos sociais. Essa necessidade passou a ser atendida pelo Estado Brasileiro somente a partir da primeira década do século XX, oscilando entre políticas meritocráticas e residuais, distante de intervenções que minimizassem efetivamente os padrões de desigualdade. Recentemente, entretanto, foram possíveis alguns avanços na construção das políticas sociais. Conforme já apontamos antes, a partir do Governo Lula da Silva (2003-2010) a proteção social passou a ocupar lugar de destaque como alvo de investimento e de agregação de estratégias de combate à pobreza, em especial a partir de políticas sociais públicas de assistência social. Isso não significa que os interesses do capital financeiro e internacional tenham deixado de ser favorecidos, mas que também passaram a receber atenção os segmentos mais pobres da população através de muitos programas e iniciativas direcionados aqueles até então excluídos de algumas políticas.

Estas políticas consistem, como já apontamos, em estratégias capitalistas geradas para amenizar os efeitos mais perversos do sistema econômico, através de ações sociais promovidas pelo Estado de forma ampla, sistematizada, planejada e obrigatória, atualmente a partir de uma racionalidade política neoliberal. Sendo assim, fornecem instrumentos, possibilitam intervenções, instituem procedimentos e tecnologias de governo na atualidade tendo como foco o sujeito de direitos, construído pelo sistema jurídico do século XIX, ao mesmo tempo em que operam na subjetivação do *homo oeconomicus*, construído no mesmo período a partir das demandas do mercado. Essas figuras se opõem e se complementam na medida em que, conforme exposto na introdução dessa dissertação, a cidadania neoliberal plenamente realizada seria o oposto da preocupação com o público sendo esta uma tensão que atravessa as práticas psi nas políticas sociais.

Os processos de subjetivação que emergem desta tensão ocorrem a partir de diferentes estratégias, conforme a política em questão. Mas, de modo geral, se sustentam em discursos de proteção social, inclusão e garantia de direitos - bandeiras pelas quais muitos movimentos sociais lutaram e ainda lutam, na expectativa de uma sociedade mais justa e igualitária. Operam a partir desses discursos profissionais de diversas áreas, entre os quais psicólogos, através de práticas que se encontram disseminadas contemporaneamente em diversas políticas públicas – questão que abordaremos mais adiante.

A Política Nacional de Assistência Social PNAS foi gestada na década de 80, prevista pela Constituição Federal em 1988, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em 1993, materializada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004, implementada através do Sistema Único de Assistência Social a partir de 2005 e constituída enquanto política pública pela Lei 12.435 em 2011, sendo estas as principais leis em que se baseiam suas ações e que, portanto, regem o SUAS. Em linhas gerais, o cenário que encontramos hoje mescla elementos de um passado recente à nova concepção de assistência social no Brasil, em proporções que variam de acordo com as especificidades de cada contexto.

A maioria dos municípios do país, entretanto, já está habilitada no SUAS e, portanto, teoricamente comprometida com seus princípios (supremacia do atendimento às necessidades sociais, universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade do cidadão, igualdade de direitos no acesso ao atendimento e divulgação ampla dos serviços, programas e benefícios), assim como, com suas diretrizes (descentralização político administrativa, participação da população, primazia da responsabilidade do Estado e centralidade na família), tomando como público usuário “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos” (Brasil, 2005, p.33). Destes princípios e diretrizes emergem diversos enunciados que, como veremos, podem ser identificados na fala de profissionais da área.

O Sistema Único de Assistência Social (Brasil, 2007) organiza diversas unidades públicas nas quais são oferecidos serviços com o objetivo de garantir dois tipos de proteção: a proteção social básica e a proteção social especial. Na proteção social básica, que tem por objetivo prevenir situações de risco e fortalecer vínculos familiares e comunitários, encontram-se os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS. Na proteção social especial de média complexidade, que se destina ao atendimento de situações de risco pessoal e social envolvendo violação de direitos, com preservação de vínculos familiares e comunitários, encontram-se os Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS. Na proteção social especial de alta complexidade, que se destina a situações que

exigem proteção integral em função de rompimento dos vínculos familiares e/ou comunitários, encontram-se diferentes unidades, como albergues, repúblicas, casas de passagem e casas lar. Cada unidade executa serviços específicos descritos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009) e conta com equipes de referência definidas pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH (Brasil, 2006).

Desta forma, a população de baixa renda de determinado território é incluída no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e passa a ter acesso a alguns direitos socioassistenciais, ou à informação sobre os mesmos. Entre estes, o Programa Bolsa Família. Em contrapartida, deve cumprir condicionalidades e atualizar seu cadastro a cada dois anos. Essa dinâmica permite que o Governo Federal monitore a concentração de pobreza e indigência em diferentes cidades do país, o número de crianças e adolescentes que se encontra fora da escola, ou que exerce atividades de trabalho, sem ou com remuneração; a porcentagem de mulheres entre 15 e 17 anos com filhos; a concentração da população com mais de 65 anos; a estimativa da população com algum tipo de deficiência; a proporção de famílias com pessoas de referência do sexo feminino, além de permitir um levantamento sobre a renda familiar de diferentes grupos, entre outras informações.

Assim, gerenciam-se os riscos produzidos pela fome, pela miséria, pelo desemprego, pela doença, pela deficiência, etc., visando garantir a seguridade e a proteção da população e, também, a construção de sujeitos autônomos - que em algum momento deixem de necessitar dos benefícios sociais oferecidos. Embora pareçam contraditórios esses discursos reafirmam o imperativo da autonomia engendrado a partir de uma racionalidade maior que objetiva produzir sujeitos autogovernados capazes de prover suas próprias necessidades e conduzir suas próprias vidas, ou seja, como vimos, na análise de Hamann (2012) apresentada na introdução desta dissertação, sujeitos do neoliberalismo, empresários de si mesmos. Diante disso, “se, por um lado, podem ser consideradas conquistas; por outro lado, elas foram pensadas e construídas no interior de uma política governamental que mantém todos os sujeitos no jogo e pretende torná-los produtivos e úteis para a sociedade atual” (Lockmann, 2010, p.12).

Descritas algumas das características que permitem compreender o SUAS enquanto dispositivo de poder que, apesar de melhorar as condições de vida de uma parcela da população amenizando os efeitos mais graves do sistema capitalista, não busca uma transformação social em direção contrária à racionalidade neoliberal, nos dedicaremos a dar visibilidade a alguns movimentos que colocam a Psicologia nesse jogo.

2.2 A PSICOLOGIA QUER JOGAR

Conforme evidenciamos no capítulo anterior, a Psicologia tem se colocado a serviço do Estado desde a sua instituição como profissão no país, exceto em pequenos períodos em que buscou fazer resistência ao mesmo, em defesa de um compromisso mais amplo com a sociedade brasileira, e não apenas com sua elite. Hoje o alinhamento entre Psicologia e Estado carrega consigo o paradoxo de possibilitar ações de fato comprometidas com transformações sociais ou mantenedoras das condições de vida da população, a partir não apenas na execução das políticas públicas, como também, na gestão das mesmas.

Oficialmente veiculado e defendido pelo Sistema Conselhos como projeto ético-político para a profissão, o discurso do Compromisso Social da Psicologia, a partir da promoção e defesa dos direitos humanos, bem como, da defesa da psicologia nas políticas públicas, tem sido colocado como diretriz para a profissão nesses contextos visando promover mudanças nos modelos de atuação. Além disso, a partir desse discurso, nos últimos dez anos as políticas sociais foram se configurando como um dos maiores empregadores de psicólogos, sendo hoje a Política Nacional de Assistência Social a principal delas. Neste caso, Fontenele (2008) aponta que pela primeira vez a Psicologia se vê inserida oficialmente em uma Política Pública e a oferta de trabalho em larga escala e curto período produziu uma realidade da qual ainda pouco se sabe.

Conforme lembra Oliveira (2012), diferente do Sistema Único de Saúde (SUS) que foi idealizado por diversos movimentos sociais, nacionais e internacionais, contando com a participação de profissionais da saúde, gestores, usuários e sociedade civil em geral, e que foi implementado em um momento de transição democrática no qual havia permeabilidade do Estado às mudanças estruturais, o SUAS teve suas bases vinculadas à caridade, seu projeto foi capitaneado basicamente pelos assistentes sociais e visto por muitos segmentos da sociedade civil como mais uma medida compensatória, ao invés de democrática. Além disso, o SUAS começou a se desenvolver em tempos neoliberais, nos quais predominava a desresponsabilização do Estado no que se refere às políticas sociais, a transferência de ações para o Terceiro Setor, a redução no financiamento das ações e o sucateamento dos serviços – quadro que só começou a mudar a partir do governo Lula da Silva.

Diante disso, o cenário que encontramos hoje mescla elementos de um passado recente – no qual a assistência social era entendida como benesse a ser acessada a partir de méritos individuais e oferecida por entidades filantrópicas e caritativas – aos de uma nova concepção de assistência social no Brasil – da assistência social como direito do cidadão e dever do

Estado. É sobre esta “outra dinâmica de proteção social e atenção a este público” que a Secretária Denise Colin fala quando valoriza o trabalho técnico dos psicólogos aliado ao dos assistentes sociais. Este trabalho, entretanto, se concentra mais na execução do que na elaboração dessa política pública, não sendo possível, segundo Fontenele (2008) encontrar nenhum documento ou trabalho que tenha o registro da participação histórica da Psicologia nas lutas pela conquista do SUAS, nem na elaboração de documentos posteriores, exceto na elaboração do Guia de Orientação Técnica SUAS n1 – documento no qual podem ser encontradas referências teóricas no campo da psicologia.

Todas as unidades do SUAS contam com equipes de referência definidas pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH (Ferreira, 2011), mas dentro da profissão parece não haver consenso sobre os motivos que levaram à presença de psicólogos nas equipes de referência. Na Revista Diálogos, publicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em edição dedicada à Política de Assistência (julho/2010), o texto do Editorial aponta que a inclusão dos psicólogos no SUAS se deu pelo “reconhecimento da contribuição da profissão aos processos de transformação social e fortalecimento dos sujeitos” (p.06). Por outro lado, na entrevista publicada nas páginas seguintes, o psicólogo Fábio Porto diz:

Compreendo que a entrada da Psicologia no contexto da política pública da Assistência Social não partiu de uma profunda e sistemática reflexão crítica, de caráter ético-político, conceitual, metodológico e profissional, mas de questões mais circunstanciais, como o fato de ser uma categoria com amplo espectro de atuação, com possibilidade de contribuir nos diferentes níveis de complexidade da proteção social. Além disso, seria um saber com muitas interfaces e campos compartilhados com o serviço social (o que historicamente gera muitos conflitos e tensões quando da atuação) (CFP, 2010, p.10).

A complexidade dessa discussão pode ser encontrada também na pesquisa de Fontenele (2008) onde aponta que apenas para alguns psicólogos o entendimento sobre sua inserção no SUAS passa pela possibilidade de romper com modelos tradicionais de atuação, por uma apropriação de novos modelos e construção de práticas a partir do Compromisso Social, enquanto, por outro lado, a maioria não sabe como a Psicologia se inseriu na Assistência Social. Interessante é que os profissionais do Serviço Social entrevistados pela autora apontam quatro motivos para a presença da Psicologia: “1. O fato de a política já trazer uma perspectiva interdisciplinar; 2. O fato de os CRAS terem como prioridade a execução do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF e este ter como enfoque o trabalho com “a família”; 3. A contribuição e a influência da Psicologia na Teoria da “Abordagem Sistêmica

da Família” e 4. A inserção da Psicologia na luta pelos direitos da criança e do adolescente” (p.110).

Diante disso, entendemos que mais do que buscar uma relação causa e efeito, é interessante pensar nas condições que possibilitam a emergência desta política pública como campo de atuação nesse momento histórico específico. Conforme Hillesheim e Cruz (2013), essa articulação entre Psicologia e SUAS deve ser problematizada, interrogada sobre suas condições, seu sentido e sua finalidade. Algumas pistas são encontradas quando tomamos, por exemplo, os Cadernos de Deliberações dos Congressos Nacionais de Psicologia. Na terceira edição do Congresso em 1998, por exemplo, foram aprovadas muitas teses que dão condições de possibilidade para a entrada da Psicologia na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 2004.

Já no V CNP, em 2004, algumas propostas nesse sentido se agruparam nos eixos Assistência Social e Banco Social de Serviços, através dos quais podemos compreender que o Conselho Federal deveria participar da discussão nacional sobre a criação do SUAS, defendendo a inserção da Psicologia nesta Política Pública. Na época do V CNP, o Banco Social de Serviços estava em andamento, mas, de acordo com o relatório publicado ao final do projeto ao longo de dois anos, a experiência de participação no desenvolvimento de política pública em seis áreas sociais apresentou “resultados excelentes” (Bock, 2005, s/p). Segundo Ana Bock (2005), à época presidente do CFP, foi possível dar visibilidade a práticas profissionais menos conhecidas, participar de políticas que visavam melhorar as condições de vida do país e abrir novos canais de negociação com o Estado sobre as possibilidades da profissão do psicólogo – conforme seus objetivos - de maneira que o encerramento do projeto marcava um novo lugar social para a psicologia no Brasil. Ele foi a base para o que hoje conhecemos como Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP. No VI CNP, em 2007, o CREPOP já era apontado como responsável por sistematizar referências para atuação profissional da Psicologia em diferentes contextos.

Na VII edição, de 2010, a categoria cobra do Sistema Conselhos uma atuação mais efetiva perante o Ministério do Desenvolvimento Social com relação à política de Recursos Humanos. Aqui cabe refletirmos sobre o movimento do Sistema Conselhos levando em conta que na edição seguinte a essa cobrança, temos a ministra-psicóloga e a secretária da assistência na abertura do VIII CNP. Que tipo de atuação o Sistema Conselhos efetivou junto ao Estado? Na oitava edição encontramos, então, uma moção referente ao descumprimento da NOB-RH/SUAS:

As(os) psicólogas (os) presentes no VIII CNP manifestam repúdio a gestoras (es) municipais, distritais, estaduais e federais do Suas que ofertam serviços de assistência social precarizados e de baixa qualidade à população, por descumprirem o previsto na NOB-RH/Suas sobre o provimento e a manutenção de equipes técnicas (incluindo psicólogas(os)), administrativas e operacionais, em quantidade suficiente demanda de atendimento e em condições e relações adequadas de trabalho nos serviços socioassistenciais (Cras, Creas, Centro Pop, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, idosos, pessoas em atuação de rua, mulheres vítimas de violência, Serviços de Cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto e outros serviços previstos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais), bem como em setores de gestão da assistência social. (p.68)

Olhando para processos como este é possível desnaturalizar a atuação tanto na Política Nacional de Assistência Social quanto em outras políticas, como as de Saúde, Educação, Segurança, etc. e compreender que, se estamos sendo chamados a ocupar certos lugares em determinadas políticas é porque, enquanto categoria, entendemos que de alguma forma seria estratégico esse movimento e, enquanto profissionais, temos interesse nessa prática. No caso do SUAS, portanto, como vimos, a Psicologia através do Sistema Conselhos foi oferecer seus serviços ao Estado, demonstrando através de um projeto que durou dois anos como poderia se colocar a serviço daquela política pública que estava se constituindo, lembrando que o Banco Social se encerrou no ano em que passou a ser implementado o SUAS. Além disso, desde 1998 anos foram feitos debates e tomadas decisões junto à categoria que construíram essa história. Ou seja, este lugar nos propusemos a ocupar - embora a maioria de nós não saiba disso e se veja perceba como “convidada” a participar, conforme Araújo (2010).

* * *

2.3 OS PSICÓLOGOS JOGANDO

Propusemos-nos a ocupar esses lugares junto a esse dispositivo pelos ideais de transformação na relação da psicologia com a realidade da população brasileira? Pensamos que em alguma medida, sim. Mas não podemos negar que também esteve em pauta nos últimos anos a necessidade de garantir e ampliar o público consumidor dos serviços oferecidos pela categoria profissional. Conforme Macedo e Dimenstein (2011), o movimento de reposicionamento da profissão no país evitou o seu colapso, visto que com número crescente de psicólogos formados a cada ano, em breve teríamos a saturação do seu mercado

profissional. Assim, se por um lado garantimos certa sustentabilidade da profissão através da ampliação de suas possibilidades de inserção no mercado profissional e da conquista legal da inserção dos psicólogos nas equipes de trabalho dos programas e serviços ligados às políticas públicas no Brasil, por outro é importante problematizar os efeitos das parcerias junto aos movimentos sociais e demais setores da sociedade civil organizada, bem como as negociações com o Estado brasileiro, que fortaleceram estes processos.

A partir do reconhecimento de que o saber psicológico é político, presta-se a uma aplicação política e implica decorrências políticas, colocar em análise nossas práticas, conforme Bicalho (2011, p.91) “não significa estar aquém ou além de uma adesão ou recusa de suas enunciações. O que interessa, aqui, é problematizá-las e pensá-las em seus efeitos, nos agenciamentos que produzem e atualizam (...)”. A psicologia não fica à margem dos jogos de força que constituem o campo das políticas públicas e também está submetida à racionalidade neoliberal na qual ele se inscreve. Quando a Secretária Nacional da Assistência Social agradece a participação e parabeniza a atuação dos psicólogos nesta política, significa que temos ocupado os lugares oferecidos e aceitado as propostas de atuação que nos são feitas a partir do SUAS. Diante disso, pensamos que seja importante refletirmos sobre os efeitos éticos e políticos de nossa participação.

Isso quer dizer que quando tomamos para análise as práticas da psicologia em políticas sociais, como no dispositivo do SUAS, não estamos nos referindo a ações neutras e/ou humanitárias, voltadas apenas para ajudar os mais pobres retirando-os de situações desfavoráveis, diminuindo vulnerabilidade e risco e contribuindo para sua inclusão social. Estamos ao contrário, conforme aponta Dimenstein (2013), reconhecendo que determinados saberes e práticas fazem da psicologia sustentáculo importante da lógica que produz exclusão social e patologização do cotidiano. E diante disso, interrogamos em que medida nossas práticas a partir do SUAS não são, como a autora coloca, práticas policiais, vigilantes, punitivas e de regulação da vida, a partir das quais reproduzimos relações sociais e institucionais que, ironicamente, queremos transformar, tendo em vista que esse campo tem acolhido o preceito da regulação das condutas e pacificação da vida, sendo terreno propício à gestão dos corpos pela intenção da proteção, inclusão e participação social.

De acordo com Hillesheim e Cruz (2013), na mesma medida em que os psicólogos, nas últimas décadas, se fizeram presentes em discussões e movimentos em busca de melhores condições de vida para a população, também integram os fazeres da profissão, ainda em larga escala, práticas adaptativas e individualizantes, que apresentam um domínio da técnica sobre a reflexão, a serviço da domesticação da vida. Sendo assim, as autoras questionam qual

Psicologia é convocada a atuar no SUAS e como a presença de um psicólogo nas equipes mínimas se apresenta como resposta para um problema. Trazem como exemplo os grupos de convivência, a partir dos quais se trabalha para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, sendo a Psicologia um agente de normalização de vínculos inadequados ou fora da ordem esperada e, enquanto isso, poucos são os investimentos em geração de trabalho e renda - ainda que as situações de vulnerabilidade estejam atreladas à precariedade ou ausência de trabalho.

Conforme Oliveira (2012), os psicólogos foram chamados teoricamente para contribuir nas ações de combate à pobreza, visto que o objeto central de todas as ações da Assistência Social é a pobreza e suas variadas manifestações, que atingem a cerca de 12 milhões de famílias. Assim, na medida em que as condições materiais de existência são a principal causa das situações de risco, de vulnerabilidade e de violação de direitos, qualquer trabalho que busque minimizar esse quadro, segundo a autora, deverá provocar uma fissura social. Para Oliveira (2012), o trato da pobreza, em uma vertente transformadora das condições de vida requer mais que adaptações implicando em uma postura diferente da que marca historicamente a atuação dos psicólogos e para as quais as noções de “sujeito psicológico” e da Psicologia como aquela que intervém apenas no sofrimento psíquico ou no ajustamento, por si sós não se adéquam.

Entretanto, de acordo com a autora, os desafios para a Psicologia ficam ainda mais complexos pelo fato da Política Nacional de Assistência Social se constituir como um dispositivo híbrido que, ao mesmo tempo em que busca romper com os ciclos que geram a pobreza, não provoca alterações significativas nas condições de vida da sua população-alvo, pois não tem como objetivo acabar com a pobreza. Sendo assim, “pensar em uma atuação que seja transformadora, que se proponha a combater os excessos da desigualdades, que possa produzir fissuras nas iniquidades reforçadas pela política, resulta, em última análise, em uma atuação que nem é a defendida pela política e nem é aquela na qual se erigiu a Psicologia como profissão” (Oliveira, 2012,p.48).

As contribuições de Yamamoto (2007) ajudam a pensar no nível de autonomia de um profissional que trabalha em um CRAS, por exemplo, para desempenhar ações que provoquem transformação social. Nesse sentido, aponta três vetores que entram em jogo definindo limites para o trabalho do psicólogo em política sociais públicas e, portanto, no SUAS: as formas peculiares de organização político-econômica que rebatem no tratamento das questões sociais; a situação específica das profissões do setor, entre as quais a nossa, no que se refere a organização profissional, compromisso social, modelos de intervenção e

formação acadêmica e, por fim, a organização e a capacidade de resistência das populações usuárias dos serviços. Dando evidência ao segundo vetor apontado, o autor assinala que atuar com compromisso significa não somente superar o elitismo, mas dirigir a ação para rumos diferentes daqueles que têm consagrado a Psicologia. Defende que é legítima e necessária a ação do psicólogo no campo, mas que, por si só, isso não representa um indicador do compromisso social no sentido do discurso veiculado pelo Sistema Conselhos, sendo que determinadas formas de intervenção podem, inclusive, caminhar na direção oposta.

Entretanto, Yamamoto (2007) refere que “ao analisar o significado e os limites da intervenção do psicólogo no terreno do bem-estar social, é necessário um duplo cuidado: ao mesmo tempo em que a crítica à reiteração das formas convencionais e inadequadas de intervenção clínica nas diversas modalidades de ação deve ser feita, é preciso evitar fazer exigências que vão além das possibilidades da ação profissional” (p.10). O autor faz distinção entre a ação profissional que comporta uma dimensão política e a ação propriamente política, lembrando que os profissionais executando a política estão em uma situação diferente daquela dos militantes, dos movimentos sociais ou dos que atuam nos níveis de elaboração e gestão das políticas ou frente às entidades profissionais. Neste lugar ele é um executor terminal das políticas sociais, que atua nas refrações da questão social, transformadas em políticas estatais e tratadas de forma fragmentária e parcializada. Sendo assim, sua intervenção sempre será também parcializada, necessitando ser colocada em contexto.

Diante do exposto ao longo deste tópico, entendemos que o discurso do Compromisso Social da Psicologia, compõe a dimensão de saber que se articula a esse dispositivo de poder na medida em que através da defesa e promoção dos Direitos Humanos, possibilita o engajamento político da profissão e favorece seu reposicionamento - ainda que apenas parcialmente, visto que alguns compromissos com poderes hegemônicos se atualizam e que existam alguns limites na prática. Do mesmo modo, através da defesa da psicologia nas Políticas Públicas, garante a ampliação da demanda para a profissão na sociedade e, com isso, as possibilidades de inserção no mercado para os profissionais. Assim, é um discurso que favorece o alinhamento entre Sistema Conselhos de Psicologia e Ministério do Desenvolvimento Social e, no caso do SUAS, contempla a conquista de direitos sociais mínimos pela maioria da população e captura para manutenção do equilíbrio social através de intervenções de vigilância e controle da vida, sendo estes alguns dos vetores que atravessam as práticas psi nesse campo.

Conforme Filho e Teti (2013), “mesmo não reproduzindo um modo predeterminado de operação e funcionamento, pode-se afirmar que o movimento dos dispositivos envolve jogos

singulares entre práticas de saber e poder, estrategicamente articuladas tendo em vista o problema em torno do qual se organizam, visando produzir subjetividade daqueles que estão sujeitos a sua ação ou são objetos de sua ação” (p.50). Para estes autores, enquanto saber e poder operam de forma positiva, produzindo realidades e sujeitos, a subjetividade é da ordem dos efeitos, é consequência dessas relações. Sendo a produção de subjetividade uma das principais funções de um dispositivo, o foco de suas ações e práticas, envolvendo jogos de objetivação e subjetivação, concordamos com Ximendes, Reis e Wolski (2013) quando apontam, que não basta seguirmos fortalecendo a luta por garantia de direitos a partir da qualificação das políticas públicas, é necessária uma discussão aprofundada sobre os efeitos éticos e políticos das práticas psicológicas nesses contextos. A algumas reflexões nessa direção é que nos dedicamos no capítulo seguinte desse escrito, tomando para análise as práticas psi no SUAS.

Antes, porém, apontamos que a escolha da obra “O Sonho ou Auto-Retrato, a Sonhar” (1932) dá nome a esse capítulo tanto pela noção de esboço que a mesma apresenta, visto que aqui não nos propusemos a esgotar, acabar, finalizar a análise, mas apenas desenhar algumas linhas que compõem a cena, quanto pela quantidade de elementos que aparecem articulados, em conexão com a artista, enquanto a mesma mantém os olhos fechados. A cena desenhada nos remete à situação de muitos profissionais que hoje executam ações no SUAS a partir de seus jogos de visibilidade x invisibilidade, amarrados em uma rede da qual não tem dimensão, mas que é muito maior que seus frágeis corpos.



Figura 5 - "O Sonho ou Auto-Retrato, a Sonhar" (1932)

CAPÍTULO 3

Recordação ou O Coração: sobre os sujeitos que emergem nesse governo



Figura 6 - “Recordação ou O Coração” (1937)

Até aqui, procuramos explicitar algumas emergências e proveniências históricas que deram condições de possibilidade para que o Compromisso Social da Psicologia fosse se constituindo como verdade em termos de construção coletiva de uma plataforma profissional ética e política para a psicologia no Brasil. Ao fazer isso a partir do jogo de forças que implementa as políticas sociais no país, assim como, constitui a própria Psicologia como profissão, buscamos lhe devolver um caráter de localização histórica e provisoriedade que permite uma maior compreensão acerca de sua articulação com a Política Nacional de Assistência Social. Na sequência, buscamos esboçar como esse saber se articula com o Sistema Único de Assistência Social enquanto dispositivo de poder e problematizar a inserção da Psicologia nesses jogos que compõem uma estratégia de governo contemporânea. Por fim, no presente capítulo, trataremos das práticas psi nesse contexto e seus efeitos na produção de subjetividades.

As análises partem do que encontramos nas Orientações Técnicas produzidas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP (CFP 2007, 2011, 2012) e dos Registros referentes aos encontros “Conversando sobre a psicologia e o Suas” disponíveis no site do CRPRS, além, daqueles realizados pela pesquisadora a partir de um encontro no início deste ano, articuladas aos achados de outros pesquisadores que se dedicaram a este tema. Buscam identificar jogos de objetivação e subjetivação que incidem sobre as práticas, mas também, que são produzidos pelas mesmas em linhas que se entrecruzam na paisagem do SUAS. Em muitos momentos ao longo desse texto, inserimos as falas dos próprios profissionais acerca de suas vivências nos contextos de trabalho permitindo que a voz tantas vezes não ouvida lá, ecoe aqui. Trazemos neste capítulo a obra de Frida Kahlo “Recordação ou O Coração” (1937), pintada pela artista em um momento de intensa dor causada pelo romance do marido com a sua irmã Cristina (Kettenmann, 2010) inicialmente porque a mesma remete aos sentimentos de incapacidade e ‘falta de mãos’ frequentemente relatados pelos psicólogos do SUAS. Outras aproximações com a mesma, apresentamos ao final do capítulo.

Ao partir para os encontros previstos para essa parte da pesquisa, já tínhamos em mente algumas cores que faziam parte da paisagem na medida em que compuseram os quadros anteriores que a esse se misturam. Ou seja, ao encontrarmos as práticas psi, partimos da compreensão de que são atravessadas pela tensão entre as duas figuras subjetivas construídas pela racionalidade neoliberal, já referidas algumas vezes em capítulos anteriores - o sujeito de direitos e o *homo oeconomicus*: uma delas, voltada para a coletividade, se empenha com os outros para alterar ou organizar opções sociais, políticas e econômicas enquanto a outra, voltada a si mesmo, constrói estratégias individuais entre estas diversas opções. Partimos também do entendimento que as relações entre Psicologia e Estado são mais complexas do que se imagina em um primeiro momento visto que tanto atualizam antigos compromissos da profissão com a manutenção de determinada organização social, como possibilitam um compromisso ético e político com transformações nas condições de vida da população. Não obstante, partimos da reflexão acerca do discurso do Compromisso Social da Psicologia que articulado ao SUAS evidencia sua paradoxalidade: contribui para a conquista de direitos sociais mínimos pela maioria da população e captura para manutenção de certo equilíbrio social através de intervenções de vigilância e controle da vida.

Entendemos que estas cores não surgiram ao acaso, mas a partir de uma mistura de pigmentos elaborada sob medida para compor o quadro das práticas psi no SUAS. Diante disso, questionamos: em que medida elas aparecem no cotidiano dos profissionais? Através

de que técnicas as utilizamos nos exercícios de governo dos outros e de nós mesmos? Como elas se objetivam em modos de vida? A estas reflexões nos dedicamos neste capítulo.

Conforme apontamos no capítulo anterior, através da análise dos cadernos de deliberações dos CNPs, embora muitos psicólogos que atuem no SUAS não tenham conhecimento sobre processo, a Psicologia não foi simplesmente convidada, mas sim, enquanto categoria profissional buscou o trabalho no SUAS. E, assim como por ideais de transformação no posicionamento da profissão no país, também por fortes motivações de ordem corporativa e econômica. Sabemos que em tempos anteriores à Política Nacional de Assistência Social os psicólogos já realizavam algumas atividades no campo – de forma pontual em políticas focalizadas e com grupos específicos, porém, a estruturação do SUAS pode ser considerada o marco de entrada da profissão nesta política social.

O fato de que, ainda hoje, psicólogos que estejam trabalhando no SUAS desconheçam como e porque a profissão chegou a este campo diz respeito ao mesmo movimento apontado por Oliveira e Amorim (2012), quando se conformou o campo da Saúde Pública na década de 90: apesar da iniciativa e protagonismo das entidades representativas, essa entrada se deu mais pela escassez do mercado de trabalho do que uma conscientização profissional quanto à sua função junto às camadas mais pobres da população. Esse movimento direciona a categoria para novos espaços de atuação, capazes de absorver a sua mão de obra, mas sem que tenha sido construído um modelo de trabalho adequado ao contexto, persistindo a ideia de levar psicoterapia aos mais pobres em uma tendência à reprodução dos modelos dessa atuação da clínica privada, independente dos objetivos da política social na qual se insere.

Causa desconforto pra quem está na ponta essa compreensão do macro, essas problematizações sobre o sistema.
(Fala de Psicóloga no Conversando sobre o SUAS / Porto Alegre – 11.12.13)

A entrada no campo das políticas sociais, portanto, não parte necessariamente da compreensão do psicólogo acerca de um compromisso com a coletividade, de um empenho para alterar ou organizar opções sociais, políticas e econômicas junto a colegas de outras profissões, enfim, da figura subjetiva do sujeito de direitos. Relaciona-se de forma muito mais íntima, à figura subjetiva do *homo oeconomicus*, que voltada a si mesmo, constrói estratégias individuais entre estas diversas opções. Na pesquisa realizada por Fontenele (2008), aos serem indagados pelas razões que os levaram ao trabalho no CRAS, o aspecto que mais apareceu na fala dos psicólogos foi “a possibilidade de um emprego fixo” e “a grande

demanda existente no mercado por profissionais de psicologia” (p.112), aos quais alguns atrelam, também, a satisfação pessoal e o interesse pelas características do trabalho.

Após cinco anos de formação, a maior parte em instituições de ensino privadas, com alto investimento financeiro e, às vezes, a partir de financiamentos que devem começar a ser pagos logo após a conclusão do curso, estes profissionais querem – e precisam – ingressar no mercado de trabalho. Nesse sentido, a opção de ingressar em uma política social a partir de concurso público ou contrato é buscada por um número crescente de psicólogos, indiferentes à complexidade e às contradições presentes no campo. Conforme Ribeiro (2010), tanto os dados de seu campo de pesquisa quanto os estudos nacionais demonstram que são os psicólogos recém-formados e com pouca experiência profissional que vêem o SUAS como uma oportunidade de iniciar a carreira.

Ainda que durante a graduação muitos alimentem o sonho de se estabelecer profissionalmente a partir da clínica privada, aos moldes das décadas passadas, logo iniciam a carreira dos concursos públicos, às vezes como uma maneira de sustentar a possibilidade de ter seu consultório, garantindo a remuneração por outra via, como pode ser observado na fala de um psicólogo, cuja inserção no SUAS se deu pela “Falta de oportunidade de emprego em outras áreas e dificuldade em manter uma clínica com pouca experiência profissional” (Fontenele, 2008, p. 113). Diante da necessidade de trabalhar, as escolhas éticas e políticas acabam ficando para um segundo momento, muitas vezes depois dos profissionais já estarem inseridos nas diferentes políticas sociais:

A gente dentro dos serviços funciona como agentes do sistema querendo fazer resistência ao próprio sistema. Somos o Darth Vaider. (Fala de Psicólogo no Conversando sobre o SUAS / Porto Alegre – 11.12.13)

No caso da Assistência Social, as particularidades do campo distantes historicamente da psicologia e muitas vezes distante do cotidiano da maioria dos psicólogos, tem efeitos singulares na subjetivação dos profissionais. De acordo com Ribeiro (2010), o profissional passa a lidar com um público amplo e diverso em muitas situações de violação de direitos, a ter o trabalho regido por paradigmas de proteção social que ainda estão em processo de consolidação e atenção, mas que propõem pensar o sujeito e a atenção de forma integrada, a ser solicitado a um trabalho articulado ao de outros profissionais, a ter que buscar uma ação intersetorial para que sua ação tenha algum efeito sobre a violação de direitos e a conhecer documentações e leis para atuar nos serviços.

Assim, diante de um campo amplo e desconhecido, no qual os profissionais entram por diversos motivos que não apenas, ou quase nunca, por posicionamentos éticos e políticos, em equipes nas quais sua função não se diferencia em grande medida das dos demais profissionais, alguns autores (Senra, 2009; Oliveira e Amorim, 2012) apontam para certa paralisia dos psicólogos. Em trabalho apresentado no XVII Encontro da Nacional da Abrapso, Zampieri e Hall (2103) compartilharam o modo foram atravessadas pelo modo de trabalhar que povoa a Assistência desde a implantação do SUAS, através de sua experiência de estágio em dois CREAS de Porto Alegre - RS. Segundo as autoras, como parte da equipe naquele período, puderam partilhar das dores que limitam o processo criativo e tiveram que lidar com a impotência de mostrar resoluções em um contexto complexo de violências. A paralisia parece ser seguida, em alguns casos, por uma busca intensa por delimitar qual um papel e especificar suas atribuições nos diferentes serviços. Uma busca pela verdade.

Meu papel no CRAS está muito no apoio. No trabalho com o laço social. Vejo isso da autonomia como falácia, busco estimular essa outra dependência que não é patológica. Nessas horas faz sentido porque ter um psicólogo no CRAS: para contribuir com o diálogo, com convivências positivas. (Fala de Psicóloga no Conversando sobre o SUAS / Porto Alegre – 11.12.13)

Nessa busca pela verdade sobre suas práticas, possivelmente estes profissionais encontrem uma série de orientações e referências técnicas produzidas tanto pela Psicologia, quanto pelo Estado e, às vezes, a partir de uma parceria entre ambos, como por exemplo, no caso do recém-lançado documento de “Referências Técnicas para a prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS”, produzido a partir do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP e construído pelo Conselho Federal de Psicologia em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Já mencionamos alguns destes materiais no início do primeiro capítulo e os retomamos neste momento para destacar que através deles é que ganham alcance os discursos considerados verdadeiros no que se refere a esta atuação.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a partir do III CNP começa a ser pautada a necessidade da produção de referências técnicas para a atuação dos psicólogos em diversas políticas públicas sendo que mais tarde elas passam a ser produzidas através do Centro de Referência Técnica em psicologia e Políticas Públicas - CREPOP. De acordo com o CFP (2007), este tem como função principal a produção de informação qualificada visando ampliar a capacitação dos psicólogos na compreensão das políticas públicas de modo geral e a

compreensão teórico - técnica do processo de elaboração, planejamento, execução das políticas públicas nas diversas áreas específicas. De acordo com Oliveira (2012) essa iniciativa é uma resposta frente às discussões sobre a descontextualização da prática profissional nas políticas públicas evidenciada à medida que aumentaram os empregos nesta área, e apontada, sem meandros, por vários seguimentos acadêmicos e profissionais.

Entre o que eu leio... o que a política diz... e o encontro com as pessoas, com as equipes, com a gestão... Como lidar? (Fala de Psicóloga no Conversando sobre o SUAS / Porto Alegre – 11.12.13)

No que diz respeito ao SUAS, o Sistema Conselhos orienta os profissionais no sentido de uma prática que deve protagonizar movimentos de transformação social. Essa prática implica uma apropriação da atuação profissional enquanto atividade ético-política, conforme podemos identificar na introdução do primeiro documento publicado nesse contexto:

Temos compromisso com a autonomia dos sujeitos, com a crença no potencial dos moradores e das famílias das populações referenciadas pelos CRAS, para que rompam com o processo de exclusão/marginalização, assistencialismo e tutela. É fundamental a apropriação do lugar de protagonista na conquista e afirmação de direitos, para que possamos trabalhar com essa perspectiva. Para uma atuação ética e política, compreendemos ser imprescindível a identificação e apropriação da atuação, enquanto profissional, e crença no que se faz, mesmo diante de adversidades e desafios inerentes a ela. Isso contribui para um protagonismo de fato, capaz de fomentar, em outros, a construção de autonomies e a geração de outros protagonistas (CFP, 2007, p.16)

Nesse mesmo documento, encontramos que a atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. Suas atividades devem estar voltadas para o alívio imediato da pobreza, para a ruptura com o ciclo intergeracional da pobreza e o desenvolvimento das famílias e, nessa direção, os psicólogos devem “promover e fortalecer vínculos socioafetivos, de forma que as atividades de atendimento gerem progressivamente independência dos benefícios oferecidos e promovam a autonomia na perspectiva da cidadania” (p.19). O desafio apontado é o de atuar em uma perspectiva emancipatória e construir uma rede de proteção social em um país marcado por desigualdades sociais.

Entre este documento produzido inicialmente e os mais recentes, podemos perceber que algumas reflexões e posicionamentos foram amadurecidos, transformados, conforme as experiências dos profissionais no campo foram sendo vividas, debatidas, compartilhadas,

registradas. Ainda assim, conforme o mais recente documento publicado (CFP, 2013), muitas ainda são as dificuldades encontradas pelos psicólogos na prática cotidiana no que se refere a uma delimitação de seu papel. Diante de uma não distinção entre as funções dos profissionais que compõem as equipes de referência, a confusão com a atuação de assistentes sociais é freqüente, estando sua possibilidade de diferenciação nas teorias e metodologias de cada uma das áreas do conhecimento, cabendo à Psicologia contribuir tendo como foco a subjetividade e os processos psicossociais.

Estes achados apontam para uma produção de práticas psi que, a princípio, parecem não possuir um lugar bem marcado nos serviços em que se desenvolvem e que estão sendo construídas por profissionais que não compreendem seu papel naquele contexto, mas que se pretende que tenham como foco a subjetividade e os processos psicossociais para o enfrentamento de problemas como desigualdade social, pobreza, vulnerabilidade social e violação de direitos, tomando a família enquanto espaço de proteção e eixo central das intervenções. Ou seja, práticas que garantem mercado de trabalho aos psicólogos, que responsabilizam as famílias pelo seu sucesso ou fracasso em superar suas dificuldades diante das possibilidades oferecidas pelo Estado, práticas que em si mesmas não se prestam nem para garantir direitos, nem para romper com o ciclo da pobreza, mas possibilitam que a máquina continue funcionando de acordo com a racionalidade neoliberal que a sustenta, práticas que atualizam antigas relações de poder.

Puxa vida, a gente fica só reproduzindo... Acolhendo esses sujeitos para que sobrevivam da melhor forma possível dentro desse sistema injusto (Fala de Psicóloga no Conversando sobre o SUAS / Porto Alegre – 11.12.13)

As relações de poder, de acordo com Foucault (1995), mesmo que se apóiem em determinadas estruturas, como o Estado, por exemplo, só existem em ato, em práticas – são um conjunto de ações sobre ações possíveis. Assim, Trein (2012) aponta que no caso da Assistência Social, os programas não devem, simplesmente, agir sobre esses sujeitos assistidos, transferir renda e administrar seus dados, pois isto seria equivalente a uma relação de violência. É necessário abrir a oportunidade de agir sobre as ações, estabelecer uma relação do psicólogo com os usuários do SUAS de forma que um leque de possibilidades possa ser potencializado, a partir das intervenções destinadas à produção do ‘sujeito usuário da assistência’. De acordo com o CREPOP estas práticas se traduzem, por exemplo, em: acolhimento, entrevista inicial e triagem, atendimentos individuais, plantões, grupos,

elaboração de plano de acompanhamento individual e/ou familiar, visitas domiciliares, acompanhamento dos usuários nos diversos serviços do sistema judiciário, relatórios técnicos, laudos e avaliações, ações integradas com a rede, atuação em equipes multidisciplinares, atividades educativas e de esclarecimentos para a população em geral e coordenação dos serviços (CFP, 2013).

Compondo estas práticas, elemento fundamental e importante a ser reconhecido são as concepções construídas e compartilhadas sobre os usuários dos serviços entre os psicólogos neles atuam. Nesse sentido, Macedo e Dimenstein (2009), em pesquisa sobre a atuação de psicólogos em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e CRAS, apontam que para estes profissionais a maioria dos usuários era tida como não comprometida com os problemas do seu cotidiano, não responsável pela educação dos filhos, nem por reivindicar seus direitos, revelando a expectativa por uma população sadia, ocupada, organizada e sem conflitos.

A gente vai carregada do que a gente viveu como experiência de família e quer que as famílias tenham as mesmas experiências... (Fala de Psicóloga no Conversando sobre o SUAS / Porto Alegre – 11.12.13)

A partir de suas pesquisas laborais e acadêmicas, Pereira (2013) também percebeu serem comuns explicações que “culpabilizam os sujeitos por sua condição de pobreza e vulnerabilidade, com ideias que giram em torno da inadequação, irresponsabilidade e desmotivação dessas pessoas para reverterem sua situação, como se isso não fosse parte de um problema social mais amplo, psicologizando assim o que na verdade são frutos de problemas sociais” (p.9). O autor aponta intervenções que, ao invés de fomentarem o protagonismo e a ação política dos usuários e comunidades, estão voltadas à tutela da vida e desapropriação do saber do outro sobre si próprio na condução dos seus projetos de futuro.

Às vezes eu digo assim mesmo: “Tu está recebendo benefício eventual, então eu tenho que te controlar” (Fala de Psicóloga no Conversando sobre o SUAS / Porto Alegre – 11.12.13)

Diante dessas colocações, pensamos que na mesma medida em que um lugar ainda não definido para a profissão e um papel também em discussão podem se configurar como oportunidade de inovação e criação de novas práticas, podem promover a manutenção de práticas normalizadoras, que tomam como referência um modos de ser e viver predominantemente entendidos como adequados, construídos especialmente por saberes psi. Conforme Cruz e Guareschi (2012), sendo a Política Nacional de Assistência Social um

campo de forças em luta, discursos, práticas e saberes se produzem e se confrontam e certos funcionamentos acabam se hegemonzando dentre outras possibilidades. A partir disso emergem saberes e práticas dominantes, que, transformados em regimes de verdade, acabam por construir certos modos de vida e subjetividade.

Imagina, tem família que já está recebendo quatrocentos e poucos reais! Temos muitas opções para encaminhar as pessoas para não ficarem dependendo do Bolsa... (Fala de Psicóloga no Conversando sobre o SUAS / Porto Alegre – 11.12.13)

Sendo assim, reafirmamos a necessidade de reflexão e debate permanente sobre as práticas psi que vem sendo desenvolvidas no Sistema Único de Assistência Social, com especial atenção para as abordagens teórico-metodológicas que as sustentam. Mas reconhecemos a complexidade desta tarefa em um cotidiano marcado por precárias condições de trabalho, estruturas físicas inadequadas, falta de recursos materiais, salários baixos, vínculos trabalhistas frágeis, ausência de processos de educação permanente e impermanência de processos de capacitação. Marcado também, muitas vezes, por gestões que desconhecem aquilo que a própria política de assistência propõe, pela falta de planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas, por uma lógica emergencial de cumprimento de demandas que aumentam de forma ininterrupta. Por fim, marcado por entraves no trabalho interdisciplinar, por dificuldades de articulações entre os serviços dentro do próprio SUAS e, ainda maiores, com os serviços de outras políticas públicas (CRPRS, 2013).

(Suspiro) O que fazer diante de tanta captura nesses espaços?

A gente vai assumindo o discurso, o lugar do público alvo...

Os trabalhadores também estão nas condições de violação dos usuários... A gente ta aqui se fortalecendo pra dizer: “Calma aí, eu não vou ser absorvido por esse tsunami”.

(Fala de três psicólogas no Conversando sobre o SUAS / Porto Alegre – 11.12.13)

Assim, se conforme Trein (2012), na discussão sobre a produção do ‘sujeito usuário da assistência’, podemos considerar o SUAS uma rede de relações de poder que produzem subjetividade sob algumas condições de possibilidade, da mesma forma, entendemos que um sujeito psicólogo se desenha desde as relações de poder que marcam a articulação entre Psicologia e Estado, presentes nesse dispositivo. Entendemos que Sistema Conselhos e MDS objetivam esses psicólogos circuncrevendo-os com determinadas características como alvo

das orientações técnicas; os próprios psicólogos são levados a se reconhecer como sujeitos a este modo de objetivação e as relações de poder consideram os atores envolvidos como parceiros na construção de práticas comprometidas socialmente. É produzido então um modo de ser ‘psicólogo *da* assistência’: um psicólogo subjetivado para trabalhar comprometido com a garantia de direitos da população em um cenário no qual seu papel é controverso e cujas técnicas de intervenção que aprendeu precisam ser reinventadas em cotidianos de trabalho com poucas possibilidades de reflexão sobre as práticas e uma grande demanda para atender a fim de legitimar sua presença nas equipes e, em alguns casos, manter o emprego.

Como criar espaços de resistência? É bem complicado... Acho que a saída é bem no micro mesmo. (Fala de Psicóloga no Conversando sobre o SUAS / Porto Alegre – 11.12.13)

Aqui trazemos novamente a experiência de Zampieri e Hall (2013) viveram em seus estágios no CREAS. De acordo com as autoras o trabalhador, imerso nessa mudança de paradigma, vê-se tendo que criar novas formas de intervenção, deparando-se com inúmeros desafios e limitações que impõe uma política pública em processo de implantação. Nesse contexto, mais que observar o sofrimento que produziam as condições de trabalho, as mesmas viveram junto processos de adoecimento no campo, que desmantelava as possibilidades de trabalho, as potências e, por vezes, relações entre equipes inteiras. Segundo as autoras, é possível perceber um processo de cerceamento de liberdade do trabalhador devido a uma individualização do processo de trabalho e de questões coletivas serem encaradas como individuais; tem-se a impressão, ao trabalhar neste contexto de violências e miserabilidades, que por si só já causam sofrimento, de uma grande solidão produzida, entre outros fatores, por um não compartilhamento das experiências de trabalho.

Além disso, apontam Zampieri e Hall (2013), o trabalhador é demandado individualmente a ser eficaz, mesmo em circunstâncias nas quais não se pode ativar e acessar as demais políticas, função característica do SUAS. O trabalho, idealizado de maneira coletiva, contando com uma equipe multidisciplinar, recheada de olhares de diferentes campos de conhecimento, na prática torna-se um campo de guerra, em que o trabalhador solitário prescinde de suas ferramentas técnicas e parece buscar recursos emocionais para, além de tentar cumprir as ações planejadas, superar um sofrimento individual. Essa indiferenciação, justificada sob a égide de um esgotamento de recursos humanos, produz um trabalhador não apropriado do seu fazer; em vez de contribuir com o olhar advindo de sua área, ele é demandado para dar conta de absolutamente tudo, desde questões materiais,

encaminhamentos para outras políticas públicas e escuta do sofrimento – não tendo lugar para endereçar o seu próprio:

“Um exemplo: tem uma família que já nos procurou, já recebeu cesta-básica, não recebe benefício nenhum, no momento está com o cartão do Bolsa Família bloqueado, mas dois filhos que são gêmeos - é... o terceiro não está – que estão freqüentando um serviço, são adolescentes. E, assim: um é super complicado, muito agressivo, tal tal. O outro não. E vive dando... Então eu já fui fazer visita com a diretora do serviço, já fui fazer visita. Tem a assistente social da tarde, que é a V., que chegou agora (...) ela também já foi, então a gente está buscando. ´pra você ver, tem o serviço, a família já foi atendida aqui, a família também já foi atendida pela saúde, mas a gente não tem muito recurso, a gente está tentando; não tem ainda um resultado, então você veja só quantas.... Este caso sim, como está no serviço a gente está fazendo visita, está vendo como é que está dando para encaminhar. Então, eles tão freqüentando, porque um não estava freqüentando e voltou a freqüentar, então a gente está como todo... Na escola também estão indo também, mas assim, o pai faleceu de AIDS, o irmão mais velho também, tem um problema de drogadição sério, uma irmã, enfim, é um caso meio assustador. A irmã tem um relacionamento com uma pessoa de 53 anos, ela hoje não freqüenta o serviço, até o ano passado ela freqüentou, mas a gente não conseguiu (...). Então é isso. Mas é isso... Realmente não tem para o psicólogo, dentro dessa estrutura, que está colocado hoje não tem... (Araujo, 2010, p.76)

Os relatos de Maria, psicóloga que atua há 27 anos na secretaria municipal de Assistência Social de uma metrópole brasileira, e há dois anos e meio em um CRAS, encontrados na pesquisa de Araújo (2010) junto aos de outros três psicólogos, dão visibilidade ao que Zampieri e Hall (2013) apontam: sem o amparo técnico de sua profissão, o trabalhador relega o seu trabalho apenas à sua sensibilidade, na tentativa de esquivar-se da sobrecarga e conseguir, de alguma maneira, atingir as metas propostas dos casos que acompanha. O que se produz com essa automatização do trabalho, que prescinde de reflexões e problematizações é justamente o que mais se combate no campo da Assistência em tempos de SUAS: o assistencialismo – a falta de autonomia do usuário que fica novamente relegado à lógica da generosidade. E a falta de autonomia dos profissionais, assujeitados aos jogos de poder estabelecidos no campo.

PARTE 2

O que o SUAS me deu

Começo por essa história porque ela diz muito do processo que o colega Pedro Brasileiro, poetando na mesa de encerramento, chamou de nosso parto e nascimento como pesquisadores. Entrei no mestrado sem experiência anterior em pesquisa, sem artigos publicados, depois de sete anos distante da academia. O que tinha em minha bagagem era os quatro anos de experiência como psicóloga na política de assistência social, certa indignação com nossa prática nesse contexto, muita admiração pelo trabalho da minha orientadora, imensa vontade de aprender coisas novas e trocar ideias com pessoas diferentes e algum apaixonamento pelo pouco que conhecia da obra de Foucault. Como Virgínia Kastrup apontou para uma colega quarta feira a tarde, queria “transformar uma pedra no sapato em uma dissertação”. Queria mesmo. E ainda quero. Mas como é difícil! Como é difícil entender que as vigas em que nos apoiamos são temporárias. Como é assustador saltar sem saber muito bem para onde, com quem e por que. Como é necessário estar aberto para aceitar o convite à essa dança. E como é importante a companhia dos interlocutores nesse andar sobre pernas de pau. Nas palavras do Pedro, “Transitemos juntos desafios solitários, Transe temos juntos, dançarinos solidários”.

(Excerto de “Efeitos Interloki” – texto produzido a partir do evento interlocuções metodológicas, em 8 de novembro de 2012)

Se inicialmente colocamos como questão de pesquisa “Como vem se constituindo o discurso do Compromisso Social da Psicologia e, na medida em que ele é tomado pelo Sistema Conselhos, que efeitos produz nas práticas psi no SUAS?”, esta evidenciou-se como um fio frágil enquanto pergunta-guia (Zanella, 2013) visto que um pouco mais de aproximação com a temática investigada foi suficiente para, em alguma medida, respondê-la. A partir do que foi evidenciado na primeira parte da dissertação, compreendemos que o discurso do Compromisso Social da Psicologia foi se constituindo na interface Psicologia e Estado brasileiro. Inicialmente isso se deu através de uma oposição, sustentada pelo engajamento na luta pela garantia de direitos e, atualmente, se dá por um alinhamento entre estas instituições, que se sustenta também na luta pela garantia de direitos. Desta forma, o discurso do Compromisso Social da Psicologia se apresenta como um dos saberes que compõem a rede do Sistema Único de Assistência Social enquanto dispositivo de poder.

Sendo a produção de subjetividades a finalidade principal de um dispositivo, pensamos que um de seus efeitos nas práticas psi é a produção do ‘sujeito psicólogo da assistência’, objeto dos discursos de verdade veiculados tanto pelo Sistema Conselhos, quanto

pelo MDS. Este ‘sujeito psicólogo *da* assistência’, como já apontamos, um profissional que deve trabalhar comprometido com a garantia de direitos da população em um cenário no qual seu papel é controverso e cujas técnicas de intervenção que aprendeu precisam ser reinventadas em cotidianos de trabalho com poucas possibilidades de reflexão sobre as práticas e uma grande demanda para atender a fim de legitimar sua presença nas equipes e, em alguns casos, manter o emprego - ou seja, um profissional marcado pela impossibilidade.

Tornar visível esse efeito do discurso do Compromisso Social da Psicologia foi um acontecimento que mudou os rumos da pesquisa em curso. Como descrito no capítulo que segue, a partir da pesquisa sobre a experiência no SUAS e, também, da pesquisa vivida como experiência, diversas outras questões começaram a se desenhar. Amadurecemos umas, descartamos outras e, finalmente, uma delas foi ganhando contornos mais definidos na continuidade do pesquisar: O retorno ao ambiente acadêmico para produção de conhecimento tem se constituído como estratégia de luta, resistência e criação para os psicólogos da assistência diante do regime de verdades e dos processos de assujeitamento que operam nesse campo?

Em busca de pistas nesse sentido, nos propusemos a direcionar um olhar mais atento e demorado para as dissertações e teses produzidas por outros psicólogos-trabalhadores da assistência social, a fim de conhecer como se deu o processo de produção do conhecimento, compreender se os mesmos operaram como tecnologias de si, se estavam inscritos em processos de cuidado de si e pensar a possibilidade de emergência de um sujeito ‘psicólogo-pesquisador-trabalhador *no* SUAS’ a partir do retorno ao contexto acadêmico. Com isso, entendemos que, apesar de uma torção na questão de pesquisa, a problematização mais ampla na qual ela se insere continua a mesma: Tem conseguido a Psicologia Social articular estratégias para produzir linhas de fuga e promover novas estéticas de existência?

A partir daí, fomos ao encontro com dezesseis relatórios de pesquisas feitas por psicólogos sobre a Psicologia na Assistência Social entre 2004 e 2013, ou seja, do ano em que o SUAS começou a ser implementado até o ano em que se encerrou a nossa pesquisa, conforme apresentado no quadro que segue.

N	Título	Autor / Orientador	Universidade	Ano	Tipo
01	O praticante de psicanálise no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): A Intervenção Retificadora e outras questões	Marcelo Luis Horta Silva Mariano/ Luís Flávio Silva Couto	PUCMG	2011	M

02	“O que estamos fazendo aqui?” Sobre o pesquisar e a autonomia nos jogos de visibilidade do SUAS	Anna Luisa Trein/ Jaqueline Tittoni	UFRGS	2012	M
03	A psicologia na Assistência Social: práticas vivenciadas e conhecimento produzido	Roberta Fin Motta/ Helena Scarparo	PUCRS	2011	M
04	A psicologia no mundo da vida: Representações Sociais sobre os (as) usuários (as) do CRAS	Vinicius Tonollier Pereira/ Pedrinho Guareschi	UFRGS	2013	M
05	O psicólogo no Centro de Referência de Assistência (CRAS) de Fortuna de Minas – MG: na trilha cartográfica dos territórios subjetivos.	Laura Freire de Andrade/ Roberta Carvalho Romagnoli	PUCMG	2011	M
06	O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis.	Adalberto Botarelli/ Bader Sawaia	PUCSP	2008	D
07	O psicólogo na proteção social especial: atuação junto às vítimas de violação de direitos no Creas	Adriana Barbosa Ribeiro/ Oswaldo Yamamoto	UFRN	2010	M
08	Mas a gente não sabe que roupa dever usar: um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social	Fabiana Itaci Corrêa de Araujo/ Bader Sawaia	PUCSP	2010	M
09	Em busca do sujeito perdido: a psicanálise na assistência social limites e possibilidades	Maria de Lourdes Douque-Estrada Scarparo/ Maria Cristina Poli	PUCRS	2008	M
10	“Ele dorme e se acorda comigo”: representações sociais do Programa Bolsa Família	Cristiane Redin Freitas/ Pedrinho Guareschi	PUCRS	2008	M
11	Inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio grande do Norte.	Pablo de Souza Seixas/ Oswaldo Yamamoto	UFRN	2009	M
12	A Prática interdisciplinar na Política de Assistência Social: o caso dos CRAS de Abaetetuba/PA	Karla Dalmaso/ CarlosAlberto Batista Maciel	UFP? Federal do Pará	2010	M
13	Política Pública de Assistência Social, entre o controle e a autonomia.	Daniela Duarte Dias/ Jaqueline Tittoni	UFRGS	2009	M

14	Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS: Estudo sobre a Inserção dos Psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social.	Adna Teixeira Fontenele/ Veriana de Fátima Rodrigues Colaço	UFC? Federal do Ceará	2008	M
15	O Psicólogo no campo do Bem-Estar: cartografias de práticas na Saúde e Assistência Social.	João Paulo Sales Macedo/ Magda Diniz Bezerra Dimenstein	UFRN	2007	M
16	Psicólogos sociais em uma instituição Pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento.	Carmem Magda Ghetti Senra/ Raquel Souza Lobo Guzzo	PUC Campinas	2009	D

O encontro com a produção desses pesquisadores foi desenhado também pelo movimento do pesquisar. Em um primeiro momento, o contato foi com aqueles que estavam mais perto e cujas pesquisas já conhecíamos por terem sido realizadas no mesmo PPG: Anna Luísa e Vinícius. Depois, partimos para uma pesquisa apresentada no 14º Encontro Regional Sul da ABRAPSO (2012) e chegamos até Roberta. Esses três primeiros encontros nos levaram a todos os outros e, na sequência, encontramos Marcelo, Laura, Adalberto, Adriana, Fabiana, Maria de Lourdes, Cristiane, Pablo, Karla, Daniela, Adna, João Paulo e Carmem. Entendemos que os relatórios produzidos por estes pesquisadores, a princípio, traziam os elementos que buscávamos para pensar nossa questão de pesquisa a partir de diferentes Instituições de Ensino Superior – públicas e privadas, de diferentes territórios distribuídos entre quatro regiões do país e diferentes propostas teórico-metodológicas. Entretanto, mantivemos aberta a possibilidade de busca por outros se essa necessidade se apresentasse ao longo do processo.

A escolha por nos referirmos aos psicólogos-pesquisadores primeiro nome, e não pelo sobrenome e ano da pesquisa, diz respeito ao que procurávamos nesses relatórios: a introdução e a conclusão. Ou seja, a parte do escrito onde o pesquisador conta porque sua pesquisa é importante e constrói sua contextualização, bem como, a parte onde encerra seu processo revisitando alguns momentos, apontando os limites do trabalho, abrindo novas questões. As partes nas quais, enfim, podemos com frequência nos encontrar com a experiência de seus autores de modo menos formal, menos citado, menos “acadêmico”... Mais próximo. Assim, para mantermos a sensação de proximidade com as pessoas que produziram aqueles conhecimentos, optamos pela referência através do primeiro nome. As referências

completas aos trabalhos, entretanto, podem ser encontradas junto às demais referências bibliográficas.

Após a leitura inicial dos resumos, sumários, introduções e considerações finais, dessas dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de alguns capítulos específicos quando os títulos faziam referência ao processo de pesquisa, estabelecemos quatro marcadores que delinearão a análise: o trabalho, o desassossego, o pesquisar e as práticas psi no SUAS. Através do primeiro procuramos identificar entre os pesquisadores, quais eram ou já tinham atuado como psicólogos do SUAS. Através do segundo, procuramos conhecer os motivos que os levaram à pesquisa. Através do terceiro, buscamos compreender a experiência de pesquisa empreendida e a sua relação com o conceito de tecnologias de si. Por fim, através do quarto, procuramos mapear direcionamentos referentes às práticas psi no SUAS. As reflexões proporcionadas por esse trabalho são compartilhadas nessa parte da dissertação através de três capítulos

O capítulo 4, “Dois Nus na Floresta: minha orientadora e eu na paisagem da pesquisa”, busca evidenciar a pesquisa como experiência e o pesquisar como possível exercício de si sobre si mesmo. O capítulo 5, “O Hospital Henry Ford: retornando à instituição para de cuidar de si”, apresenta conceitos a partir dos quais tomamos para análise as pesquisas realizadas por psicólogos sobre a Assistência Social, bem como, algumas reflexões iniciais sobre o material encontrado. O Capítulo 6, “Quatro Habitantes da Cidade do México: o trabalho, o desassossego, o pesquisar, as práticas psi no SUAS”, trata das construções que foram possíveis a partir do encontro com a produção de outros psicólogos trabalhadores pesquisadores. Desta forma, através destes três capítulos-quadros, sistematizamos o que o Suas me deu.

CAPÍTULO 4

Dois Nus na Floresta: minha orientadora e eu na paisagem de uma pesquisa-experiência



Figura 7 - "Dois nus na floresta" ou "A Própria Terra" ou "Minha ama e eu" (1939)

Nomeamos essa escrita como o ‘relato de uma pesquisa-experiência sobre as práticas psi no SUAS’. Apresentamos a mesma como uma dissertação criada a partir de desassossegos, incômodos, crises, dramas, apaixonamentos, afetações, memórias, encontros, acontecimentos e intensidades que inicialmente emergiram do contexto de trabalho no qual me inseria como psicóloga – o Sistema Único de Assistência Social. Como invenção possibilitada pelos dois anos do mestrado, na medida em que fiz travessias entre os lugares de trabalhadora e pesquisadora - me pondo, opondo, impondo, propondo, mas, acima de tudo, me expondo ao que desconhecia em um processo no qual algumas transformações aconteceram e saberes foram produzidos - e vice-versa. Agora, é chegada a hora de nos demorarmos um pouco na reflexão sobre esse modo de produzir conhecimento que se propõe a pesquisar a experiência e a pesquisar como experiência.

De antemão alertamos que, conforme nos ensina Larrosa Bondía (2010), a própria palavra experiência – tanto nas línguas germânicas como nas latinas – contém inseparavelmente a dimensão de travessia e perigo. Sendo assim, a concepção de uma pesquisa-experiência não inclui o caminho seguro até um objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, com resultado previsível. De saída, portanto, se contrapõe a uma concepção de pesquisar ancorada no método cartesiano através do qual procedimentos

racionais asseguram o acesso à verdade. Também vai contra a corrente característica do campo de pesquisa brasileiro que, pautado pela ideia de produtividade, avalia em quanto tempo, com que custo, quanto foi produzido de conhecimento para intervir e controlar alguma coisa. Além disso, conforme o autor antes citado aponta, parece ser incompatível com o modo como os aparatos educacionais têm funcionado, a partir da tríade informação-opinião-velocidade, que impõe a formação permanente e acelerada constante atualização e reciclagem sem fim. Ou seja, pretende ser um outro modo de produzir conhecimento.

Na medida em que se propõe a ser um outro modo de produzir conhecimento, uma pesquisa-experiência implica em uma outra postura do pesquisador – de exposição, de receptividade, de abertura à sua própria transformação. Conforme Larrosa Bondía (2010), pensamos que se trata de “certa passividade anterior à oposição entre ativo e passivo, de uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial” (p.24) que deixa a cargo da experiência a atividade e reatividade, com tudo o que isso oferece de vulnerabilidade e risco. Nesse sentido é que relacionamos o conteúdo do capítulo à obra de Frida "Dois nus na floresta" ou "A Própria Terra" ou "Minha ama e eu" (1939). Nesta obra, conforme Herrera (2011), ela situa as duas mulheres fora dos domínios do tempo, do espaço e das convenções, e confinadas de um lado por uma viçosa selva de onde são observadas por um macaco-aranha, cuja cauda está enrolada nos galhos retorcidos e espiralados, e do outro por um precipício cujas raízes projetam-se da terra como se de uma cova recém-cavada. Nesse terreno inóspito, as mulheres se agarram uma à outra.

Apontamos também que pensar em uma pesquisa-experiência foi possível a partir da aproximação entre propostas metodológicas de Foucault, Deleuze e Guattari, conforme explicamos na introdução deste escrito. De um acoplamento entre ferramentas genealógicas e cartográficas que permitiram problematizar as linhas de força envolvidas na constituição de um determinado objeto, desnaturalizando as formas cristalizadas e instituídas a partir das noções de gênese e descontinuidade, através de um processo de experimentação contínua, caracterizado pela abertura, conectividade e possibilidade, que recebe modificações constantemente, atravessadas pelos regime da sensibilidade. Destacamos também a inspiração em Foucault naquilo que se refere aos campos de experimentação do qual emergem seus estudos, à acontecimentalização da pesquisa e aos livro-experiência, a partir dos quais compartilha suas reflexões – pontos que retomaremos ao longo do capítulo.

4.1 SOBRE PESQUISAR A EXPERIÊNCIA...

Ao longo da dissertação, diversos foram os momentos em que nos referimos à experiência de trabalho em políticas sociais públicas de Assistência Social como campo do qual emergiram os incômodos, os questionamentos e as problematizações que me moveram em direção ao mestrado. Inicialmente, o processo de pesquisa girou em torno do discurso do Compromisso Social da Psicologia, dimensão de saber que articulada ao Sistema Único de Assistência Social enquanto dispositivo de poder, tendo como efeito práticas psi implicadas em modos de subjetivação que produzem tanto o ‘sujeito usuário da assistência’ quanto o ‘sujeito psicólogo *da* assistência’, conforme exposto na primeira parte da dissertação, ou seja, girou em torno de pesquisar a experiência.

Essa perspectiva se inspira na postura proposta por Foucault (2012) em *Microfísica do poder*, de um tipo de intelectual que possa acompanhar e dar cada vez mais visibilidade aos mecanismos de poder que nos atravessam, seja em termos de suas estratégias e táticas do poder, seja a partir de regimes de verdade que esquadrinham nossa sociedade a partir dos focos de resistência e revolta que eclodem em nosso tempo. Não mais como o portador de uma compreensão total das coisas, mas sim, como um agente de questões locais, como aquele que atenta para as lutas reais, materiais e cotidianas, que se estabelecem em seus campos de competência, imprimindo um outro tipo de relação entre teoria e prática: relação de crítica da realidade em que vive. A partir desta postura é que ele próprio buscava realizar seu trabalho de diagnosticar o presente.

Conforme lembra Macedo (2007), a transitividade teoria/prática, para Foucault, era um procedimento central em seus trabalhos sendo que essa relação só poderia se constituir se emanasse do campo da experiência. Essa experiência se efetivava, no caso do filósofo, não apenas pela via da percepção, mas, principalmente, pelo campo da micropolítica, visto que cada nova problemática lançada evidenciava uma prática, um engajamento radical, um campo de experimentação. A mobilidade das relações de poder era acompanhada por Foucault através da própria experiência e da relação estabelecida *com* e *entre* os espaços nos quais combates, lutas e dominações aconteciam, possibilitando que vivesse seu engajamento filosófico experimentando-os e experimentando-se a si, não simplesmente verificando o que acontecia. Esse é o processo que inspira a pesquisar a experiência

No caso da pesquisa aqui empreendida, como apontamos, o contexto de trabalho possibilitou a experiência a partir da qual foram estudadas a produção de verdades, as relações de poder e a produção de subjetividades. Processo que vai contra a proposição de Larrosa

Bondía (2010), de que o trabalho é inimigo mortal da experiência. Compreendemos, como o autor, que isso nem sempre é possível, e que é necessária uma distinção entre trabalho e experiência, não podendo esta ser uma simples conversão a créditos, mercadoria, valor de troca. Entretanto, acreditamos que na rede de relações estabelecidas nesse contexto é possível ser afetado, é possível que algo nos toque, que algo nos aconteça e que, diante disso, consigamos parar, olhar, pensar, suspender a opinião, o juízo, a vontade, dar-nos tempo e espaço. E que em uma continuidade desse movimento, aconteça a pesquisa, muito mais como vontade de saber do que como uma oportunidade de transformar a experiência em mercadoria.

De acordo com Fonseca e cols (2006), não é possível marcar um lugar específico no tempo do encontro com aquilo que nos gera a vontade de saber e de criar um lugar no mundo ao qual iremos circunscrever nossa fala. A partir do pensamento de Foucault, as autoras propõem a noção de pesquisa-acontecimento implicada com uma posição teórico-política de desnaturalização na qual uma ruptura evidente – a emergência de uma singularidade – e, ao mesmo tempo, uma ruptura de evidências, remetem a uma problematização. Sendo assim, presente a postura de desnaturalização, compreendermos que tanto a pesquisa quanto a experiência podem acontecer, inclusive em contexto de trabalho. Fazemos a mesma reflexão quanto consideramos os aparatos educacionais.

Para Larrosa Bondía (2010), os mesmos funcionam cada vez mais no sentido de tornar impossível que alguma coisa nos aconteça, tanto pela perversidade do par informação/opinião quanto pela velocidade. Nesse sentido, Ferreira Neto (2008) aponta que a produção de pesquisas se constitui como um campo onde forças estatais e de mercado operacionalizam uma poderosa determinação de formas e conteúdos dos trabalhos- o que repercute tanto sobre a produção das pesquisas, quanto dos pesquisadores, em decorrência de uma concepção operacional do que é pesquisar. Diante disso, a compreensão da pesquisa como experiência modificadora de si no jogo com a verdade, e não como simples apropriação de outrem para fins de comunicação, instala um conflito e pesquisar, hoje, no Brasil, para o autor, torna-se também o enfrentamento de um instituído.

Mais uma vez, concordamos com a dificuldade posta e o conflito instalado. Entretanto, tomamos o processo desta pesquisa para afirmar sua possibilidade. Passado o primeiro momento, em que a experiência de trabalho em políticas sociais públicas de Assistência Social possibilitou a construção de alguns conhecimentos e a desconstrução de outros tantos, a própria experiência de pesquisa em processo - extremamente mobilizadora - é que foi colocada em suspensão, olhada, escutada, sentida, pensada. A partir de movimentos de atenção e delicadeza, paciência e flexibilização dos prazos, além de alguma disposição para

correr riscos, foi possível que algo nos acontecesse a partir do próprio aparelho educacional, instigando uma nova série de problematizações.

Diante do exposto, compreendemos que a experiência se relaciona mais com uma postura de abertura e receptividade a partir da qual nos deixamos abordar pelo que nos interpela e, também, com uma posição teórico-política de desnaturalização que favorece a emergência de singularidade, do que com os contextos nos quais estamos inseridos - seja o trabalho, seja a universidade. Compreendemos, também, que pesquisar a experiência, em uma relação de crítica da realidade em que vivemos, consiste em uma estratégia micropolítica potente para acompanhar e dar visibilidade aos jogos de poder que atravessam nosso cotidiano. Isso não significa desconsiderar as características de nosso tempo que favorecem a destruição da experiência - como excesso de informação, de opinião, a falta de tempo e a velocidade dos processos - mas, sim, acreditar que é possível oferecer resistência às mesmas.

* * *

4.2 SOBRE PESQUISAR COMO EXPERIÊNCIA

O 'pesquisar a experiência' - processo antes descrito referente aquilo que produzimos como objeto de conhecimento, está intimamente relacionado ao 'pesquisar como experiência', ou seja, à forma como o processo de pesquisa nos acontece e como, a partir dele, nos produzimos pesquisadores. Sendo uma pesquisa constituída por uma rede complexa de campos do saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade, interessa aqui pensar em como nos colocamos nessa relação, em como essas dimensões nos atravessam, nos tocam, enquanto nos movemos. Tomando o exemplo de Foucault, pensar em como estabelecemos relações *com* e *entre* os espaços do pesquisar, experimentando-os e experimentando-se a si. Nesse sentido, ao longo da escrita, fomos incluindo algumas pistas acerca de como os processos foram vividos, procurando deixar visíveis tensões, conflitos, angústias, expectativas que emergiram tanto do contexto de trabalho no SUAS quanto do contexto de pesquisa, registrados no decorrer dos últimos dois anos. Aqui, evidenciaremos alguns aspectos das relações da pesquisadora com o campo, com a orientadora e consigo mesma.

A relação com o campo de pesquisa foi problematizada desde o início do mestrado, visto que era também contexto de trabalho da pesquisadora exigindo, como já apontado em outros momentos da escrita, certo exercício de deslocamento. O efeito dessas problematizações, das leituras feitas ao longo do primeiro ano, das conversas travadas, dos

achados históricos, dos documentos analisados, foi uma transformação na forma de pensar e entender a Psicologia no SUAS e, portanto, de olhar para meu trabalho nessa política pública, para minhas experiências enquanto sujeito produzido naquela realidade. Conforme Macedo (2007), ao nos lançarmos em um movimento que ata pensamento e vida em um exercício de experimentação e problematização, podemos seguir por duas vias. Uma delas é a de arriscar e afirmar nossa potência de agir e seguir nos experimentando frente aos encontros que nos tocam, de modo a avançar na crítica de novos limites e na criação de novos possíveis. A outra é bloquear os afetos e nos movermos somente por caminhos já percorridos, repetindo o que temos feito de nós mesmos. A via pela qual me embrenhei, até certo momento da pesquisa, foi a segunda.

Os sentimentos de frustração, impotência, ressentimento cresceram a medida que progrediu a construção do projeto de pesquisa. Cresceram a cada reunião de equipe no serviço, onde a pauta principal foi o preenchimento do Cadastro Único e a necessidade de fazermos mutirões com este fim. Cresceram cada vez que o benefício de um usuário atrasou porque um funcionário da Secretaria esqueceu-se de incluir seu nome na lista. Cresceram a cada encontro com uma mãe reclamando o Bolsa Família cancelado por não ter atualizado seu cadastro. Cresceram a cada vez que uma assistente social simplesmente carimbou o trabalho realizado por um educador social com a justificativa de que precisava ser “assinado por um técnico”. A cada tarde em que a kombi chegou atrasada e os usuários ficaram esperando por horas na rua, debaixo de um sol intenso. A cada reunião de rede onde planejamentos eram feitos e refeitos sem a participação de usuários... Cresceram tanto que foi se tornando insuportável permanecer trabalhando como psicóloga no CRAS.

Nesse processo o que destaco é que, se a partir de certo momento passaram a ganhar ênfase os aspectos da burocracia, do descaso com os usuários, da inflexibilidade, da paralisia, do declínio e da precariedade, não é porque não estivessem lá antes, mas porque, me parece, tornados visíveis os processos de assujeitamento que eu produzia e que me produziam, a falta de sentido se impôs. A possibilidade trabalho morreu. A capacidade de investir foi estancada. O olhar crítico que antes era dirigido para a Assistência Social, na medida em que foi dirigido para os arranjos que sustentavam meu fazer naquele espaço, produziu um vazio. A partir do momento em que reconheci que, “em nome da proteção e do cuidado”, minhas práticas serviam para produzir o ‘sujeito usuário da assistência’ (Trein, 2012), passei refletir sobre o quanto já havia colocado meu trabalho a serviço dessa dinâmica. Quando compreendi que minhas práticas, sustentadas pelos discursos de verdade prescritos pelo Sistema Conselhos e

pelo Ministério do Desenvolvimento Social, também me produziam ‘sujeito psicólogo da assistência’, fui atravessada pela desesperança.

Encontramos eco nas palavras de Passeti (2013) quando este aponta que talvez o insuportável seja esse excesso de direitos, não porque a priori sejam maus ou bons, mas porque eles produzem um dispositivo que funciona muito bem para a continuidade da máquina, ele azeita a máquina. Trabalhar comprometida com um discurso paradoxal de garantia de direitos à população, em um cenário no qual nosso papel é controverso, onde as técnicas de intervenção que aprendemos precisam ser reinventadas em cotidianos de trabalho com poucas possibilidades de reflexão, em serviços nos quais há uma grande demanda para atender e uma constante necessidade de legitimar nossa presença nas equipes, com péssimas condições de trabalho para, ao fim, colaborar com estratégias de governo da vida daqueles que nos propomos a promover autonomia... Não houve potência de agir capaz de superar ‘O que vi no SUAS’ e foi necessário, então, deixar para trás o trabalho na Assistência Social.

Em contrapartida, ‘O que o SUAS me deu’, através do esgotamento vivido no pesquisar, foi a oportunidade de uma reflexão intensa sobre minha prática profissional, sobre os valores com os quais me comprometia até então, sobre a Psicologia, sobre o mestrado, sobre minha vida e as relações estabelecidas comigo, com os outros e com o mundo. Esse período foi vivido como uma experiência-limite, daquelas que arranca o sujeito de si próprio, conforme Foucault (1994) define suas experiências de leitura de Nietzsche, de Bataille e de Blanchot. De acordo com o mesmo autor, “de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível o descaminho daquele que conhece?” (p.13). Perspectiva essa, compartilhada por Guareschi (2014):

Considero, que em todo início de um processo de orientação, é necessário um trabalho de desorientação para que se possa colocar em suspensão certas verdades sobre saberes e métodos que vamos construindo para nos afirmarmos como pesquisadores. O período sem norte, ou desorientado, é bastante produtivo, pois quando voltarmos aos conceitos e métodos eles não serão mais os mesmos e, assim, é que evitamos legitimá-los como hegemônicos, desestabilizamo-los para que possam produzir outros efeitos, ou modos de subjetivação (Trecho de e-mail enviado pela Orientadora em 29.01.14)

Não sendo mais aquela trabalhadora-pesquisadora que se dispõe a simplesmente azeitar a máquina, foi necessário suportar um período de caos, de não-saber, de me perder, de

abrir mão das certezas fragilmente construídas até ali. Meu primeiro ano de mestrado me levou a sair do trabalho no SUAS e a um projeto de pesquisa pouco potente, tamanho o esforço feito para afastar dele minha experiência, então frustrante, na Assistência Social. Passada a qualificação, e o movimento de aproximação intensa com o contexto pesquisado, foi necessário um momento de distanciamento- um distanciamento acompanhado, cuidado e até incentivado, pela orientadora. Conforme Zanella (2013), um distanciamento que permite ao pesquisador “tecer outros olhares sobre o visto/ ouvido/ lido/ sentido, sobre o já escrito e que será reescrito tantas e tantas vezes até que algum ponto possa sinalizar o acabamento possível” (p.127).

Conforme Fonseca e cols. (2006), “o pensamento em torno daquilo que estamos fazendo com nossa pesquisa tece a nossa relação com o presente e com as demandas sociais a que somos mais atraídos a imprimir sentido” (p.656). As autoras apontam que a pesquisa se constitui um percurso de dupla via no qual, de modo simultâneo e inseparável, ocorre um trabalho objetivo e um subjetivo a partir do qual nossas práticas podem indicar em que direção estamos orientando o nosso desejo de transformação e em que nos estamos tornando. Desta maneira, conforme construímos a arquitetura de nosso objeto, também somos constituídos:

Através de inúmeras provocações e de tantas escolhas, que se encontram ora imersas no silêncio que precede sua enunciação e escrita, ora urgentes e emergentes de nossas vivências, cujo transbordamento exige significação, vimos, a saber, pela experimentação, que aquilo que éramos não seremos mais (Fonseca e cols, 2006, p.656)

E nesse sentido é que passamos a pensar o pesquisar como possível exercício de si sobre si mesmo, ou seja, conforme Foucault (2004), como uma ação exercida de si para consigo, através da qual nos assumimos, nos modificamos, nos transformamos, nos transfiguramos. Essa ação pode acontecer a partir de diferentes técnicas de escuta, de leitura, de escrita, entre outras, e se inscrever, ou não, em um processo mais amplo de cuidado de si. Constituindo um processo de cuidado de si, segundo o autor, deve estar acompanhada de uma atitude geral, um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de se relacionar com o outro, bem como, de uma certa forma de atenção, de olhar, para o que se pensa e para o que se passa no pensamento. Tudo isso não com uma finalidade de culto a si mesmo, mas sim, de se situar corretamente, medir precisamente o lugar que se ocupa e o sistema de necessidades no qual se está inserido para estabelecer relações de alteridade e respeito ao outro.

Esse modo de pesquisar só é possível, entretanto, a partir de uma orientação que busque favorecer a autonomia do orientando. Conforme Ferreira Neto (2008), o desafio, neste caso, está em fazer frente às pressões sofridas no que tange às exigências dos programas de pós-graduação no que se refere a avaliações e produtividade. Assim, este é um processo que exige esforços tanto do orientado quanto do orientador, em diferentes aspectos, como aponta Guareschi (2014):

A experiência em orientação na pós-graduação é única e, certamente, não se dá somente dentro de normas e tradições da produção do conhecimento. Tanto para o orientador como para o orientando é indispensável um processo de descentramento do sujeito para depois, então, poder se produzir autor. Da parte do orientador é necessária uma escuta, em um primeiro momento, o mais possível desprendida de métodos e conceitos os quais considera, no dia a dia, fundamentais para o seu trabalho. Por parte do orientando é necessário provocar um deslocamento dos saberes que já traz como verdades. (Trecho de e-mail enviado pela Orientadora em 29.01.14)

Em nosso caso, diante da experiência de ‘desorientação’, nos remetemos novamente à obra de Frida: lá estávamos orientanda e orientadora mais uma vez diante de um céu nublado, com tempestades à vista, como no início do processo de pesquisa. Entretanto, desta vez, com maior tranqüilidade, na certeza da companhia, entendendo que chuvas e trovoadas são parte do processo e que nem a floresta nem o abismo são tão assustadores assim. A mulher sentada, conforme Herrera (2011) é uma figura guardiã, que usa um xale vermelho como se fosse uma forte madona indígena, referência aqui à segurança proporcionada pela relação com a orientadora e com o processo de orientação. No retorno ‘da floresta’, a partir da demanda de uma escrita direcionada ao grupo de pesquisa, um encontro com as contribuições da banca de qualificação, deram pistas de novos caminhos a seguir:

Assim, da qualificação - cuja gravação ouvi inúmeras vezes nesse espaço de tempo - o que permaneceu como potência e sentido para mim foram duas sugestões: uma de Pedro Paulo Bicalho, acerca de uma política científica do “pesquisador em serviço” que começa a ganhar espaço em determinadas Universidades e que produz determinado tipo de pesquisa. Outra, de Rosane Neves da Silva, sobre o mote de minha pesquisa ser justamente o insuportável da experiência, que me fez sair daquele trabalho a partir do momento em que passei a refletir sobre ele. (trecho de “Carta ao Grupo”- escrita às colegas do E-politics em 13.09.13)

As discussões junto ao grupo levaram ao entendimento dessa política científica do “pesquisador em serviço” não apenas no que se refere a produção de um saber, mas sim,

naquilo que remete à produção do sujeito a partir desse processo. Ou seja, o pesquisar aqui não apenas como a construção de conhecimento sobre as práticas do ‘sujeito psicólogo da assistência’, mas, também, como possibilidade de emergência de um sujeito ‘psicólogo-pesquisador-trabalhador *na* assistência’, a partir de técnicas de si viabilizadas pelo retorno ao contexto acadêmico. Conforme Foucault aponta no curso “A Hermenêutica do Sujeito” (2004) “trata-se de encontrar a si mesmo em um movimento cujo momento essencial não é a objetivação de si em um discurso verdadeiro, mas a subjetivação de um discurso verdadeiro em uma prática e em um exercício de si sobre si (p.401). Esse movimento se mostra contrário do que antes apontamos na produção de um ‘sujeito psicólogo *da* assistência’, que emerge da objetivação do discurso do Compromisso Social em orientações emitidas tanto pelo Sistema Conselhos quanto pelo MDS, a partir do assujeitamento às verdades postas.

Partindo das reflexões incitadas pelo Professor Pedro Paulo - ampliadas junto ao grupo - e seguindo a sugestão da Professora Rosane, de tomar o insuportável da experiência como mote da pesquisa, buscando “fazer com as palavras o que Frida Kahlo fez com as tintas - transformar a dor, em potência”, é que fizemos - minha orientadora e eu – a torção nos rumos da pesquisa. Diante do insuportável esvaziamento de sentido para o trabalho no SUAS - intensificado naquele momento pela experiência de pesquisar a experiência, e de um período de afastamento do processo em que foi possível experimentar a mim mesma, passamos a pensar o retorno ao contexto acadêmico e a produção de conhecimento como uma forma de recusa das práticas abusivas de controle da conduta profissional, como um modo de desobedecer as prescrições, de buscar outros sentidos para as práticas, de não ser governada - pelo menos, não daquele jeito. E, assim, a partir daí, foi possível arriscar de novo, afirmar uma potência de agir e seguir nos experimentando nos encontros, a fim de avançar na crítica de novos limites e na criação de novos possíveis, como apontava Macedo (2010). De acordo com Passeti (2013), diante do insuportável devemos nos transformar e não há transformação do mundo sem que tenha ocorrido uma transformação em cada um – ideia com a qual trabalharemos a seguir.

Encerramos este capítulo apontando que diante dos processos descritos ao longo do texto é que ensaiamos a concepção de uma pesquisa-experiência, marcada tanto pelo ‘pesquisar a experiência’ quanto pelo ‘pesquisar como experiência’, a fim de possibilitar um outro modo de produzir conhecimento sobre si e sobre o mundo. Nessa concepção de pesquisa, objeto e pesquisador são produzidos através de um método que não é pré-definido, mas constituído por ferramentas genealógicas e cartográficas que permitam uma análise das relações entre saber, poder e sujeito a partir da abertura e receptividade do pesquisador ao

desconhecido, ao que não se pode antecipar nem prever. Diante disso, o conhecimento produzido se aproxima mais de uma elaboração do sentido - ou sem sentido do que nos acontece do que de uma verdade cartesiana sobre as coisas (Larrosa Bondía, 2010), viabilizando o cuidado de si.

Capítulo 5

O Hospital Henry Ford: retornando à instituição para de cuidar de si



Figura 8 - “O Hospital Henry Ford ou A cama voadora” (1932)

Explicada nossa concepção de pesquisa-experiência, bem como, descrita a experiência de pesquisa vivida durante o primeiro momento do mestrado, esperamos ter apresentado elementos que permitam a compreensão de nosso movimento em direção a uma outra questão de pesquisa. Conforme apontado no texto sobre a Parte II da dissertação, uma maior aproximação com temática investigada, após o contato com o primeiro conjunto de documentos pesquisados foi suficiente para – em alguma medida – responder a questão de pesquisa inicialmente colocada. Entretanto, a experiência da pesquisa - que permitiu a construção desses conhecimentos, também possibilitou alguns descaminhos no processo nos levando a outras questões.

A partir da compreensão de que as práticas psi no Sistema Único de Assistência Social produzem também o próprio ‘sujeito psicólogo da assistência’ a partir dos discursos de verdade prescritos pelo Sistema Conselhos e pelo Ministério do Desenvolvimento Social nos jogos ativados pelo dispositivo SUAS, assim como, da reflexão acerca dos efeitos desse assujeitamento na pesquisa sobre a experiência vivida, nosso interesse se moveu em direção ao pensamento sobre outros modos de ser psicólogo *na* assistência. Nesse sentido, conforme apontado no capítulo anterior, o pesquisar passou a ser considerado não apenas como a

construção de conhecimento sobre as práticas do ‘sujeito psicólogo *da* assistência’, mas, também, como possibilidade de emergência de um sujeito ‘psicólogo-pesquisador-trabalhador na assistência’, a partir de técnicas de si viabilizadas pelo retorno ao contexto acadêmico.

Pensar no retorno à instituição como uma forma de cuidado de si nos remeteu à obra “O Hospital Henry Ford” (1932), de Frida Kahlo, pintada a partir de um desenho à lápis feito pela artista durante os treze dias de convalescença no hospital, após perder um filho que muito desejava. Conforme Kettenmann (2010), a experiência traumática do aborto é pintada no quadro onde a figura da artista aparece nua, pequena e frágil, deitada em uma enorme cama que flutua no deserto, diante de uma paisagem industrial abandonada, passando a impressão de solidão e incapacidade. A autora refere que “Apesar de cada motivo estar delineado no quadro com pormenores precisos, o realismo da vida real é evitado, de uma forma geral, na composição. Os objetos são extraídos de seu habitat normal e integrados em uma nova composição” (p.35). Disso, entendemos que o Hospital se constitui não apenas como uma instituição que oferece cuidados à Frida, mas que possibilita um exercício de si sobre si a partir do qual ela se recoloca, dá outra dimensão ao que está ao seu redor e transforma sua relação com o que a faz sofrer, ou seja, oferece a possibilidade dela cuidar de si mesma.

Assim, voltando ao nosso problema de pesquisa, questionamos: a busca pela pós-graduação consiste em uma estratégia de resistência às linhas de força articuladas nos contextos de trabalho do SUAS? Será o cuidado de si uma das tintas que compõem a paisagem da produção do conhecimento sobre a Psicologia na Assistência Social? Podemos pensar a pesquisa como uma prática que viabiliza exercícios de si sobre si? Através de nossas pesquisas, temos conseguido propor outras práticas psi? Entre estas e outras questões, a que nos guiou em novos exercícios de pesquisa foi: “O retorno ao ambiente acadêmico para produção de conhecimento tem se constituído como estratégia de luta, resistência e criação para os psicólogos da assistência diante do regime de verdades e dos processos de assujeitamento que operam nesse campo?”

Sustentamos essa questão teoricamente a partir dos estudos empreendidos por Foucault no início dos anos oitenta, pois, conforme Gross (2004), é nesse período que o autor aponta com clareza as práticas de si - tomadas em sua dimensão relacional – como o que deve opor ao Estado, em seus propósitos gestores e normalizadores, individualizantes e identificadores:

O problema ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico que hoje se nos coloca não é o de tentar liberar o indivíduo do Estado e de suas instituições, mas de nos liberar a nós do

Estado e do tipo de individualização que a ele se vincula. Devemos promover novas formas de subjetividade (Foucault, 2004, p.659)

De forma singular, a partir do curso ministrado no *College de France* em 1982, Foucault enriquece o estudo das governamentalidades incluindo no mesmo a exploração do cuidado de si, e afirma que o eixo geral de suas pesquisas consiste na relação do sujeito com a verdade. Assim, é o problema do sujeito, e não o do poder, que constitui sua maior preocupação: primeiro a emergência do sujeito a partir das práticas sociais de separação, depois a emergência do sujeito em projeções teóricas e, por fim, a emergência do sujeito nas práticas de si. Esta última, construída a partir do estudo das técnicas de existência promovidas pela Antiguidade grega e romana que apontam para um sujeito que se autoconstitui através de práticas de si, no lugar de ser constituído por técnicas de dominação (poder) ou técnicas discursivas (saber) (Gross, 2004).

Isso não significa dizer que Foucault abandonou os processos sociais de normalização e os sistemas alienantes de identificação para fazer emergir a autocriação de um sujeito autêntico. O que constitui o sujeito numa relação consigo determinada, aponta Gross (2004), são justamente técnicas de si historicamente referenciáveis que se compõem com técnicas de dominação também historicamente datáveis: “Ele é a dobra dos processos de subjetivação sobre os procedimentos de sujeição, segundo duplicações, ao sabor da história, que mais ou menos se recobrem” (p.637). Assim, buscaremos ao longo deste capítulo explicitar os conceitos que permitem pensar a emergência de um sujeito ‘psicólogo-pesquisador-trabalhador na assistência’ a partir de técnicas de si viabilizadas pelo retorno ao contexto acadêmico.

* * *

5.1 O CUIDADO DE SI, AS TÉCNICAS DE SI E A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA

Iniciamos esclarecendo que pensar no cuidado de si, em uma estética da existência, em uma ética política do eu, não deve nos remeter imediatamente a uma busca narcísica de uma verdade perdida do eu, tampouco a um culto à si mesmo, ainda que em alguns momentos da história e em alguns locais essa vinculação possa ter se dado. Conforme Foucault (2005) é preciso distinguir três coisas: a atitude individualista, na qual se atribui valor absoluto ao indivíduo em sua singularidade e se afirma sua independência com relação ao grupo a que

pertence e instituições das quais depende; a valorização da vida privada caracterizada pela importância dada às relações familiares, atividades domésticas e questões patrimoniais e, por fim, a intensidade das relações consigo, ou seja, das formas nas quais se é chamado a tomar a si próprio como objeto do conhecimento e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se e promover a própria salvação.

Diz o autor que a atitude individualista, a valorização da vida privada e as relações consigo podem estar ligadas entre si, mas esses vínculos não são constantes nem necessários. Quando ele toma elementos da cultura antiga, por exemplo, e escolhe o cuidado de si (*epimeléia heautoû*) para estudar as relações entre sujeito e verdade, está se referindo a algo diametralmente oposto a uma autocontemplação satisfeita e prazerosa: refere-se a uma tensão vigilante de um eu que vela para não se deixar invadir, nem pelos sofrimentos, nem pelos prazeres. Refere-se ao ocupar-se consigo, preocupar-se consigo, na medida em que não pode existir saber sem uma modificação profunda do ser do sujeito.

Para os filósofos, a recomendação de cuidar de si é válida para todos, o tempo todo e ao longo da vida inteira. Sêneca, por exemplo, convida a transformar a existência em uma espécie de exercício permanente, não havendo idade para ocupar-se com a própria alma. Epicteto que, segundo Foucault (2005), é responsável pela mais alta elaboração filosófica sobre este tema, diferencia os seres humanos dos demais seres vivos através desta capacidade: “O cuidado de si, para Epicteto, consiste em um privilégio-dever, dom-obrigação que nos assegura a liberdade obrigando-nos a tomar-nos nós próprios como objeto de toda a nossa aplicação” (Foucault, 2005, p.53).

Além de uma atitude geral consigo, com os outros e com o mundo, o cuidado de si implica em uma certa forma de atenção, de olhar para ao que se pensa e ao que se passa no pensamento, assim como, em ações que são exercidas de si para consigo, através das quais nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos, nos transfiguramos. Daí uma série de práticas: Foucault (2005) aponta que o termo *epimeleia* implica um labor. É preciso um tempo para dedicar-se aos exercícios, tarefas práticas e diversas atividades que permitem ficar diante de si mesmo, olhar para o passado, entrar em contato com preceitos e exemplos inspiradores, e encontrar - diante de uma vida analisada - os princípios de uma conduta racional. Exercícios para o corpo, meditações, leituras, anotações sobre conversas e leituras, rememoração de verdades que precisam ser melhor apropriadas, conversas, correspondências, são exemplos de ocupações deste tipo.

As verdades a que se refere, de acordo com Nardi e Silva (2009) consistem em lógicas específicas que os sujeitos utilizam para compreender quem são, saberes produzidos

por indivíduos livres que organizam certo consenso e se encontram inseridos em redes de práticas de poder e instituições que as impõem e legitimam. Nesse processo, dizem os autores, cada verdade sustenta um ideal de grupo, cultura, sociedade, servindo, portanto, para justificar tanto as formas de dominação quanto as formas de resistência que marcam os modos de subjetivação, constituindo a experiência do sujeito em um determinado contexto histórico. Por isso a importância de não apenas conhecermos, como problematizarmos, os jogos de verdade que operam em nossa sociedade. Nesse sentido, entender as técnicas de si em um contexto de cuidado de si que objetive relações de alteridade e respeito ao outro, pautadas na liberdade, e não como tecnologias de normalização, adaptação e padronização da existência.

De acordo com Foucault, um dos pontos mais importantes das atividades consagradas a si mesmo é que elas não se constituem como um exercício de solidão, mas sim, como uma prática social – em vários sentidos. Esta prática tomou forma em estruturas mais ou menos institucionalizadas conforme a época e o local, podendo ser desenvolvida em escolas ou através de consultorias privadas. Comumente encontrava-se apoiada em relações de parentesco, amizade ou obrigação, intensificadas a partir de um pedido de ajuda. “O cuidado de si aparece, portanto, intrinsecamente ligado a um “serviço de alma” que comporta a possibilidade de um jogo de trocas com o outro e de um sistema de obrigações recíprocas” (Foucault, 2005, p.59). Antes de nos isolar do mundo, diz Gross (2004), o cuidado de si é o que nos permite nele nos situar corretamente, medir precisamente o lugar que se ocupa e o sistema de necessidades no qual se está inserido.

O retiro, por vezes mencionado nesses estudos como exigência do cuidado de si, consiste em um recuo em relação a atividades nas quais estamos empenhados para manter entre nós e nossas ações a distância que constitui o necessário estado de vigilância. Entretanto longe de pretender cortar o eu do mundo, o cuidado de si tem por finalidade prepará-lo em vista dos acontecimentos, como sujeito racional de ação. Pode ser entendido como um princípio regulador da atividade, de nossa relação com o mundo e com os outros. O sujeito descoberto no cuidado é, segundo Gross (2004), um cidadão do mundo, um membro de uma comunidade humana bem mais ampla que a dos laços de sangue, um sujeito que age como convém, onde e quando convém.

De acordo com Foucault (2005), nessa prática de si o conhecimento de si ocupa um lugar considerável, tendo sido desenvolvida toda uma arte do conhecimento de si, com formas específicas de exercícios e exames. De forma esquemática, o autor os apresenta divididos em procedimentos de provação e exercícios de abstinência, apontando que às provas práticas somava-se ainda o exame de consciência e, também, um trabalho do pensamento sobre ele

mesmo. O objetivo comum dessas práticas de si, segundo Foucault, pode ser caracterizado pelo princípio de bem geral da conversão a si. Consiste, primeiramente, em uma modificação da atividade: como já apontamos, não é necessário interromper outras formas de atividade para dedicar-se exclusivamente a consagração a si, mas sim, ter em mente que o fim principal a ser proposto para si próprio deve ser buscado no próprio sujeito, na relação de si para consigo.

Essa conversão, aponta Foucault (2005), implica um deslocamento do olhar, sendo necessário que ele não se disperse em uma curiosidade ociosa nem para as agitações cotidianas, nem para a vida dos outros, nem para os segredos da natureza distantes da existência humana. A conversão a si se constitui como uma trajetória a partir da qual, escapando das dependências e sujeições, acaba-se por voltar para si mesmo. A relação consigo, que se constitui o fim da conversão e o objetivo final de todas as práticas de si, se relaciona a uma ética do domínio. Mas uma relação de domínio pensada como uma relação de posse: pertencer a si. Gozar de si como de uma coisa que, ao mesmo tempo, se mantém em posse e sob as vistas. E daí formar uma experiência de si que é do prazer consigo mesmo, não de uma força dominada ou de uma soberania sobre uma força prestes a se revoltar, mas de alguém que conseguiu, finalmente, ter acesso a si mesmo e a partir disso se constituir para si como objeto de prazer.

Embora a noção *epimeléia heautoû* institua todo um corpus definindo uma maneira de ser, uma atitude, formas de reflexão, práticas que constituem uma espécie de fenômeno extremamente importante na própria história da subjetividade, ou, se quisermos, na história das práticas de subjetividade, Foucault aponta esta noção foi desconsiderada no modo como o pensamento, a filosofia ocidental, refez a própria história. Proporcionalmente, valor e intensidade foram dados ao “conhece-te a ti mesmo”, configurando um processo lento a partir do qual foi rompido o vínculo entre o acesso a verdade (tornado desenvolvimento autônomo do conhecimento) e a exigência de uma transformação do sujeito e do ser do sujeito por ele mesmo, e que culminou com o momento cartesiano.

Para o autor, entretanto, o conhecimento do tipo cartesiano não pode ser definido como acesso a verdade, mas sim, como conhecimento de um domínio de objetos, na medida em que não podemos ter acesso à verdade se não mudamos nosso modo de ser. O sujeito enquanto tal, não é capaz de verdade, ele precisa efetuar em si mesmo, certas operações, certas modificações que o tornarão capaz da verdade. Esse regime de verdade - que exige toda uma transformação do sujeito - difere do regime de verdade em que o sujeito é por si mesmo

capaz de aceder a verdade, característico da modernidade, sendo que a noção de conhecimento do objeto veio a substituir a noção de acesso á verdade.

Ao longo do curso *Hermenêutica do Sujeito* (1982), Foucault não se propõe a refazer toda a história desta noção, desta prática, destas regras do cuidado de si mas tenta isolar três momentos que lhe parecem interessantes: socrático-platônico (surgimento da *epimeléia heautoû* na reflexão filosófica), dois primeiros séculos de nossa era (período de ouro do cuidado de si, da cultura de si) e passagem dos séculos IV-V (passagem da ascese filosófica pagã para o ascetismo cristão). Não abordaremos estas construções neste capítulo porque entendemos que o exposto até aqui é suficiente para apresentar a ideia de cuidado de si, das práticas de si e suas articulações com nossa pesquisa na medida em que permitem uma outra relação com a verdade que não se dá apenas pela via do conhecimento, mas a partir de um trabalho sobre si.

Como pudemos evidenciar ao longo da Parte I dessa da dissertação e retomar no capítulo anterior, o conhecimento de discursos como o do Compromisso Social da Psicologia, da promoção e defesa dos Direitos Humanos, da qualificação das Políticas Públicas, da Garantia de Direitos, enfim, como objeto para a Psicologia, entre outros, não é suficiente para instaurar relações éticas e práticas profissionais realmente implicadas com uma transformação da sociedade e com a ampliação do grau de liberdade com que se vive a vida. Unicamente conhecer os discursos e reproduzi-los enquanto verdades não garante a construção de estratégias para novas formas de posicionamento nos jogos de poder e verdade, tampouco possibilidades de resistência às formas de dominação, pois, conforme Foucault (2004): “É preciso que esta verdade afete o sujeito, e não que o sujeito se torne objeto de um discurso verdadeiro” (p.297). Quando isoladas de outros processos, as verdades antes colocadas se aproximam mais de códigos morais sustentados por uma racionalidade neoliberal, prescritos por determinadas instituições e legitimados pela categoria profissional.

Conforme Nardi e Silva (2009), a ética implica em problematização dos modos de existência, dos modos de constituição da relação dos sujeitos consigo mesmo e com o mundo, o que depende da constituição de um sujeito capaz de apropriar-se dos destinos de sua vida e não, do assujeitamento a discursos morais. Segundo os autores, Foucault define moral como o conjunto de regras veiculadas pelas instituições prescritoras e ética como a conduta dos indivíduos em relação a estas regras. Assim, ele propõe que a ética seja pensada como forma privilegiada de reflexão sobre os modos de viver e que a vida seja tomada como a expressão de uma obra de arte singular, estando a arte de viver relacionada à ampliação do grau de liberdade com que se vive a vida e à produção de estratégias que objetivem maior

reciprocidade e alternância de posicionamentos nos jogos de poder e verdade. Para Nardi e Silva (2009) esse é um movimento intrínseco de resistência às formas de dominação que impede que a rigidez bloqueie a liberdade se transformando em estados de dominação. A prática reflexiva da liberdade, constituída a partir de um exercício de sensibilidade com relação ao mundo, de um deixar-se afetar pelo outro é, segundo os autores, o movimento que permite desenvolver uma estética da existência.

Ao estudar a antiguidade helenística e romana, Foucault (2004) compreende esse período como a época em que foi dominante o tema do retorno a si, sendo possível reconstruir uma estética e uma ética de si a partir da leitura de autores do séc. XVI. Aponta também toda uma vertente do pensamento do séc. XIX que se dedicou ao tema de formas diversas, como Schopenhauer, Nietzsche, Baudelaire, o pensamento anarquista, entre outros. Entretanto, quando observa a ausência de significação e pensamento em expressões como retornar a si, ser autêntico, etc., percebe que não há muito do que se orgulhar nos esforços feitos até hoje para reconstituir uma ética do eu. Suspeita, então, que haja uma certa impossibilidade nessa construção, ao mesmo tempo em que acredita ser essa uma tarefa urgente, fundamental e politicamente indispensável.

Apostando, entretanto, nessa possibilidade, passamos a pensar sobre os processos empreendidos na pesquisa e apresentados na primeira dessa dissertação como possíveis ensaios em direção à construção de uma ética de si, na medida em que se inscreveram em um contexto mais amplo de cuidado de si que se deu a partir da produção de conhecimento. Não de um conhecimento “ornamento da cultura” (Foucault, 2004, p.289) que pode ser perfeitamente verdadeiro, mas em nada modifica o modo de ser do sujeito, mas sim, de um conhecimento que emerge das relações do sujeito com tudo o que o cerca, de tal forma que uma vez adquirido, modifica o estado do sujeito que as conhece. O retorno ao contexto acadêmico quase dez anos depois do final da graduação me permitiu a analisar as verdades das quais havia me tornado objeto, ler e escrever sobre elas, escutar as colegas de grupo, ser orientada nesse processo, dedicar tempo para ocupar-me comigo com certa distancia do campo de trabalho em que me inseria e, a partir desses movimentos, em alguma medida, transformar minhas relações.

Diante disso, emergiu o desejo de conhecer o processo de pesquisa e produção do conhecimento de outros psicólogos que estudam a Psicologia na Assistência Social... Pesquisam eles suas próprias experiências de trabalho? Buscam o mestrado/doutorado a partir de um incômodo com as práticas psi nesse campo? Vivem a pesquisa como experiência? Propõem outras formas de ser psicólogo no SUAS? Em busca de algumas respostas nessa

direção, reunimos um conjunto de dissertações e teses escritas por outros psicólogos-pesquisadores, conforme apresentado na quadro da página 88. Do encontro com estes materiais, apresentamos alguns achados iniciais que possibilitam uma visão geral do contexto de onde partem as problematizações que serão apresentadas no capítulo seguinte.

* * *

5.2 PSICÓLOGOS, INSTITUIÇÕES E PESQUISAS

Conforme antes exposto, partindo daquilo que o SUAS me deu através desta pesquisa-experiência, nos propusemos a direcionar nosso olhar para as dissertações e teses produzidas por outros psicólogos sobre a Psicologia na Assistência Social a fim de compreender se o retorno ao ambiente acadêmico para produção de conhecimento tem se constituído como estratégia de luta, resistência e criação para os psicólogos da assistência diante do regime de verdades e dos processos de assujeitamento que operam nesse campo. Assim, os escritos do capítulo que segue foram possíveis a partir do encontro com relatórios publicados de dezesseis pesquisas sobre o tema realizadas por Marcelo (pesquisa 1), Anna (pesquisa 2), Roberta (pesquisa 3), Vinícius (pesquisa 4), Laura (pesquisa 5), Adalberto (pesquisa 6), Adriana (pesquisa 7), Fabiana (pesquisa 8), Maria de Lourdes (pesquisa 9), Cristiane (pesquisa 10), Pablo (pesquisa 11), Karla (pesquisa 12), Daniela (pesquisa 13), Adna (pesquisa 14), João Paulo (pesquisa 15) e Carmen (pesquisa 16).

Entre estas pesquisas, 14 foram relatadas em dissertações de mestrado e 02 em teses de doutorado, produzidas em programas de pós-graduação das seguintes Instituições de Ensino Superior: 03 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 03 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 03 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 02 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUCSP, 02 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), 01 na Universidade Federal do Pará (UFP), 01 na Universidade Federal do Ceará (UFC) e 01 na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas). À exceção de Karla (P12), que realizou mestrado em Serviço Social, todos os demais trabalhos foram produzidos nos programas de pós-graduação em Psicologia dessas instituições e a partir de diferentes referenciais teóricos, entre os quais Psicanálise, Análise Institucional, Construcionismo Social, Teoria das Representações Sociais, Filosofia da Diferença, Esquizoanálise, Psicologia

Comunitária, Materialismo dialético, Teoria da Subjetividade de Gonzáles Rey, Psicologia da Libertação e Estudos Foucaultianos.

As palavras chave escolhidas pelos pesquisadores para situar seus trabalhos nos auxiliam a evidenciar as relações estabelecidas no campo de pesquisa. As mais utilizadas foram, sem dúvida, Assistência Social (6 vezes) e Psicologia (5 vezes), assim como CRAS (5 vezes). Outras que se repetiram foram Psicanálise (2 vezes), Representações Sociais (2 vezes), Autonomia (2 vezes) e Políticas Sociais (2 vezes). As demais foram utilizadas unicamente pelo autor da pesquisa: História, Sujeito de Direitos, Sujeito Cidadão, Sujeito do Inconsciente, Intervenção Retificadora, Trabalho, Intervenção Fotográfica, Experiências, Narrativas, Produção de Conhecimentos, SUAS, Cartografia, Processos de Subjetivação, Filosofia da Diferença, Atuação do Psicólogo, CREAS, Subjetividade, Prática Profissional do Psicólogo, Projeto Ético-Político do Psicólogo, Clínica Ampliada, Sócio familiar, Sócio educativo, Programa Bolsa Família, Direitos Sociais, Exercício Profissional, Política Social, Interdisciplinaridade, Serviço Social, Política de Assistência Social, Biopoder, Saúde Pública, Proteção Social Básica, Biopolítica, Cuidado de Si, Cartografia, Psicólogos Sociais, Estratégias de Enfrentamento, Fortalecimento.

Essas informações nos levam a afirmar mais uma vez que diante da complexidade dessa realidade, que é tanto localizada histórica, cultural e materialmente, quanto múltipla, podemos dizer que cada pesquisador toma diferentes versões de sua vinculação com a Psicologia. A multiplicidade, retomando uma ideia de Mol (2007) apresentada lá na introdução de nossos escritos, está relacionada à intervenção e performance, a partir da qual a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos e no curso de uma série de diferentes práticas, dando forma ao objeto em diferentes versões. Sendo assim, as palavras chave também apontam para o fato de a maior parte dessas pesquisas performarem a relação Psicologia e Assistência Social a partir da versão encontrada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – o que se confirma quando tomamos para análise os títulos das mesmas e seus resumos (as pesquisas 6 e 15, por exemplo, também referem-se ao CRAS apesar de isso não ficar evidente no título):

1. O praticante de psicanálise no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): A Intervenção Retificadora e outras questões
2. “O que estamos fazendo aqui?” Sobre o pesquisar e a autonomia nos jogos de visibilidade do SUAS
3. A psicologia na Assistência Social: práticas vivenciadas e conhecimento produzido
4. A psicologia no mundo da vida: Representações Sociais sobre os (as) usuários (as) do CRAS

5. O psicólogo no Centro de Referência de Assistência (CRAS) de Fortuna de Minas – MG: na trilha cartográfica dos territórios subjetivos.
6. O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis.
7. O psicólogo na proteção social especial: atuação junto às vítimas de violação de direitos no Creas
8. Mas a gente não sabe que roupa dever usar: um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social
9. Em busca do sujeito perdido: a psicanálise na assistência social limites e possibilidades
10. “Ele dorme e se acorda comigo”: representações sociais do Programa Bolsa Família
11. Inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte.
12. A Prática interdisciplinar na Política de Assistência Social: o caso dos CRAS de Abaetetuba/PA
13. Política Pública de Assistência Social, entre o controle e a autonomia.
14. Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS: Estudo sobre a Inserção dos Psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social.
15. O Psicólogo no campo do Bem-Estar: cartografias de práticas na Saúde e Assistência Social.
16. Psicólogos sociais em uma instituição Pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento.

O fato de a metade das pesquisas se dedicarem a estudar a Psicologia nos CRAS mostra que a produção do conhecimento tem acompanhado o movimento de inserção dos profissionais no campo. Conforme Macedo et. al. (2011), entre 8079 psicólogos que trabalhavam no SUAS no momento em que realizou sua pesquisa, 6.022 psicólogos trabalhavam em CRASs e 2.057 trabalhavam em CREAS.

Uma análise inicial dessa produção científica pode indicar a necessidade de pesquisas futuras sobre como a Psicologia tem se movido nos CREAS e Serviços de Alta Complexidade do SUAS. Ou, também, que a produção reflete a dinâmica da Política Nacional de Assistência Social nesse sentido, visto que em diversos municípios os serviços de média e alta complexidade são executados por entidades conveniadas à gestão municipal, de forma dissociada do SUAS, conforme a especialidade. Assim, alertamos para o fato de que uma busca mais apurada contemplando esse atravessamento pode levar a pesquisas nessa área que não problematizem a questão a partir da política pública, mas sim, a partir de seus públicos-alvo, por exemplo: o trabalho com a população em situação de rua, a psicologia nos acolhimentos institucionais, etc

A partir de um levantamento dos resumos das teses e dissertações na área de Psicologia e Assistência Social disponíveis nas bases de dados eletrônicas do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca

Digital Brasileira de Teses e Dissertações – IBICT, Motta (2012) – aqui referida como Roberta (pesquisa 4) - se propôs a conhecer e sistematizar os aspectos referentes à atuação da produção científica da área. Diante dos achados de sua pesquisa, reforçou a importância de realizar e incentivar estudos de pós-graduação nesse campo de atuação, tendo em vista a possibilidade que essa inserção oferece no sentido de “reaver estereótipos construídos no decorrer de uma formação tradicional, anacrônica, voltada para a clínica individual e privada e, a partir daí, buscar a metamorfose, através da educação continuada e permanente como espaços de criação e potência de mudança” (p.38).

Essa possibilidade se relaciona diretamente com os objetivos de muitas das pesquisas com as quais nos encontramos. A partir delas podemos delinear seis eixos de objetivos declarados pelos pesquisadores: estudar, compreender processos de inserção de psicólogos no campo (pesquisas 3, 6, 11 e 14), investigar, analisar, refletir sobre as práticas dos psicólogos (pesquisas 7 e 8), propor uma técnica ou refletir sobre um tipo de atendimento específico (pesquisas 1, 9 e 12), identificar, conhecer, problematizar aspectos da relação do psicólogo com usuários, equipe, comunidade (pesquisas 2, 4, 5 e 13), conhecer, estudar como os psicólogos vivem o cotidiano e enfrentam as adversidades (pesquisa 15 e 16), além de investigar e problematizar algumas questões específicas com usuários (pesquisa 10). Isso parece afirmar um movimento de pensar sobre o próprio fazer que se impõe ao psicólogo diante dos conhecimentos insuficientes sobre a área, das dinâmicas de inserção nas equipes e comunidades, da implicação das práticas, da insuficiência das técnicas e dos afetos mobilizados por esse conjunto de fatores que atravessam o encontro da Psicologia com a Assistência Social.

Esse ‘pensar sobre o próprio fazer’ ganha relevância em nossa paisagem de pesquisa na medida em que é realizado por psicólogos que trabalham ou já trabalharam no Sistema Único de Assistência Social, como é o caso de dez entre os dezesseis psicólogos-pesquisadores com os quais nos encontramos inicialmente: Marcelo (pesquisa 1), Anna (pesquisa 2), Roberta (pesquisa 3), Vinícius (pesquisa 4), Maria de Lourdes (pesquisa 9), Karla (pesquisa 12), Daniela (pesquisa 13), Adna (pesquisa 14), João Paulo (pesquisa 15) e Carmem (pesquisa 16). Com estes dez que são/foram psicólogos-trabalhadores da assistência social é que seguiremos dialogando deste momento em diante, buscando elementos para pensar se o retorno ao ambiente acadêmico para produção de conhecimento tem se constituído como estratégia de luta, resistência e criação para os psicólogos da assistência diante do regime de verdades e dos processos de assujeitamento que operam nesse campo.

Capítulo 6

Quatro Habitantes da Cidade do México: o trabalho, o desassossego, o pesquisar, as práticas psi no SUAS

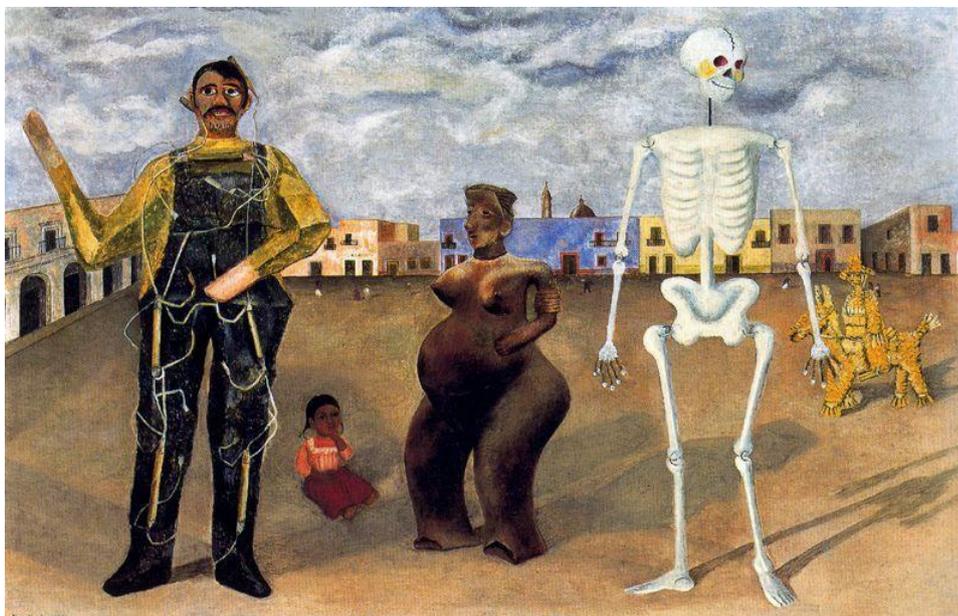


Figura 9 - “Quatro habitantes da Cidade do México” (1939)

Neste capítulo buscaremos compartilhar parte daquilo que encontramos a partir da vontade de saber acerca do processo de pesquisa e produção do conhecimento de outros psicólogos que estudam a Psicologia na Assistência Social. Temos a intenção de apresentar esses achados articulados a algumas reflexões sobre os mesmos que decorrem do contato com estudos de Foucault sobre o cuidado de si, sobre as técnicas de si e sobre a construção de uma ética de si. Esse movimento não busca estabelecer uma relação de equivalência entre o que encontramos nas pesquisas hoje e as diferentes formas de cuidado de si características dos períodos socrático-platônico, dos dois primeiros séculos de nossa era e da passagem dos séculos IV-V estudados pelo autor, mas sim, tomar esses elementos do passado para colocar em movimento algumas ideias sobre possíveis formas de cuidado de si no tempo em que vivemos.

Conforme antes descrito, o contato inicial com as pesquisas a partir da leitura de seus resumos, sumários, introduções e conclusões – entre outros capítulos, quando seu título apontava para uma escrita sobre o pesquisar, permitiu uma visão geral da paisagem que o conjunto de teses e dissertações compõe. Do mesmo modo, permitiu o desenho dos ‘quatro habitantes’ singulares que apresentaremos nesse quadro-capítulo: o trabalho, o desassossego, o pesquisar e as práticas psi no SUAS - antes esboçados através das questões: Pesquisam eles

suas próprias experiências de trabalho? Buscam o mestrado/doutorado a partir de um incômodo com as práticas psi nesse campo? Vivem a pesquisa como experiência? Propõem outras formas de ser psicólogo no SUAS?

A referência aqui à obra de Frida Kahlo, “Quatro habitantes da Cidade do México” (1939), através da qual a artista exalta a diversidade social e cultural mexicana, se refere à diversidade de experiências encontradas nas teses e dissertações, tanto no que diz respeito ao campo, quanto na forma como as pesquisas foram vividas e descritas. Embora os marcadores apontem para algo comum, buscado em todas elas, buscamos preservar suas singularidades nas problematizações sobre os temas, tendo como ponto de partida os escritos de Marcelo (P1), Anna (P2), Roberta (P3), Vinícius (P4), Maria de Lourdes (P 9), Karla (P12), Daniela (P13), Adna (P14), João Paulo (P15) e Carmem (P16).

* * *

6.1 O TRABALHO

A questão “Os psicólogos *da* assistência pesquisam suas próprias experiências de trabalho?” não é facilmente respondida quando partimos da noção de experiência com a qual temos trabalhado ao longo da dissertação, qual seja, a de experiência enquanto aquilo que nos acontece, que nos afeta, o modo como atribuímos um sentido à correlação entre campos do saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade presentes em nossa cultura. A dificuldade vem de três fatores, apontados por Larrosa Bondía (2002): 1. A própria experiência é cada vez mais rara em um tempo no qual a cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. 2. A modalidade de relação com as pessoas, com as palavras e com as coisas que chamamos trabalho, ainda que não impeça definitivamente a experiência - conforme discutimos no capítulo 4 - é inimiga da experiência. 3. A ciência moderna, hegemonicamente pautada pelo modelo cartesiano, desconfia da experiência. Assim, ou a converte em experimento ou a mantém nos bastidores da pesquisa – e não em seus relatórios.

Diante disso, apesar de as dez pesquisas selecionadas para essa parte do estudo terem sido realizadas por psicólogos que trabalham ou já trabalharam no Sistema Único de Assistência Social, isso não basta para dizer se eles pesquisam sua experiência de trabalho. Primeiro, porque tanto a postura do trabalhador em seu cotidiano quanto o contexto de trabalho podem impedir a experiência. Segundo porque presente a experiência, ela não é tomada necessariamente como ponto de partida para a pesquisa. Terceiro porque, ainda que o

contexto de trabalho oportunize o acontecimento que move as problematizações, isso pode não ser incluído na escrita da pesquisa, ou não estar evidente nas partes que aqui tomamos para análise. Assim, feitas essas ressalvas, o marcador que escolhemos para identificar pesquisas sobre a experiência de trabalho no SUAS foi a presença de escritos referentes a vivências do pesquisador nesse contexto e afetos a ele relacionados.

Partindo desse marcador apontamos que, entre os pesquisadores-trabalhadores da Assistência, todos demonstram ter partido da experiência no contexto de trabalho do SUAS para desenvolver seus estudos. Na introdução de sua pesquisa, por exemplo, Marcelo (P1) refere que durante o tempo em que trabalhou em um CRAS pode perceber que, em muitos casos, as demandas que lá chegavam não se referiam a direitos de cidadania, mas a questões de cunho subjetivo: “Estas pessoas não estavam interessadas na inclusão em quaisquer serviços oferecidos na instituição. Pelo contrário, elas pediam ajuda para resolver problemas na vida pessoal. Em casos assim, tanto os psicólogos quanto os assistentes sociais nada podiam fazer, pois esta não é a função da instituição” (p.13). Diante do impasse entre exercer as funções de psicólogo no CRAS ou atuar como praticante de psicanálise moveu-se em direção á pesquisa procurando “comprovar a possibilidade de se escutar o sujeito do inconsciente no CRAS, sem que, para isso, seja feito um atendimento de psicologia clínica” (p.7).

Na pesquisa de Roberta (P2) a experiência acontece a partir da possibilidade de circular em diferentes espaços de articulação entre Psicologia e Assistência: em trabalhos realizados em comunidades em vulnerabilidade social; como discente e docente em uma Instituição de Ensino Superior privada, atuando no Terceiro Setor, como psicóloga e coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), como representante da categoria profissional no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e como membro da gestão do Conselho Regional de Psicologia (CRP), como indica na introdução de sua pesquisa: “A circulação por diferentes espaços de atuação profissional e acadêmica tem provocado inquietações acerca da Psicologia que produz e na qual somos produzidos.(...) Inserida nesse processo, integra-se a proposta de realização do Mestrado” (p.15).

A experiência de trabalho no SUAS como acontecimento que desencadeou as problematizações da pesquisa também pode ser encontrada em escritos como os de Vinícius (P4), como podemos observar na apresentação de sua pesquisa: “As ideias para esta pesquisa nasceram a partir de minha inserção no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais especificamente em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), local onde me deparei com os diversos desafios e contradições que permeiam a política de assistência social,

incluindo o papel da psicologia nesse contexto” (p.9). Como também, em referência aos entrevistados: “Por minha própria inserção no campo, sei bem o quanto é difícil enfrentar os desafios práticos da “vida vivida”, bem menos confortáveis do que qualquer discussão teórica e, por isso, tomamos o devido cuidado e respeito com os saberes dos (as) profissionais participantes” (p.13).

Diante disso, entendemos que a experiência de trabalho no SUAS tem mobilizado psicólogos a um retorno ao contexto acadêmico. Mas, o que buscam com esse retorno? De acordo com os objetivos das pesquisas, buscam comprovar uma opinião (P1), problematizar uma noção (P2 e P13), ampliar e aprofundar debates sobre determinado tema (P3), compreender concepções e problematizar práticas (P4), refletir sobre um tipo de atendimento (P9 e P12), compreender um processo (P14), conhecer outras vivências (P15 e P16), ou seja, buscam, em sua maioria, produzir um saber que preencha certa lacuna evidenciada pelo cotidiano profissional, um conhecimento que os instrumentalize em suas práticas enquanto psicólogos da assistência. Inicialmente, portanto, podemos pensar que buscam um conhecimento do tipo cartesiano, mais próximo do conhecimento de um domínio de objetos. Em alguns casos, esse objetivo se mantém ao longo da pesquisa e, ao final do processo, é possível encontrar certo tipo de conhecimento produzido por um psicólogo-trabalhador da assistência. Em outros, porém, esse objetivo é apenas o início de uma pesquisa-experiência a partir da qual outras relações entre sujeito e verdade passam a ser estabelecidas.

Assim, entendemos que pesquisar a experiência de trabalho não se constitui necessariamente como estratégia de resistência aos jogos de poder que se estabelecem no SUAS. Pode ser, unicamente, um meio de produzir ‘ornamento da cultura’, ou seja, alguma coisa que pode ser perfeitamente verdadeira, mas em nada modifica o modo de ser do sujeito, conforme aponta Foucault (2004), em oposição ao conhecimento produzido a partir das relações sujeito com tudo o que o cerca. Isso vai depender, em alguma medida, do tipo de desassossego que a experiência possibilitou, bem como, da problematização colocada a partir dele, como veremos no tópico seguinte.

* * *

6.2 O DESASSOSSEGO

Compreendendo que os psicólogos *da* assistência cujas pesquisas tivemos contato retornaram ao contexto acadêmico para pesquisar suas experiências de trabalho no SUAS e que o tipo de conhecimento produzido a partir daí se relaciona com os desassossegos que a experiência possibilita e as problematizações que daí emergem, partimos para nossa segunda

questão: “Os psicólogos da assistência buscam o mestrado/doutorado a partir de um incômodo com as práticas psi nesse campo?” No caso das pesquisas com as quais nos encontramos, podemos dizer que o desassossego causado pela experiência se relaciona a um incômodo, a um mal estar, com algum aspecto das práticas psi no SUAS na maioria das situações, exceto em duas, como demonstramos a seguir.

Na pesquisa de Marcelo (P1), esse incômodo parece vir da impossibilidade de conciliar sua orientação teórica, a psicanálise, com as demandas postas pelo CRAS no que se refere a função do psicólogo – “favorecer a inclusão social e o acesso aos direitos” (p.13), na medida em que partem de concepções de sujeito diferentes. Para Maria de Lourdes (P9), que trabalha a partir da mesma orientação teórica, o incômodo veio da “pergunta sobre a clínica e o que a psicanálise pode contribuir com o trabalho nesse campo” (p.11) diante de “inúmeras situações onde a marca da repetição, inclusive geracional, coloca em questão teorias, metodologias variadas, concepções, e os próprios limites dos âmbitos público e privado” (p.12). Nos dois casos, portanto, o mal estar surge da tensão entre as possibilidades de atuação identificadas a partir de uma concepção teórica e as formas de atenção dispensadas aos usuários dos programas e serviços do SUAS.

Na pesquisa de Anna (P2), o título já evidencia uma questão que incomoda: “*O que estamos fazendo aqui?*”. Embora se refira à fala de uma usuária do CRAS em um dos encontros em que Anna participou, também se relaciona às questões que atravessaram a pesquisadora enquanto trabalhou como psicóloga nesse espaço: “Como a psicologia pode contribuir neste campo? O que vem a ser a autonomia – como um dos objetivos da política de assistência social – dos sujeitos atendidos? Que estratégias são possíveis na garantia do atendimento às famílias em direção à sua autonomia? E como os programas de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família – PBF a nível nacional e o Programa de Auxílio Solidário – PAS a nível municipal se colocam nessa relação com a autonomia das famílias?” (p.15). O desassossego pela impossibilidade de demarcar um papel para si no jogo do SUAS acompanhou Anna ao longo da pesquisa. Um movimento semelhante encontramos na pesquisa de Karla (P12): “Realmente eu não sabia qual era o meu papel enquanto psicóloga na política de assistência social, mas sabia exatamente o que eu não deveria fazer e definitivamente psicologia clínica não cabia ali” (p.15), mas levando a mesma para outros rumos: “Essa luta foi travada ao longo dos 06 anos que trabalhei neste local, ao longo desses anos pude perceber que o psicólogo tem um papel de fundamental importância no trabalho na assistência social, mas ele não pode fazer muita coisa sozinho, é necessário associar-se a

outros profissionais que atuam nessa política, aí é que entra o “dilema” da interdisciplinaridade” (p.15).

Vinícius (P4), situa seus incômodos em três pontos: a formação - “percebi que, assim como outros(as) psicólogos(as), tive pouca preparação para isso na minha formação, tendo que me capacitar no próprio campo de trabalho, buscando bases teóricas em meio às demandas práticas advindas do serviço e dos(as) usuários(as)” (p.9); a prática profissional no CRAS – “que, conforme as diretrizes propostas pelo caderno de Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS (CPF, 2008), deve romper com um modelo de atuação tradicional para adotar uma perspectiva social mais ampla, não terapêutica, compromissada ética e politicamente com a promoção da vida, o que se contrapõe a modelos individualizantes e normativos de psicologia, que ainda perduram até hoje” (p.9) e as representações que profissionais e gestores(as) possuem sobre os(as) usuários(as) da política de assistência social – “Notei serem comuns explicações que culpabilizam os sujeitos por sua condição de pobreza e vulnerabilidade, com ideias que giram em torno da inadequação, irresponsabilidade e desmotivação dessas pessoas para reverterem sua situação, como se isso não fosse parte de um problema social mais amplo, psicologizando assim o que na verdade são frutos de problemas sociais” (p.9).

Em alguma medida, os desassossegos de Vinícius se aproximam dos de Adna (P14), que localiza suas dúvidas e angústias naquilo que se refere a posicionamentos éticos, delimitação da área de atuação e distância percebida entre as conceituações teóricas sobre o tema e aquilo que a prática demanda, sintetizados quando escreve: “Ao estudar os textos oficiais do SUAS, os profissionais de Psicologia, até mesmo os que trabalham nesta área, devem sentir certo desconforto, ou no mínimo estranhamento, com a terminologia utilizada. Na verdade, o que parece à primeira vista, é que estamos num campo estrangeiro, onde a “língua” corrente não é a nossa”(P12).

No caso da pesquisa de Daniela (P13), percebemos que o incômodo vem do conjunto de práticas desenvolvidas pelos trabalhadores: “Os dias sempre começam com muita coisa para fazer e a sensação quando ele termina é de que pouco se conseguiu avançar (...) As notícias boas são quando alguém consegue um emprego; quando algum adolescente se organiza com a escola e com cursos profissionalizantes; quando alguém adere o tratamento para dependência química (...)” (p.12). Das práticas, surgiram questões como “O que produz a assistência social? Como alcançar as metas propostas? Como é possível produzir ações que se traduzam em maior autonomia das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social? É possível diminuir a desigualdade social através de uma política pública?” (p.14), visto que

muitas famílias estavam há muito tempo vinculadas a algum serviço ou programa da Assistência Social e, ainda assim, os fatores que as levaram até eles seguiam operando.

Carmem (P16) parte das dificuldades encontradas no cotidiano de atuação, apontando os fenômenos do fatalismo e da impotência como marcos na prática dos profissionais da Assistência Social, a partir de sua experiência como trabalhadora: “Minha transferência para a Coordenadoria regional de Assistência Social – SUL ocorreu de forma compulsória após a extinção do SAF em 2003, ainda na gestão do Partido dos Trabalhadores. Embora concordasse com a extinção do Serviço, não houve a possibilidade de escolha do novo local de trabalho.” (p. XXIV). Aponta como uma das principais dificuldades, as mudanças que ocorrem de acordo com o grupo político que se encontra no governo municipal, predominando questões político-partidárias e administrativas no desenvolvimento das ações: “Na maioria das vezes, o trabalho desenvolvido é encerrado e a experiência, quer seja em seus aspectos positivos e/ou negativos, é descartada (...)” (P.XXVI). As diferentes formas de encarar o trabalho se constituem para Carmem como fonte de questionamentos acerca da possibilidade de enfrentamento dessas adversidades.

Diferente do exposto até aqui, na pesquisa de Roberta (P3) não foi possível identificar um incômodo, mas sim, um interesse em qualificar a atuação, em construir outras possibilidades de fazer psicologia, em uma “reafirmção do comprometimento ético, político e social em produzir conhecimentos” (p.83), em contribuir para “o desenvolvimento da Psicologia, entendida como ciência e profissão” (p.83). Aponta alguns desafios no processo de inserção da psicologia na Assistência Social, como “a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, as condições de trabalho, os movimentos que buscam retomar antigas formas de saber-agir na Assistência Social, o descompasso entre a formação e a atuação profissional e a consolidação profissional no campo da Assistência Social” (p.83), sem mostrar-se incomodada com os mesmos.

Assim como no caso de Roberta (P3), o desassossego de João Paulo (P15) emerge mais de um interesse do que de um incômodo, a partir de seu próprio encontro com outros modos de vida que o fizeram pensar nos seus limites frente ao campo e o convocaram a experimentar novas formas de se relacionar e atuar. Sua experiência o fez querer conhecer o que esse encontro produz em outros profissionais psicólogos: “(...) como esses profissionais se relacionam com os contextos em que estão inseridos? Como se experimentam a si mesmos a partir das relações que aí se constroem? Que afetos daí emanam? Que outras relações tem sido possível construir nesses lugares? O que esses campos tem pedido e exigido de nós?

Com quais pontos críticos temos que lidar para atuar nesses espaços? Enfim, que interferências nos tem levado a pensarmos e atuarmos de formas diferentes nesse campo?”

Diante do encontro com esses desassossegos, é possível apontar que na maioria das pesquisas está presente um olhar crítico para a inserção da Psicologia no SUAS, para os saberes que a sustentam e para as forças que compõem esse campo, assim como, para a produção de subjetividades a partir das práticas psi. As problematizações que daí emergem buscam estabelecer relações entre os psicólogos e seus referenciais teóricos, entre psicólogos e o campo da Assistência Social, entre psicólogos e os serviços nos quais atuam, entre psicólogos e demais profissionais que compõem as equipes, entre psicólogos e usuários, entre psicólogos e psicólogos, entre psicólogos e a própria Psicologia, bem como relações consigo mesmo. Com isso é possível pensar que, na medida em que todas as pesquisas colocam em questão a própria atuação nas relações estabelecidas nos contextos de trabalho da Assistência Social, todas são capazes de produzir não apenas conhecimento sobre o campo, mas sobre si mesmo. Assim, todas podem ser consideradas como potencialmente capazes de desencadear um processo de cuidado de si que se contraponha aos processos de dominação que atravessam as práticas psi no SUAS, em direção a uma ética de si.

Embora não seja comum nas pesquisas a referência às relações de poder, à governamentalidade, ao governo de si e dos outros nos termos propostos por Foucault (2004), a compreensão do SUAS enquanto prática de governo, bem como, o reconhecimento de que ocupamos determinada posição de poder nesses jogos, fica evidente em grande parte das pesquisas, como por exemplo, na de Marcelo (P1), de Anna (P2), Vinícius (P4), Daniela (P13), Adna (P14), João Paulo (P15) e Carmem (P16). Diante dessa compreensão, maiores as possibilidades de não apenas descobrir com tem sido o processo de inserção, o que temos feito nos serviços, como temos nos constituído psicólogos *da* assistência, mas também, inventar outros jeitos de ser psicólogo *na* assistência a partir da problematização de como conduzimos os outros e a nós mesmos. Do trabalho criativo sobre si mesmo podem resultar novas formas de relação, novos modos de estar consigo e com o outros, de maneira que a estética da existência produza efeitos de caráter político. Para isso, entretanto, além de certas condições de possibilidade referentes ao contexto de onde emerge a pesquisa e seus objetivos, é preciso que esteja presente o desejo de transformar-se e a disposição para efetuar uma série de práticas racionais e voluntárias que promovam a elaboração de si.

Conforme Furtado (2013), essa estética da existência se vincula à ética, no pensamento de Foucault, na medida em que ambas suscitam matrizes de ação que se dão não mais sob o jugo da obediência ilimitada à códigos e preceitos de conduta que vem de instancias

exteriores, mas sim, apoiados e determinados a partir da singularidade de cada um. Assim, se relaciona também à singularidade da experiência. O que se passa nos contextos de trabalho da Assistência Social toca a cada profissional de maneira singular. Os elementos que afetam a cada psicólogo que trabalha no SUAS também variam conforme as relações que estabelecem com o campo. Ainda que no caso que abordamos tenham movido todos em direção a uma problematização que deu origem a um processo de pesquisa, e que a pesquisa possibilite um processo de cuidado de si, esse vai acontecer ou não de acordo com a vontade do pesquisador. De acordo com Larrosa Bondía (2002), não se trata de converter a experiência em um elemento do método, do caminho seguro da ciência. Há que se cuidar para que a experiência permaneça como aquilo que nos acontece e o modo como lhe atribuímos ou não um sentido, ao invés de deixar que se torne um meio de acesso a uma série de regularidades a partir das quais procuramos conhecer a verdade do que são as coisas.

Assim, nos interessa evidenciar a experiência enquanto potência, pelo caráter de desnaturalização, afetação e estranhamento diante das linhas de força que se articulam no campo e, assim, pelas possibilidades de resistência que criam na medida em que transformam evidências em problemas. Também, nos interessa apontar que os desassossegos que encontramos nas pesquisas estudadas, seja pela via do incômodo ou pela via do interesse, favorecem o desenvolvimento de processos de cuidado de si, a partir das técnicas que o próprio pesquisar vai oferecer, como por exemplo, a leitura, a escrita, a reflexão, a memorização de discursos, as trocas com os colegas, a companhia de um orientador, entre outras. Veremos como isso acontece no tópico seguinte.

* * *

6.3 O PESQUISAR

Depois de compreender que os psicólogos-trabalhadores da assistência cujas pesquisas tivemos contato retornaram ao contexto acadêmico para pesquisar suas experiência de trabalho no SUAS, de conhecer a variedade de desassossegos provocados por essas experiências, bem como, o tipo de problematização que eles desencadearam e pensar nesses elementos como potencialmente capazes de desencadear um processo de cuidado de si, partiremos da questão: “Os psicólogos *da* assistência vivem a pesquisa como experiência?” para abordar os processos de pesquisa empreendidos. Através dela o que procuramos foi identificar elementos das pesquisas que se mostrem como técnicas de si, ou seja, como práticas racionais e voluntárias que promovem a elaboração de si, a partir de uma postura

crítica e permanentemente inventiva de si mesmo. Trazemos aqui mais uma vez a ideia da pesquisa como experiência por acreditarmos que ela diz da postura de abertura do pesquisador para ser afetado pelo conhecimento que vai produzindo.

Nesse sentido, podemos dizer que a partir da leitura de partes das dissertações e teses, três entre os dez psicólogos demonstraram ter vivido a pesquisa como experiência, através de relatos sobre o pesquisar que apontaram para técnicas de si. Isso não quer dizer que os demais não tenham vivido processos semelhantes, mas sim, que não foi possível identificá-los na escrita dos resumos, introdução, conclusão nem em capítulos específicos destinados ao tema. Abordaremos de forma sucinta cada um desses três processos para, em seguida, destacar alguns aspectos dos mesmos.

Anna (P2) trabalhou como psicóloga em dois CRAS diferentes no município de São Leopoldo-RS, um período descrito como de intenso de contato e aprendizado acerca do campo da política de assistência social, pouco ou quase nada presente na formação acadêmica, e do qual surgiram suas inquietações no que se refere a prática psi no SUAS. O início do mestrado intensificou ainda mais esses questionamentos que, segundo ela, puderam ser retomados com o auxílio de conceitos foucaultianos, principalmente. A partir disso ela retornou ao último CRAS onde atuou para acompanhar um dos grupos de um programa de transferência de renda municipal, na perspectiva da pesquisa-intervenção. Portanto, a entrada no antigo campo de trabalho já trouxe algumas questões importantes que foram analisadas quanto à implicação no campo de pesquisa:

Uma das inquietações mais presentes nesse encontro foi o atravessamento de ser pesquisadora onde fui trabalhadora. Nesse sentido, a discussão possível sobre trabalho não poderia deixar de considerar esses vários campos de força presentes. Nosso estudo começou com o propósito de acompanhar os usuários da política de assistência e encontrou o desafio de pensar os atravessamentos também com os anseios da própria equipe de trabalhadores do SUAS. Considerando-se, pois, que as posições usuário e trabalhador só existem uma em função da outra e organizadas por uma política pública que possibilite esse encontro, faz-se necessário olhar para o trabalho do outro e para a relação deste com o nosso trabalho. Este é o primeiro ponto de análise da experiência de si na prática da pesquisa: a experiência de si pode provocar outras experiências de si, e o encontro entre pesquisadora, usuários e trabalhadores do SUAS é, nesse sentido, um encontro de várias possibilidades de experiência de si como práticas transformadoras de si, umas atuando em relação a outras (Trein, 2012, p.15).

Mobilizada por diferentes acontecimentos no campo, Anna segue com outras análises acerca seu lugar no CRAS e repensa constantemente seu lugar e seu fazer na pesquisa, compartilhando esses processos através da escrita e, também, de fotografias. Através de seu trabalho procura discutir sobre como os sujeitos usuários da assistência estão operando o dispositivo trabalho-assistência e exercendo autonomia, sem se furtar de compartilhar reflexões feitas sobre a pesquisa e o pesquisar que surgiram dos encontros e inquietações com estes sujeitos provocando, segundo ela, outras linhas de visibilidade da própria pesquisadora, uma catadora. De acordo com Anna, um dos maiores efeitos que a intervenção teve foi o surgimento e a constante atualização do questionamento ético do cuidado de si como inquietação no grupo que acompanhou: quem somos, o que fazemos, para que isto serve, até quando vamos estar aqui, entre outros - processo vivido simultaneamente por ela mesma.

Maria de Lourdes (P9), trabalhava na Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre há treze anos, na época da pesquisa, tendo passado por diferentes serviços e projetos ao longo desse período. O acontecimento que lhe desassossega é o início da implantação do SUAS, em 2005, indicando segundo ela, um tempo de rever as práticas e fazer as reformulações necessárias ao trabalho, bem como, sua fundamentação. Isso a levou a uma pesquisa que pudesse contemplar os aspectos clínicos, institucionais e sociais envolvidos nas políticas públicas, em especial, a de Assistência Social, a partir da Psicanálise enquanto opção teórica e metodológica:

Esses enlaces não se dão apenas pela revisão bibliográfica, mas pelo empreendimento da escrita sobre uma trajetória onde prática e teoria não se dissociam e na qual a implicação nas questões do tema de pesquisa proposto se reatualizam. Não estão claras, a princípio; se elucidam na elaboração do próprio texto – resultado da pesquisa, fruto da experiência. (...) O encontro no texto que indica esta via de possibilidade, também aponta que os princípios norteadores são os mesmos do exercício clínico, a ética da Psicanálise (...)” (Scarparo, 2008, P.13)

No decorrer de sua escrita, mais do que a fazer um tratado sobre as formas de atendimento no SUAS, Maria de Lourdes se dedica a abrir pontos, espaços de discussão, de leitura, de escrita, de pesquisa e de diálogo. Como ela mesma aponta, espaços estes que permitiam tomar distância do objeto, perdê-lo, reconhecer que desde sempre era perdido, e por isso mesmo, provocava a aventura da procura. Maria de Lourdes aposta no compartilhamento com os pares, através da possibilidade de falar, de escutar, no estudo, na escrita, na pesquisa e, também, no divã, como construção de uma via de atravessamento nos

impasses. Evidenciou a pesquisa como experiência na medida em que buscou “não preencher lacunas, mas cavar buracos, retirar os ‘tampões de ouvido’, para que pudessem advir mais perguntas sobre os rumos da terapêutica psicanalítica neste campo”(p.117), e assim, mais perguntas sobre si mesma na relação com o mesmo em uma pesquisa que, que não é marcada pelo tempo cronológico, e na qual “o melhor de toda esta busca foi ter perdido as certezas” (p.118).

João Paulo (P15) trabalhou como psicólogo de um CRAS em Teresina-PI no ano anterior ao início de sua pesquisa e da experiência vivida nesse contexto de trabalho emergiu o desejo de realizar a pesquisa de mestrado. Não apenas o encontro com as políticas, o trabalho com a comunidade, as diferentes modalidades de atendimento e as novas formas de atuar trouxeram novidades, mas também, o encontro com outros modos de vida que não aqueles com os quais tinha aprendido a conviver em termos pessoais e profissionais provocaram linhas de desassossego que o moveram a caminhos ainda desconhecidos, tanto no manejo das questões que apareciam quanto no manejo de seus efeitos. No mestrado, as questões inicialmente direcionadas ao campo da assistência se expandiram ao campo da saúde, a partir de apontamentos da orientadora e de uma experiência em conjunto com alunos da iniciação científica, propiciada pela própria inserção no grupo de pesquisa. Diante disso, João Paulo se propôs a discutir, a partir de sua própria experiência e em contato com os autores que manejou no percurso do estudo, o cenário que temos vivido no âmbito da psicologia, em relação ao que temos feito e como temos nos produzido no campo das políticas sociais:

Nesse aspecto, o contato íntimo com esse cotidiano me veio como um potente intercessor, no sentido mesmo de forçar a pensar sobre a minha postura e prática profissional, e também refletir sobre como a vida é tratada nesses espaços, pois à medida que aprofundava a experiência com situações cotidianas da comunidade que estava exercendo minha prática, a voz, as histórias e o próprio rosto daqueles que tentavam ali sobreviver, mesmo com os mínimos que tinham, ganharam expressão realista e nitidez (Macedo, 2008, p.38)

Assim, ao longo de sua pesquisa, João Paulo foi atravessado por questões que ele considerou que lhe tocaram de modo singular. Primeiro pela tentativa de lidar com um campo de discussão e de investigação que pedia uma forma de pesquisar atenta às questões do sensível e do deslocamento de olhares – o que fez com que experimentasse em si mesmo o que estava querendo investigar, tendo que se debruçar não apenas sobre os encontros, afetos e processos de subjetivação dos psicólogos entrevistados, mas também, sobre os próprios.

Segundo ele, não apenas identificou, analisou ou problematizou a respeito do fenômeno que queria estudar pois, nesse processo, teve também que se produzir – experienciou e sofreu interferências sobre suas formas de pensar, sentir e agir ao longo da produção do campo problemático, no manejo dos autores, na preparação da estratégia metodológica, na entrada no campo de investigação e, principalmente, no encontro com os técnicos nas diferentes situações de entrevista.

Além disso, João Paulo aponta que outro ponto que lhe tocou singularmente foi a narrativa dos técnicos, não apenas durante as entrevistas mas, também, quando precisou revisitá-las nas análises, nos diários, na escrita da dissertação. Pois, segundo ele, as mesmas expressam a força desses técnicos em tentarem, ao narrar a si próprios, inventar a si mesmos e continuar sobrevivendo em meio à adversidade que é o trabalho no campo social. A oportunidade de ouvir, ver, sentir essas e outras histórias acabou lançando João Paulo na experimentação de um outro regime das suas próprias afetabilidades, não apenas com relação ao campo, mas ao seu cotidiano. Diante do exposto, fica evidente a pesquisa vivida como experiência:

Nesse aspecto, este estudo foi sem dúvida um arriscar-se, porque nele, trilhei por caminhos que não sabia no que daria, de que respostas teria, ou mesmo se seria possível acessar aquilo que estava me propondo a investigar. Enfim, o medo e o receio foram afetos constantes que me acompanharam durante todo o percurso desta pesquisa. E hoje, mais do que nunca, percebi que não adiantava negar este medo, pois se caminhei ao longo desse trabalho, “sempre”, na fronteira do que era possível fazer, o resultado disso, não poderia ser diferente, do que tornar mais fluído as fronteiras de minha própria existência (Macedo, 2008, p.226).

As três pesquisas apresentadas foram aqui compreendidas como pesquisas-experiência, ou seja, marcadas tanto pelo ‘pesquisar a experiência’ quanto pelo ‘pesquisar como experiência’, produzindo um outro tipo de conhecimento sobre si e sobre o mundo. Nelas, objeto e pesquisador foram produzidos através dos métodos que se mostraram pertinentes ao processo e análise das relações entre saber, poder e sujeito se deu a partir da abertura e receptividade do pesquisador ao desconhecido, ao que não podia antecipar nem prever. Diante disso, o conhecimento produzido se aproximou mais de uma elaboração do sentido do que aconteceu na experiência do que de uma verdade cartesiana sobre as coisas.

De mesmo modo, nas três pesquisas foi possível identificar o uso de técnicas de si, especialmente escuta, leitura e escrita. De acordo com Foucault (2004), no processo ascense filosófica a partir do qual é possível fazer sua a verdade, tornar-se sujeito de enunciação do discurso verdadeiro, o primeiro momento e, ao mesmo tempo, o suporte permanente dessa

ascese serão todas as técnicas e todas as práticas que concernem à escuta, à leitura, à escrita e ao fato de falar. Antes de abordarmos cada um a delas, porém, convém deixar clara a diferença entre a ascese filosófica e a ascese cristã. Em primeiro lugar, a ascese dos filósofos pagãos, ou a ascese da prática de si na época helenística e romana não tem como objetivo final a renúncia a si. Ao contrário, o objetivo é colocar-se como fim de sua própria existência. Em segundo lugar, não se trata de regradar a ordem dos sacrifícios, das renúncias que se deve fazer a uma ou outra parte, um ou outro aspecto de si, mas sim, dotar-se de algo que não se tem, de constituir para si um equipamento de defesa contra os acontecimentos possíveis da vida. Em terceiro lugar, a ascese da prática de si não tem por princípio a submissão do indivíduo à lei, mas sim, tem por princípio ligar o indivíduo à verdade – seu aspecto fundamental (Foucault, 2004).

Conforme o autor, as práticas de conversão a si têm por sentido e função assegurar a subjetivação do discurso verdadeiro, trata de encontrar a si mesmo como fim e objeto de uma técnica de vida, de uma arte de viver. Como já apontamos antes, “um movimento cujo momento essencial não é a objetivação de si em um discurso verdadeiro, mas a subjetivação de um discurso verdadeiro em uma prática e um exercício de si sobre si” (Foucault, 2004, p.401). Trata-se de fazer suas as coisas que se sabe, fazer seus os discursos que se ouve, fazer seus os discursos que se reconhece como verdadeiros – por isso a importância de não apenas escutar, mas saber escutar como se deve; não apenas ler, mas ler e escrever como se deve, e também falar. Conforme Foucault (2004), nisso consiste a técnica do discurso verdadeiro. Feita essa diferenciação com relação à ascese cristã, que em um movimento de renúncia a si, passa pela objetivação de si num discurso verdadeiro, nos deteremos em cada uma das técnicas evidenciadas nas pesquisas.

Iniciamos pela escuta, abordada tanto por João Paulo (P15) quanto por Anna (P2) no que se refere ao campo, aos usuários, aos entrevistados e às orientações. Conforme Foucault (2004), a escuta é o primeiro passo na subjetivação do discurso verdadeiro, é o que levará o indivíduo a persuadir-se da verdade que se lhe diz, da verdade que ele encontra no conhecimento e incrustar-se dela, tomá-la como sua. A necessidade da ascese da escuta, conforme o autor, se relaciona à natureza ambígua da audição, apontada pelos gregos como o mais passivo (*pathetikós*) de todos os sentidos – na medida em que não se pode não ouvir o que se passa ao redor de si, e o de maior atividade lógica (*logikós*)– na medida em que, mais do que qualquer outro, pode receber o *logos*, verbalmente articulado em sons e racionalmente articulada pela razão. Diante disso, as técnicas de escuta visam conservar o papel lógico e eliminar tanto quanto possível os efeitos da passividade voluntária que possam ser nocivos.

Nesse sentido, três seriam os principais meios para purificar a escuta: o silêncio, uma certa atitude corporal em relação ao outro e a si mesmo, e por fim, a atenção. Esta última, implicada em uma “ética da escuta”:

Quando se ouvir alguém dizer alguma coisa de importante, não se colocar imediata e interminavelmente a discuti-la; procurar recolher-se, guardar o silêncio para melhor gravar o que se ouviu e fazer um rápido exame de si mesmo após a lição que se ouviu ou a conversa que se acabou de ter; lançar um rápido olhar sobre si mesmo para ver como se está, para examinar se o que se ouviu e aprendeu constitui uma novidade em relação ao equipamento de que já se dispunha e ver, conseqüentemente, em que medida e até que ponto foi possível aperfeiçoar-se (Foucault, 2004, p421)

Pensando nos processos de pesquisa aqui estudados, compreendemos que a própria formação em psicologia instrumentaliza, em alguma medida, para essa escuta purificada. A leitura e a escrita, por outro lado, talvez tenham exigido um pouco mais de esforços. Conforme Foucault (2004), no que diz respeito à leitura, os conselhos dados decorrem de uma prática corrente na Antiguidade: “Primeiro, ler poucos autores; ler poucas obras; ler, nestas obras, poucos trechos; escolher algumas passagens consideradas importantes e suficientes” (p.427). Portanto, prática de resumos. O objetivo nessa prática não é ter conhecimento da obra de um autor, nem mesmo aprofundar sua doutrina, mas sim, pela leitura propiciar uma ocasião de meditação. Meditação, da forma entendida pelos gregos, como exercício de apropriação de um pensamento - persuadir-se dele como verdade e transformá-lo em ação, como também de experiência de identificação – não tanto de pensar na própria coisa, mas de exercitar-se na coisa em que se pensa. Ainda que, a princípio, mais trabalhosa, essa prática de si encontra lugar especial em processos de pesquisa visto que muitas são as oportunidades de leitura e de exercícios de meditação em diferentes momentos, como evidenciou João Paulo (P15): na produção do campo problemático, no manejo dos autores, na preparação da estratégia metodológica, entre outros.

Entendendo que o efeito que se espera da leitura não é a compreensão do que um autor queria dizer, mas a constituição para si de um equipamento de proposições verdadeiras que seja efetivamente seu, de uma trama sólida de proposições que valham por prescrições e que sejam, ao mesmo tempo, princípios de comportamento; concebendo a leitura como exercício que tem por finalidade a meditação ela é, segundo Foucault (2004), imediatamente relacionada à escrita: “A leitura se prolonga, reforça-se, reativa-se pela escrita, escrita que, também ela, é um exercício, um elemento de meditação” (p.431). Diz o autor que, segundo Sêneca, é preciso temperar a leitura com a escrita, e reciprocamente, de modo que a

composição escrita dê corpo aquilo que a leitura recolheu. Isso permite que a mesma traga a vantagem de ter dois usos possíveis e simultâneos: um para nós mesmos, para assimilarmos a própria coisa na qual pensamos, e um uso para os outros, em uma troca maleável de benefícios e favores em que ajudamos o outro em seu caminho, como por exemplo no caso das correspondências. No caso das pesquisas estudadas, tanto Maria de Lourdes (P9) quanto Anna (P2), enfatizaram a importância da escrita em seus processos.

Por fim, um aspecto que não foi abordado em nenhuma das três pesquisas, mas que foi apontado por Foucault (2004): uma vez que se utiliza o *logos*, é preciso que exista uma *lexis*, uma maneira de dizer as coisas e que exista um número de palavras que sejam escolhidas de preferência as outras – um corpo de linguagem que tem suas qualidades próprias e sua plástica própria, e tem seus efeitos. Quando se é filósofo, diz ele, a maneira de reger os elementos não deve ser a retórica, nem a lisonja, “deve ser uma outra coisa que, ao mesmo tempo, é uma técnica e uma ética, é uma arte e uma moral, e a que chamamos *parrhesía*” (p.442). A *parrhesía* consiste naquilo que se atribui ao discurso do mestre no jogo de subjetivação progressiva do discurso verdadeiro, sendo aquilo que corresponde, do lado do mestre, à obrigação do silêncio do lado do discípulo. Para que o silêncio do discípulo seja fecundo, é preciso que o discurso apresentado não seja artificial, não seja um discurso de sedução, mas que seja um discurso tal que a subjetividade do discípulo possa dele apropriar-se e que, apropriando-se dele, o discípulo possa alcançar o objetivo que é o seu, a saber, ele próprio. As regras da formulação do discurso de verdade constituem a *parrhesía* – a transmissão nua da própria verdade.

Trazemos aqui essa noção, ainda que não tenha aparecido em nenhuma pesquisa, para pensar no papel da orientação no processo de pesquisa. Não pretendemos uma colagem no conceito de mestre da Antiguidade, mas tomar emprestado dele algumas características que colaboram para colocarmos em evidência a figura do orientador. Conforme apontamos no capítulo anterior, o cuidado de si é uma prática social, que não acontece individualmente, mas a partir de uma relação. Para os gregos, não se pode cuidar de si sem passar pela relação com um outro que é o mestre. Porém, o que define a posição do mestre, segundo Foucault (2004), é que ele cuida do cuidado que aquele que ele guia pode ter de si mesmo, a exemplo de Sócrates, que cuida da maneira como Alcebíades vai cuidar de si mesmo. É uma posição diferente do médico ou do pai de família, ele não cuida do corpo nem dos bens. Também é diferente do professor, visto que ele não cuida de ensinar aptidões e capacidades a quem ele guia, não procura ensiná-lo a falar nem a prevalecer sobre os outros. Por isso a importância da *parrhesia*, do franco falar – ela assegura o trânsito do discurso verdadeiro de que já o possui

para quem deve recebê-lo, dele deve impregnar-se, deve poder usá-lo e deve poder subjetivá-lo. Ela é o instrumento dessa transmissão que faz atuar a verdade do discurso verdadeiro (Foucault, 2004).

A partir disso, pensamos na figura do orientador como aquele que cuida da pesquisa que queremos fazer, cuida da maneira como vamos entrar em contato com o campo, da forma como vamos tomar o objeto, de como vamos pensar nosso próprio pensamento ao longo do processo, compartilha suas técnicas e nos fala com franqueza, expõe suas verdades para que possamos, se quisermos, dela nos apropriar. Retomamos aqui a ideia já apresentada de que a partir de um deslocamento dos saberes que já carregamos como verdades, de um trabalho inicial de desorientação, vamos construindo pesquisadores, evitamos a simples reprodução de discursos a partir dos quais fomos objetivados, para produzir outros efeitos, ou modos de subjetivação. Para nos produzirmos sujeitos de um discurso verdadeiro. Assim, embora não tenhamos como afirmar isso, na medida em que não encontramos registros nos materiais pesquisados, podemos pensar que, em alguma medida, as pesquisas antes apresentadas contaram com processos de orientação que favoreceram a autonomia do pesquisador e a transformação de si mesmos através do pesquisar.

Assim, encerramos esse tópico retomando a questão inicialmente colocada “Os psicólogos *da* assistência vivem a pesquisa como experiência?” para apontar que não é possível respondê-la simplesmente através da leitura de partes das dissertações e teses. Esses materiais nos permitiram identificar alguns processos de escuta, leitura e escrita que apontaram nessa direção no caso de três pesquisas, aqui entendidas como pesquisas-experiência, que oportunizaram práticas de si. Entretanto, conforme já colocamos, isso não significa que processos semelhantes não tenham acontecido nas outras sete, apenas que não foi possível identificá-los. E, em alguma medida, não significa que tenham, de fato, acontecido nessas pesquisas que apontamos, mas sim que essa foi a forma como os entendemos.

Apesar disso, essa questão possibilitou-nos pensar que o processo de pesquisar oferece condições raramente encontradas em outras oportunidades para o desenvolvimento de técnicas de si. As pesquisas aqui apresentadas permitem pensar que essas condições não dependem unicamente da experiência que as inspira, nem Instituição de Ensino Superior em que se desenvolvem, nem das concepções teóricas que sustentam as pesquisas, nem da proposta metodológica, tampouco do objeto que é construído. Mas, principalmente, de como todos estes fatores se conjugam de forma complexa na relação que orientando e orientador estabelecem entre si e com o pesquisar, favorecendo, ou não, a produção de outros saberes e

outras subjetividades. Como, por exemplo, ‘psicólogos-pesquisadores-trabalhadores *na* assistência social’, além de ‘psicólogos-trabalhadores *da* assistência que fazem pesquisa’ e de ‘psicólogos-pesquisadores *da* assistência’.

* * *

6.4 AS PRÁTICAS PSI NO SUAS

Chegamos a esse último marcador como quem recomeça um ciclo, afinal, as práticas psi no SUAS foram o que moveu essa pesquisa desde o início. Se depois de analisar alguns aspectos dos discursos de verdade, jogos de poder e processos de subjetivação, chegamos à reflexão sobre a o cuidado de si, foi a partir da crítica sobre essas práticas e em busca de outras formas de ser psicólogo no SUAS, mais pautadas pela ética do que pelas leis e prescrições institucionais. Foi procurando identificar e construir novas formas de resistência às estratégias de governamentalidade contemporâneas, compreendendo que ocupamos determinado lugar nessa rede de discursos, instituições, serviços e relações. Assim, compartilhamos aqui algumas propostas encontradas nas pesquisas estudadas, a fim de ampliar essa discussão.

Iniciamos por Marcelo (P1), que a final de sua pesquisa retoma seu incômodo inicial - de que quando uma demanda de caráter subjetivo chega ao CRAS, imediatamente passa a ser tratada a partir das prerrogativas dos programas e sob o signo do direito, sendo todas as queixas substituídas pela oferta de serviços – para apresentar uma técnica de atendimento que permite agregar o saber psicanalítico ao saber institucional. Das considerações finais apresentadas, compreendemos que Marcelo propõe ao psicólogo ir além do que está previsto para si enquanto técnico do CRAS, se utilizando dos saberes que carrega consigo para qualificar suas intervenções naquele contexto e propor novas formas de atendimento, ao invés de negá-los.

Anna (P2), que no projeto de pesquisa pretendia estudar o trabalho como estratégia e afirmação da posição de sujeito de direitos e autonomia com relação às discursividades circulantes no SUAS, foi transformando a si mesma e a pesquisa ao longo do percurso. Durante os encontros, o grupo de usuários sinalizou querer ocupar outro lugar na política de assistência – também de potência, não mais somente de vulnerabilidade – evidenciando que ela precisava se ocupar da produção de si através do trabalho, inaugurar e sustentar um lugar onde fosse possível a transformação de si. Através de diversas reflexões, Anna questiona a

possibilidade de que os trabalhadores sejam “parceiros não-bonecos” desses usuários, que consigam sair de uma posição estática e também realizar uma transformação de si. Instiga ainda, a possibilidade de serem catadores – assim como muitos usuários - conseguindo olhar para o resíduo não como lixo, mas reconhecendo-o como potencial de produção e transformação.

Roberta (P3), a partir da compreensão sobre como se deram os processos de articulação entre a construção das práticas do psicólogo e a Assistência Social, através do registro das narrativas das profissionais que efetivaram ou efetivam suas trajetórias de trabalho na Assistência Social, bem como, do contato com a produção de conhecimento sobre o assunto, sugere que prática psicológica na Assistência Social deva ter como aporte a construção e a desconstrução, o inventar e o reinventar das ações, as transformações diárias. Aponta que estratégias que possam nortear a nossa prática, como o fortalecimento e a qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão, além do desenvolvimento de práticas que explorem a vivência interdisciplinar e transdisciplinar. Por fim, aponta para uma prática pautada nos princípios éticos que regulamentam a profissão, além de uma Psicologia e uma Política de Assistência Social comprometidas com a transformação política e técnica além de inseridas na realidade histórica e social brasileira.

Vinícius (P4), dando visibilidade às representações compartilhadas pelos psicólogos sobre os (as) usuários (as) do CRAS, evidenciou o forte tencionamento que atravessa as práticas psi no embate entre construções simplistas e estigmatizantes, que reduzem as questões sociais ao nível individual, dentro de uma lógica de funcionamento neoliberal, calcada em uma representação individualista (compartilhada pela maioria) e concepções que apontam para perspectivas relacionais, comunitárias e plurais. Diante disso, aposta em uma atuação do psicólogo que parte da compreensão do ser humano através das milhares de relações que este estabelece com todos os seres existentes, o que abre espaço para a inclusão das dimensões ética e política, por vezes minimizadas ou excluídas do escopo da psicologia, mas que, segundo ele, parecem ser vias importantes para o desenvolvimento de uma perspectiva que defende os direitos de todos os seres humanos a uma vida boa, assim como, para a transformação das representações hoje existentes.

Maria de Lourdes (P9), com o estudo dos aspectos clínicos, sociais e institucionais dos atendimentos em políticas públicas, aponta que em um campo marcado pelo fazer para “dar conta da demanda”, há necessidade de deslocamento deste fazer para a produção de demanda pela escuta do sujeito do desejo e o deslizamento da resistência à psicanálise para a “resiliência” da psicanálise, no sentido de capacidade de enfrentar o assustador contato com a

tessitura do viver, ressignificando a vulnerabilidade. Assim, aponta a importância de resgatar as narrativas de vida como testemunho da experiência abrindo espaços de reconhecimento no social – o que pode ser o melhor efeito de um grupo, por exemplo, desde que se ofereça o mesmo como um grupo de trabalho da palavra. Segundo ela, a ética da psicanálise pode ser norteadora da escuta nos serviços sem que isso signifique que os profissionais tenham que tornar psicanalistas, além de permitir que os psicanalistas a exerçam.

Karla (P12), através do estudo da interdisciplinaridade junto a assistentes sociais e psicólogos trabalhadores do SUAS, compreendeu que esta não se trata apenas de um conceito, mas de uma tecnologia que permite uma ação crítica e reflexiva sobre a formação profissional, sobre a relação com os usuários, com os colegas de trabalho e com a própria política pública. Assim, propõe a atuação profissional interdisciplinar como uma forma de garantir direitos não só aos usuários dos serviços, mas também, aos trabalhadores, tendo consciência de que psicólogos e assistentes sociais fazem parte da classe de trabalhadores que vivem de seu trabalho. Para isso, se faz necessário tomar a linguagem da própria política pública como linguagem comum às profissões, romper com condições de trabalho precarizadas, discutir os códigos de ética profissionais que reforçam uma atuação individualizada e superar os problemas oriundos da formação profissional que geralmente é fragmentada, tradicional e disciplinar, direcionada à prática clínica e individualizada.

Daniela (P13), ao escrever sobre a produção de autonomia dos usuários, através de práticas profissionais dos trabalhadores técnicos da Assistência Social, refletiu também sobre aspectos de seu próprio trabalho em termos de efetividade na vida das pessoas, apontando que a autonomia não é da ordem do individual, do autossuficiente, mas do relacionamento com o outro, e está ligada à possibilidade de escolhas – o que só é possível tendo as condições básicas de vida garantidas pelo sistema de proteção social. Isso não significa necessariamente que todos os usuários do SUAS serão controlados pelo Estado, mas que é preciso estar muito atento às formas como se organizam os serviços na medida em que propiciam práticas de dominação sobre a população. Nesse contexto, a relação entre técnicos e usuários e determinadas práticas podem contribuir para o processo de construção da autonomia. Antes disso, entretanto, os técnicos precisam se preparar para trabalhar com esses temas. Segundo ela, professores e alunos da psicologia precisam começar a construir a política de assistência social também dentro das universidades, e depois, fora delas, nos espaços dos serviços e junto aos usuários.

Adna (P14), ao compreender a inserção dos psicólogos nos CRAS com suporte no que propõem os documentos oficiais sobre a política de Assistência Social, identificou que o

processo de inserção, via reconhecimento dos potenciais da psicologia para contribuir com a política - a partir principalmente de movimentos do Sistema Conselhos - e não pela trilha da luta política, aponta para os desafios dos psicólogos que nela trabalham. Especialmente no sentido de apropriação dos objetivos da política e do reconhecimento de si mesmo como agente fundamental, tanto quanto os outros profissionais que fazem parte das equipes, na constituição e efetivação do SUAS. Isso se relaciona com a predominância ainda do modelo clínico tradicional de atuação, justificado pela demanda da comunidade e dos gestores e atravessado pelas questões da formação, da ausência de modelos alternativos, da falta de compreensão de seu papel e pela fragilidade dos vínculos empregatícios – cujo risco frequente de demissão leva os psicólogos a acatar, sem liberdade para questionar, as decisões e demandas da gestão.

João Paulo (P15), ao refletir sobre sua questão de pesquisa e tantas outras que foi lançando ao longo do estudo, verificou que por tratar da Saúde e da Assistência Social, campos constantemente atravessados pela tensão entre forças e interesses hegemônicos ou minoritários, os processos de trabalho dos profissionais são também atravessados por políticas de subjetivação hegemônicas ou resistentes. Não apenas a partir de um modo de cuidado para com os usuários, mas também, para consigo mesmos, pois nessa via de mão dupla, segundo ele, esses técnicos tanto têm se produzido de modo a se sujeitarem por modos de si ou práticas de si hegemônicas – ou seja, enquanto profissionais fixados na questão de sua identidade profissional enquanto proteção ou segurança frente aos encontros que se efetivam nesses espaços – quanto por práticas de si que possibilitam a esses técnicos se diferenciarem e responderem de maneira alegre e inventiva às dificuldades ou limites que o campo das políticas sociais provoca. João Paulo deixa o convite a pensarmos que é possível ousar e tentar produzir práticas que possam lidar de uma maneira mais próxima ao que essas realidades requerem.

Por fim, Carmem (P16), a partir da reflexão sobre as principais estratégias construídas por psicólogos e trabalhadores sociais, no enfrentamento das adversidades presentes na prática profissional no campo da Assistência Social em uma instituição pública, aponta que a desarticulação entre os profissionais constitui um dos principais obstáculos nesse sentido, propiciando um encapsulamento das equipes. Segundo ela, a maioria das estratégias são individualizadas e as poucas de caráter coletivo não são dimensionadas em seu real potencial pelos profissionais o que diz da necessidade de fortalecimento dos profissionais. Diante disso, defende a ampliação da conscientização dos profissionais acerca do papel a desempenhar no sentido de um posicionamento enquanto sujeitos de sua prática profissional na Assistência

Social, tendo em vista a articulação entre uma atuação técnica, coletiva e política dos psicólogos que seja capaz de movimentos de resistência e rupturas, que possibilite enfrentar o trefismo e a repetição mecânica da burocracia e garantir a continuidade dos serviços.

Compartilhando as práticas psi sugeridas, apontadas, problematizadas, nas pesquisas que estudamos e refletindo sobre as mesmas, percebemos que todas, em alguma medida, evidenciam outras formas de ser psicólogo no SUAS. Assim, como Marcelo (P1), apostamos na possibilidade de um psicólogo que se propõe a agregar os saberes que carrega às funções que precisa desenvolver no SUAS e, assim criar novas formas de atendimento. Junto à Anna (P2), desejamos os psicólogos “não-bonecos” e “catadores”, que conseguem enxergar potência de vida em si mesmos e nos usuários. De modo parecido com o de Roberta (P3), compreendemos a importância de psicólogos pesquisadores, que produzam conhecimentos sobre e a partir da experiência na Assistência Social. Assim como Vinícius (P4), percebemos a necessidade de psicólogos que trabalhem incluindo a dimensão ética e política em seu fazer. Como Maria de Lourdes (P9), acreditamos no trabalho de psicólogos que ampliam sua possibilidade de escuta às narrativas da vida, ao invés de restringí-las a procedimentos burocráticos. Como Karla (P14), vislumbramos possibilidades interessantes para o psicólogo que se propõe a trabalhar a partir da interdisciplinaridade. Do mesmo modo que Daniela (P13), ansiamos pelos psicólogos que saiam da universidade mais preparados, em alguma medida, para o trabalho em políticas públicas. Assim como Adna (P14) entendemos ser fundamentais, nesse contexto, psicólogos apropriados não apenas dos objetivos da política, como também, dos jogos de força que ela movimenta, das formas de subjetividade que produz. Junto de João Paulo, pensamos em possibilidades de ousar, de investir em outras práticas de si, de responder de maneiras diferentes ao que o campo oferece como questão. E, ainda, como Carmem (P16), apostamos nos coletivos como espaço de fortalecimento dos profissionais e como estratégia de enfrentamento aos abusos vividos pelos trabalhadores do SUAS.

Entretanto, acreditamos que todas essas práticas só sejam possíveis a partir de um processo de cuidado de si, de um investimento na construção de uma estética da existência, que as antecede. Na pesquisa de João Paulo, por exemplo, em determinado momento ele contrapõe uma psicologia mundana à psicologia de gabinete, uma psicologia que se misture aos cheiros, sons, cores, dos becos e casinhas. Diante disso, nossa reflexão foi no sentido de que esses cheiros, cores e sons já fazem parte da nossa vida, independente de onde trabalhamos. Os becos, esquinas, casinhas e sobrados constituem a cidade em que vivemos. A pobreza e a miséria estão nas calçadas pelas quais andamos, debaixo dos viadutos pelos quais

passamos. Assim, não é possível uma psicologia que se misture a eles se, antes disso, não se constitui um sujeito que se misture. Com isso queremos apontar que se não enxergamos isso no mundo diariamente, não enxergaremos no contexto de trabalho, mesmo trabalhando em um CRAS. Uma psicologia que se misture só pode ser feita por psicólogos que se misturem. O que, muitas vezes, ou na maioria das vezes, não somos. Por isso, mais que uma adesão a outros discursos e novas práticas, é necessária uma transformação de si em direção a formas diferentes de se relacionar consigo, com os outros e com o mundo. Uma atuação comprometida com o social tem mais a ver com a construção de uma ética de si, do que com linhas teóricas e orientações técnicas.

7. Pés para que os quero se tenho asas para voar: considerações finais sobre o inacabado como potência

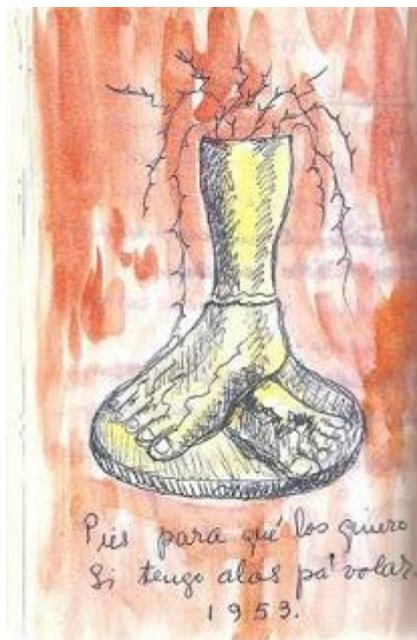


Figura 10 - Página do Diário de Frida Kahlo (1953)

Ao inaugurar esta escrita tomamos como referência o quadro “Os Meus Avós, os Meus Pais e Eu” (1936), de Frida Kahlo, no qual a artista traça sua descendência desde a existência pré-natal, através do feto que se encontra no útero da mãe. Com isso, pretendíamos não simplesmente ilustrar aquele momento da pesquisa – como advertiu a Professora Rosane Neves em uma das aulas do mestrado, mas sim, tomar a arte como companhia ao longo do processo, buscando articulações possíveis, pensando, sentindo, arejando, colorindo, sendo tocadas, desacomodadas, instigadas e inspiradas pelas pinturas a cada capítulo. A obra antes referida proporcionava um movimento em direção à compreensão daquilo que se conjugou, se enlaçou, floresceu para possibilitar que o momento presente estivesse sendo vivido desta forma, nestas condições. Buscamos esse exercício em cada um dos temas trabalhados ao longo da escrita, às vezes com maior dedicação, outras vezes com mais pressa, conforme a intensidade do contato entre o momento da escrita e a obra de arte, conforme e os afetos mobilizados por tal encontro.

Agora tomamos não um quadro, mas uma página do diário de Frida, para finalizar as considerações sobre a experiência vivida ao longo dos dois últimos anos. O próprio diário já carrega em si uma marca de despedida, visto que foi escrito no final da vida da artista. Mas essa página, em especial, se refere a um momento de grande impacto para Frida, no qual a

mesma precisou amputar a perna direita para continuar viva. Sobre o episódio, escreveu ela, tempos depois: “Em todo o meu corpo, existe apenas um, e eu quero dois. Para que eu tenha os dois terão de me cortar um. O um que não tenho é o que tenho de ter para poder caminhar, o outro já deve estar morto!” (Kahlo, 2012, p.159). Assim, acreditamos que essa obra nos ajuda a pensar em como iniciamos esse processo, como encerramos o mesmo e, especialmente, na potência capaz de emergir da tensão, do esgotamento, daquilo que não está acabado, do vazio.

De saída, apontamos que não tenho mais as duas pernas com as quais iniciei o processo. Uma delas era feita de prescrições, orientações, regulamentações, tipificações, deliberações, normas operacionais, leis, direitos, políticas, discursos politicamente corretos esvaziados de sentido diante dos jogos, jogadas e jogadores que constituem a rede do Sistema Único de Assistência Social, no dia-a-dia dos psicólogos que trabalham nos Cras, Creas, Albergues, Casas-lar, Casas de Passagem, Centros Pop etc. A outra, era feita de ingenuidade, negação, desconhecimento, comodismo, captura, matizados pelo ressentimento e pela impotência. Não as desvalorizamos, pois, afinal, foram as pernas adoecidas pelo assujeitamento que nos trouxeram ao hospital-universidade. Entretanto, o cuidado de si mostrou que uma precisava ser amputada, e a outra precisava permanecer, mas morta.

A perna que deixei para trás nesse processo foi a primeira, a dos preceitos morais. Não porque ignore seu valor, necessidade, utilidade, importância, mas porque a forma como me relacionava com ela, a partir de dependência, submissão, aceitação, condução, já não me permitia caminhar, apenas arrastar a poeira das instituições, da Psicologia, da Assistência, em círculos no mesmo lugar. Depois de um intenso período de leituras cortantes, diálogos assépticos e escritos curativos, passei a estabelecer com a mesma uma relação próxima à de um membro fantasma. Saber que ela já esteve ali ajuda a compreender os movimentos, desperta lembranças importantes, instiga processos de reflexão, às vezes reativa a dor, entretanto, a virtualidade permite que os elementos fluam de forma diferente, que o corpo organize outro modo de se equilibrar, que invente novas formas de andar em frente - tomara em movimentos pautados pela ética. Como escreveu Frida, a perna que não temos é a que precisamos para poder caminhar.

A perna que permanece, mas que, em alguma medida, já deve estar morta, é a perna da cidadania neoliberal. Permanece porque as estratégias de governamentalidade que me atravessam cotidianamente, de forma ininterrupta e cada vez mais inteligente, não permitem total rompimento com modelo de sujeito livre, autônomo, racional, autocentrado e responsável individualmente pelo seu sucesso ou fracasso. Entretanto, de forma micropolítica,

foi atacada letalmente por diversos questionamentos acerca de suas regras e das racionalidades que a sustentam, amortecida por uma atitude crítica. A presença dessa perna morta serve tanto para me alertar sobre a importância do trabalho sobre si na resistência à condução de minhas condutas, quanto para que o olhar seja desviado dela mesma e direcionado meu redor, aos ambientes sociais, instituições, comunidades, locais de trabalho e formas de engajamento político. Não é uma perna que serve para caminhar, mas sim, para não impedir os vôos. Sim, os vôos.

O cuidado de si, do modo como o entendemos a partir dos estudos foucaultianos, não consiste em processo para criar novas pernas iguais as que me carregavam no começo e seguir andando assujeitadamente, com mais qualidade, nas paisagens da governamentalidade neoliberal. Embora seja muitas vezes tomado com este fim, aqui nos referimos a práticas autotransformadoras que nos instrumentalizem para compreender as regras do jogo e, a partir disso, ocupar outras posições. Abrir mão das pernas só foi possível na expectativa de que, deixando de ser dócil, o corpo criasse asas, passasse a existir de outro modo, se relacionasse em outras formas. O processo foi dolorido, incômodo, dramático, como deixamos aparecer ao longo da dissertação. Em certo momento, quando não contava mais com as pernas, tampouco com asas, fui simplesmente tronco paralisado, embrutecido. A escrita da primeira parte reflete um tanto dessa dureza, dessa rigidez. E aí foi tempo de chorar, tempo de se desorientar, tempo de se deixar tocar pelo processo, tempo de cuidar e tempo de esperar, até que as condições possibilitassem o nascimento de outros membros e segunda parte pudesse ser vivida e escrita.

Hoje, com asas para voar, não consigo vislumbrar possibilidade de construção de outras práticas psi no SUAS que não a partir de piruetas no ar e rasantes na água, jogos fora do tabuleiro. A partir da experiência vivida, entendo que sejam necessários membros diferentes das pernas do preceito moral e da cidadania neoliberal para esses movimentos, membros cultivados em técnicas éticas autoreflexivas realizadas com um outro, que permitam dar forma à liberdade e fazer resistência ao modo ‘sujeito psicólogo da assistência’. Diante disso, pensamos que a Psicologia Social pode articular estratégias para responder criticamente às formas de governamentalidade contemporâneas na medida em que a produção de conhecimento na área contemplan mais processos de pesquisa-experiência, pautados não apenas pela lógica da produção acadêmica, mas da produção de outras subjetividades no cenário neoliberal.

Conforme antecipamos na introdução, chega uma hora em que é preciso reconhecer o inacabamento como condição própria do processo, emoldurar a pintura possível e oferecer para apreciação, desejando que possa ser ponto de partida para diálogos e pensamentos... Para

a criação de outras telas. Assim, encerramos este processo sem saber, ao certo, quais serão os próximos vãos e o que será possível, de fato, mas acreditando na potência das asas constituídas na emergência da ‘psicóloga-pesquisadora-trabalhadora no SUAS’.

Finalizamos esta escrita cientes de que arriscamos. Primeiro pela forma como ela foi pintada, a partir dos vários quadros de Frida Kahlo, visto que a relação com a arte sempre é delicada e pode ser entendida de diferentes formas. Não era nossa intenção lhe conferir caráter utilitário de ilustração, tampouco psicologizar as obras, mas sim, partir da relação estabelecida com o processo da artista, agregar elementos à reflexão sobre nosso próprio processo. Segundo, pela pinceladas inseridas acerca da experiência da pesquisadora, que pela intensidade com que foi vivida pode ter ficado exageradamente presente ao longo da escrita. Talvez se houvesse mais tempo entre o que aconteceu e a escrita, ou entre a escrita e a entrega, pudéssemos ter retirado os excessos de tinta, limpado melhor os pincéis. Terceiro, arriscamos pela extensão do relato, extrapolando e manchando de tinta as molduras previstas para uma dissertação, para um trabalho de dois anos. Mas, se arriscar foi preciso ao longo de todo o pesquisar, não poderia ser diferente nesse momento. O pesquisar também exige abertura aos efeitos da exposição ao olhar do outro.

Compartilhar “O Que Eu Vi no SUAS ou O Que o SUAS me Deu” só faz sentido quando pensamos que o relato dessa pesquisa-experiência pode servir para que outros psis que trabalham na Assistência se inspirem a iniciar seus próprios exercícios de pesquisa, de si e do mundo que os cerca. Deixamos o convite às obras coletivas, através do que conta Foucault (1994) sobre o encontro entre Sócrates e Alcebiades. Segundo o autor, é chegado o momento em que Alcebiades, passa a ter em mente mais do que a vontade de tirar proveito, ao longo da vida, das suas relações, de sua riqueza, de sua beleza. Não se contenta mais com isso. Quer voltar-se para o povo, quer tomar nas mãos o destino da cidade. Percebe que ocupa uma posição privilegiada e quer transformar o privilégio de status, a primazia estatutária em governo dos outros. Então, nasce a questão do cuidado de si. Na seqüência de uma série de interrogações de Sócrates sobre suas condições de enfrentar os inimigos internos, e externos e sobre em que consiste o bem da cidade, chega um momento em que Alcebiades não pode mais responder:

Como não pode responder, o pobre rapaz se desespera. E, afirma: “Não sei mais o que digo. É possível, verdadeiramente que eu tenha vivido desde muito tempo em um estado de vergonhosa ignorância, sem sequer me aperceber”. Ao que Sócrates responde: não te inquietes; se só aos cinquenta anos te acontecesse de descobrir que estás assim numa vergonhosa

ignorância, que não sabes o que dizes, então seria bem difícil de remediar, pois não haveria de ser fácil tomar-te aos teus próprios cuidados. Porém, “estás justamente na idade em que é preciso aperceber-te disso”(Foucault, 2004, p.47).

Feitas as ressalvas com relação à questão da idade, que para os gregos se relacionava a uma discussão sobre certa idade crítica dos rapazes, trazemos essa história porque através dela podemos perceber a urgência do cuidado de si, não no momento em que Alcebíades formula seus projetos políticos, mas quando se apercebe que ignora o próprio objeto, a natureza do objeto com que tem que ocupar-se. Segundo Foucault (2004), ele sabe que quer ocupar-se com a cidade, tem segurança para fazê-lo por causa de seu status. Porém, não sabe como ocupar-se, em que consistirá o objetivo e o fim do que há de ser sua atividade política. Não sabe qual é o objeto do bom governo e é por isto que deve ocupar-se consigo mesmo.

De modo semelhante, muitos psicólogos que trabalham no Sistema Único de Assistência Social tem reconhecido, de diversas formas, que ignoram o campo da Assistência enquanto política social pública, que não conhecem o suficiente sobre as formas de ser e viver das populações junto às quais passam a intervir. Sabem que tem um lugar privilegiado para atuar no campo, na medida em que garantido nas equipes de referência dos serviços por movimentos políticos da categoria profissional. Entretanto, não sabem como ocupar esse lugar, não têm clareza sobre os objetivos de suas práticas e, tampouco, sobre a estratégia maior em que elas se inserem. Assim, compreendemos que os ‘psicólogos *da* assistência’ estão em paisagens semelhantes à de Alcebíades, com tintas e pincéis nas mãos. Desejamos que se arrisquem em novas pinturas de si mesmos para que outras práticas psi no SUAS sejam possíveis.

REFERÊNCIAS

ALBANEZI, R. M. B. **Funcionamento democrático do Sistema Conselhos de Psicologia: CNP/APAF**. In: Conselho Federal de Psicologia. Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia, Brasília, 2008.

ANDRADE, L. F. **O psicólogo no Centro de Referência de Assistência (CRAS) de Fortuna de Minas – MG: na trilha cartográfica dos territórios subjetivos**. Dissertação de Mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ARAÚJO, C, F, I. (2010). **Mas a gente não sabe que roupa dever usar: um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BICALHO, P.P.G. (2013). **Ditadura e Democracia: qual o papel da violência de Estado?** IN: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias. Porto Alegre, 2013, p. 13-34.

BICALHO, P.P.G. **Ética e Direitos Humanos sob o crivo da avaliação psicológica: validade e fidedignidade em questão**. In: Conselho Federal de Psicologia. Ano da Avaliação Psicológica – Textos geradores. Brasília, 2011, p. 89-94.

BOCK, A.M.B. **Evolução e conquistas da profissão / processo constituinte da profissão**. In: In: Conselho Federal de Psicologia. Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia, Brasília, 2008.

BOCK, A.M.B. **Apresentação**. In: Banco Social de Serviços - Relatório Final. Brasília, 2005.

BOTARELLI, A. **O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. Lei Federal n 8.142, de 28 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social).** Brasília: MPAS, 2000.

BRASIL. NOB-SUAS. **Norma operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, 2005.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS,** 1. ed. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS),** aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004. Disponível: < <http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS 2004 / Norma Operacional Básica NOB /SUAS.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRUM, E. **Escrivaninha Xerife.** In: A menina quebrada e outras colunas de Eliane Brum. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013, p. 19-24.

COIMBRA C., KNIJNIK, L. e GALLI, T. **Qual a cor da farda dos guardiões da ordem? Algumas problematizações sobre a história do Brasil contemporâneo.** In: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias – Porto Alegre, 2013, p. 43-57.

COIMBRA, C. M. **A ditadura militar brasileira (1964-1985) e a profissão da Psicologia.** In: Conselho Federal de Psicologia. Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia, Brasília, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Banco Social de Serviços.** Relatório Final. Brasília, DF, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (Suas)** –Informações para gestoras e gestores. Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS.** Brasília, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social -CREAS /** Brasília, 2013

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Atuação do psicólogo no SUAS.** Jornal EntreLinhas, Ano XII Número 57 Jan|Fev|Mar. Porto Alegre, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Você também faz o CRPRS. Ocupe esse espaço.** Jornal EntreLinhas, Ano XIII Número 64 Out|Nov|Dez. Porto Alegre, 2013.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. **Articulações entre a psicologia social e as políticas públicas na assistência social.** In CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs.). O psicólogo e as políticas públicas de assistência social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DALMASO, K. **A Prática interdisciplinar na Política de Assistência Social: o caso dos CRAS de Abaetetuba/PA.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2010.

DIAS, D. D.. **Política Pública de Assistência Social, entre o controle e a autonomia.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2009.

DIMENSTEIN, M. **Prefácio – Práticas e Políticas Públicas- A vida que emerge na adversidade.** In: Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social [recurso eletrônico] / organizadoras: Lílian Rodrigues da Cruz, Luciana Rodrigues e Neuza M. F. Guareschi. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

FAÉ, R. (2004) **A genealogia em Foucault.** In: Psicologia em Estudo, Maringá, v.9, n.3, p.409-416, set/dez. 2004.

FERREIRA NETO, J.L. **A experiência da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica.** In: Fractal: Revista de Psicologia, v.20 – n.2. p. 533-546. jul/dez. 2008.

FERREIRA NETO, J.L. **Uma genealogia da formação do psicólogo brasileiro.** Memorandum, V.18, 130-142, 2010.
<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a18/ferreiraneto01.pdf>

FERREIRA, A. **A psicanálise e a psicologia nos ditos e escritos de Michel Foucault.** In: Guareschi, M.F. et al. Foucault e a Psicologia. Porto Alegre: Edipucrs, pp.159- 182, 2009.

FERREIRA, S. **NOB-RH** Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011

FILHO, K. P.;TETI, M. M. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais.** In: Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.38, p. 45-59, jan/jun. 2013.

FONSECA, T.M.G. e cols. **Pesquisa e acontecimento: O toque no impensado.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 655-660, set./dez., 2006.

FONTENELE, A, F, G, T. **Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS: Estudo sobre a Inserção dos Psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. V. 2. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população (1977-1978) e Nascimento da biopolítica (1978-1979)**. In Resumo dos cursos do Collège de France (1970- 1982), MICHEL Foucault; tradução, Andréa DAHER; consultoria, Roberto Machado. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca, Dalma Tannus Muchail. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

FOUCAULT, M. **Poder e saber**. In M. Foucault, Estratégia, poder-saber. Coleção Ditos e Escritos IV. pp. 223-240. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**: curso no Collège de France (1983-1984). Tradução de Brandão, E., 1ed., São Paulo: editor WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Neves, L.F.B., 8ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução Sampaio, L.F de A., 22 ed, São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Machado, R., 25 ed, São Paulo: Graal, 2012.

FREITAS, C. R. **“Ele dorme e se acorda comigo”**: representações sociais do Programa Bolsa Família. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre - RS, 2008.

FURTADO, R. **Por um governo de si mesmo: Michel Foucault e a estética da existência.** P 51-57. – In: *paralaxe – revista de estética e filosofia da arte*. Departamento de Filosofia. Programa de estudos pós-graduados de filosofia da pucsp N1. Ano 2013.

GONÇALVES, M.G.M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2010.

GROS, F. **Situação do Curso.** In: **Foucault, M. A Hermenêutica do Sujeito.** Tradução de Márcio Alves da Fonseca, Dalma Tannus Muchail. Martins Fontes: São Paulo. 2004.

GROS, F. **Situação do curso.** In **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984).** FOUCAULT, M. Tradução de Brandão, E., 1ed., São Paulo: editor WMF Martins Fontes, 2011.

GUARESCHI, N. M. F.; LARA, L.; ADEGAS, M. A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o *homo oeconomicus*. In **Revista Psico.** Porto Alegre, PUCRS, v. 41, n.

HAMANN, T. **Neoliberalismo, governamentalidade e ética.** In: www.revistas.pucsp.br/ecopolitica. p. 90-133, 2012.

HERRERA, H . **Frida – A Biografia.** Tradução de Renato Marques. Globo Livros, 2011.

HILLESHEIM, B. E CRUZ, L. **Por uma crítica das práticas psicológicas na assistência social: tantas coisas podem ser mudadas...** In: Brizola, A.L., Zanella, A.V. e Gesser, M. (org). **Práticas Sociais, políticas públicas e direitos humanos.** Florianópolis: ABRAPSO – NUPPE/CFH/UFSC, 2013. p.181- 193.

HUNING, S.M.; GUARESCHI, N.M.F. Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In GUARESCHI, N.M.F. et al. **Foucault e a Psicologia.** Porto Alegre: Edipucrs, pp.159- 182, 2009.

KAHLO, Frida. **O diário de Frida Kahlo: um autorretrato íntimo.** Tradução de Pontes, M., introdução de Moraes, F., 3ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

KETTENMANN, A. **Frida Kahlo 1907 – 1954: dor e paixão.** China: Editora Taschen, 2010.

LARROSA BONDÍA, J (2002)- **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 2002 N° 19 p.20-28.

LEITE, W. S.. **Lei 5.766: uma cara conquista.** In: Conselho Federal de Psicologia. Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia, Brasília, 2008.

LOCKMANN, K. **As políticas de assistência social: estratégias biopolíticas da governamentalidade contemporânea.** 2010. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Politiclas_Publicas_e_Gesta

LOPES, A. **O compromisso social dos psicólogos brasileiros evidenciado nas publicações da revista Psicologia Ciência e Profissão.** Dissertação Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas- Programa de Pós-Graduação em Psicologia Orientadora: Profa. Dra. Andréa Vieira Zanella. Linha de Pesquisa: Práticas Sociais e Constituição do sujeito – Florianópolis, 2005.

MACEDO, J, P, S. **O Psicólogo no campo do Bem-Estar: cartografias de práticas na Saúde e Assistência Social.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 2007.

MACEDO, J.P. e DIMENSTEIN, M. **O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil** - MACEDO ,J.P. et Psicologia em Estudo, Maringá, v. 16, n. 3, p. 479-489, jul./set. 2011.

MACEDO, J.P.; DIMENSTEIN, M. **Expansão e Interiorização da Psicologia: Reorganização dos Saberes e Poderes na Atualidade.** Psicologia: ciência e profissão, V.31 n.2, 296-313, 2011.

MARIANO, M.H.S. **O praticante de psicanálise no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): A Intervenção Retificadora e outras questões.** Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MOL, A. Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. Nunes, João Arriscado e Roque, Ricardo (org.) (2007/no prelo) *Objectos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento. Tradução de Gonçalo Praça. Publicado originalmente como “Ontological Politics. A Word and some questions”, in Law, John e Hassard, John (org.) (1999) **Actor Network Theory and After**, Blackwell/The Sociological Review.

MORAIS, F. **Frida Kahlo: tudo é autorretrato**. In: Kahlo, F. *O diário de diário de Frida Kahlo: um autorretrato íntimo*. Tradução de Mário Pontes, Introdução de Frederico Morais. 3ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

MOTTA, R. **A psicologia na Assistência Social: práticas vivenciadas e conhecimento produzido**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2011.

NARDI, H.C.; SILVA, R.N. **Ética e Subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos**. In GUARESCHI, N.M.F. et al.. Foucault e a Psicologia Porto Alegre: Edipucrs, pp.143-157, 2009.

OLIVEIRA, I. F. e AMORIM, K. M. O. **Psicologia e política sócia: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”**. In: *Psicologia e Argumento*. V30 n70, p. 559-566. Curitiba. Jul /set., 2012.

OLIVEIRA, I.F. **Os desafios e limites para a atuação do psicólogo no Suas**. In CRUZ, L. e GUARESCHI, N.M.F. (orgs). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp 35 – 51, 2012.

PASSETTI, E. O carcereiro que há em nós. IN: **Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias**, p. 147-182, Porto Alegre, 2013.

PASSOS, E., KASTRUP, V., ESCÓCIA, L. **Apresentação**. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escócia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 7-16). Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEREIRA, V.T. **A psicologia no mundo da vida: Representações Sociais sobre os (as) usuários (as) do CRAS**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2013.

PETERS, M. **Estruturalismo, pós-estruturalismo e pós-modernismo**. In PETERS, M. Pós-estruturalismo e a filosofia da diferença. Tradução de SILVA, T.T.da, Belo Horizonte: Autêntica, pp. 07-45, 2000.

POZZANA, L. (2013) – **A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade**. In *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25 – n. 2, p. 323-338, Maio/Ago. 2013.

PRADO FILHO, K. **Para uma arqueologia da psicologia social**. Revista Psicologia & Sociedade, vol.23, n.3 pp. 464-468, 2011.

REIS, C. 2012. **(Falência Familiar) + (Uso de Drogas) = Risco e Periculosidade - A naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2012.

REIS, C.; PASINI, V. **Psicologia e Políticas Públicas: as práticas profissionais no Rio Grande do Sul – Relatórios regionais das pesquisas do CREPOP [recurso eletrônico]** / org. Carolina dos Reis e Vera Lúcia Pasini. – Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2013.

REIS, C., GIUGLIANI, S. PASINI, V. Conversando sobre a Psicologia e o Suas: potencialidades e desafios para a atuação profissional dos psicólogos na política de assistência social. In CRUZ, L. e GUARESCHI, N.M.F. (orgs). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Petrópolis, RJ: Vozes, pp.149-166, 2012.

RIBEIRO, A, B. (2010). **O psicólogo na proteção social especial: atuação junto às vítimas de violação de direitos no Creas**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

SCARPARO, H. e GUARESCHI, N.. **Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional**. In: *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 2: 100-108, 2007.

SCARPARO, M.D. **Em busca do sujeito perdido: a psicanálise na assistência social limites e possibilidades**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2008.

SEIXAS, P, S. **Inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio grande do Norte**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 2009.

SENRA, C, M, G. **Psicólogos sociais em uma instituição Pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil, 2009.

SPINK, P. Prefácio. In: Brizola, A.L., Zanella, A.V. e Gesser, M. (org). **Práticas Sociais, políticas públicas e direitos humanos**. Florianópolis: ABRAPSO – NUPPE/CFH/UFSC, p.11-14, 2013.

TREIN, A.L. **“O que estamos fazendo aqui?”** Sobre o pesquisar e a autonomia nos jogos de visibilidade do SUAS. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2012.

XIMENDES, REIS e WOLSKI. Como se produz morte em nome da defesa da vida. IN: **Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias**. p. 87-108. Porto Alegre, 2013.

YAMAMOTO, O. H.. **Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo**. In *Psicol. Soc.* vol.19 no.1 Porto Alegre Jan./Apr. 2007

ZAMBENEDETTI, G.; SILVA, R. A. N. **Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social**. In: *Psicologia & Sociedade*; 23 (3): 454-463, 2011.

ZAMORA, M. **Prefácio.** In: Kahlo, F. Cartas Apaixonadas de Frida Kahlo. Compilação Martha Zamora; tradução Vera Ribeiro – 5ed – Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

ZAMPIERI, E. M. e HALL, G. G.. **Coletivos de discussão do trabalho como estratégia de saúde no contexto de adoecimento na assistência social.** In: Anais do XVII Encontro Nacional da ABRAPSO. Realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

ZANELLA, A. V. **Perguntar, Registrar, Escrever: inquietações metodológicas.** Porto Alegre: Sulina, editora da UFRGS, 2013.